

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Amata Xavier Medeiros

Destinos do Sofrimento:

Testemunho sobre Morte, Luto e Violência

Juiz de Fora

2025

Amata Xavier Medeiros

Destinos do Sofrimento:

Testemunho sobre Morte, Luto e Violência

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde

Orientador: Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Medeiros, Amata Xavier.

Destinos do sofrimento : testemunho sobre morte, luto e violência
/ Amata Xavier Medeiros. -- 2025.

150 f.

Orientador: Fernando Santana de Paiva

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto
de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
2025.

1. Violência de Estado. 2. Luto. 3. Testemunho. 4. Sofrimento. 5.
Memória. I. Paiva, Fernando Santana de, orient. II. Título.



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Nº PPG: D-2025.115

Formato da Defesa: virtual

Ata da sessão pública referente à defesa da tese intitulada **Destinos do Sofrimento: Testemunho sobre Morte, Luto e Violência**, para fins de obtenção do título de doutor(a) em Psicologia, área de concentração Psicologia, pelo(a) discente **Amata Xavier Medeiros** (matrícula 103150122 - início do curso em 18/10/2021), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Fernando Santana de Paiva.

Aos 29 dias do mês de setembro ano de 2025, às 14 horas, reuniu-se a Banca examinadora da tese em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós- Graduação, conforme a seguinte composição:

Titulação	Nome	Na qualidade de	Vínculo Institucional
Prof(a) Dr(a)	Fernando Santana de Paiva	Orientador(a) e Presidente da Banca	UFJF
Prof(a) Dr(a)	Ellen Cristina Carmo Rodrigues	Membro titular interno	UFJF
Prof(a) Dr(a)	João Paulo Pereira Barros	Membro titular externo	UFC
Prof(a) Dr(a)	Maria Cristina Gonçalves Vicentin	Membro titular externo	USP
Prof(a) Dr(a)	Vanessa Andrade de Barros	Membro titular externo	UFMG
Prof(a) Dr(a)	Paulo Cesar Pontes Fraga	Suplente interno	UFJF
Prof(a) Dr(a)	Carolyne Reis Barros	Suplente externo	UFMG

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Membro titular interno
- Membro titular externo
- Membro titular externo e Coorientador(a)
- Orientador(a) e Presidente da Banca
- Suplente interno
- Suplente externo
- Orientador(a)
- Coorientador(a)

*Obs: Conforme §2º do art. 54 do Regulamento Geral da Pós-graduação stricto sensu, aprovado pela Resolução CSPP/UFJF nº 28, de 7 de junho de 2023, “estando o(a) orientador(a) impedido(a) de compor a banca, a presidência deverá ser designada pelo Colegiado”.

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Stricto sensu e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

() APROVADO CONDICIONALMENTE, sendo consenso da banca de que esta ata é provisória e condicional

Novo título da Dissertação/Tese (só preencher no caso de mudança de título):

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre a dissertação/tese e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Descrição de todas as condicionalidades para a aprovação (só preencher no caso de Aprovação Condicional):

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de mestre(a)/doutor(a), a versão final da dissertação/tese, considerada Aprovada, devidamente conferida pela Secretaria do Programa de Pós-graduação, deverá ser tramitada para a PROPP, em Processo de Homologação de Dissertação/Tese, dentro do prazo de 60 ou 90 dias, para discentes aprovados condicionalmente, a partir da data da defesa. Após o envio dos exemplares definitivos, o processo deverá receber homologação e, então, ser encaminhado à CDARA.

Se as condições descritas nesta ata não forem atestadamente atendidas dentro do prazo de 90 dias, a aprovação condicional será convertida em reprovada.

Esta Ata de Defesa é um documento padronizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Observações excepcionais feitas pela Banca Examinadora poderão ser registradas no campo disponível acima ou em documento anexo, desde que assinadas pelo(a) Presidente(a).

Esta Ata de Defesa somente poderá ser utilizada como comprovante de titulação se apresentada junto à Certidão da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA) atestando que o processo de confecção e registro do diploma está em andamento.



Documento assinado eletronicamente por **Amata Xavier Medeiros, Usuário Externo**, em 25/11/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Andrade de Barros, Usuário Externo**, em 26/11/2025, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Gonçalves Vicentin, Usuário Externo**, em 27/11/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Santana de Paiva, Professor(a)**, em 04/12/2025, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Cristina Carmo Rodrigues Brandao, Professor(a)**, em 08/12/2025, às 21:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO PEREIRA BARROS, Usuário Externo**, em 22/12/2025, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2761755** e o código CRC **DA324F56**.

Dedico este trabalho às mulheres que perderam alguém. E às crianças e aos jovens com quem pude estar nesse percurso.

AGRADECIMENTOS

A escrita deste trabalho foi um processo especialmente desafiador e angustiante, portanto, tenho a plena consciência que sem essas presenças não teria sido possível continuar.

Agradeço profundamente ao Fernando, meu orientador e grande educador com quem pude estar nesta jornada. Sua generosidade, afeto e coragem sempre foram fontes de criatividade e impulso para mim. Agradeço pela confiança, pelo trabalho compartilhado e pelas honestas conversas despendidas. Não é simples cultivar autonomia e, ao mesmo tempo, ser tão presente. Sua orientação teve a especial capacidade de desfazer os nós com os quais me encontrei. Dessa forma, só posso dizer da felicidade em compartilhar com ele este trabalho e o percurso da vida.

À querida amiga Mariana, pela presença constante e carinhosa. Ao amigo Daniel, pelas palavras sempre doces. Às amigas Isadora e Vivian, pela manutenção do laço e apoio nos momentos de angústia. Às queridas Larissa e Beatriz, pela escuta atenta e partilha dos impasses vividos em suas pesquisas. Ainda, às queridas Milla, Monique, Letícia, Camila, Luisa, Júlia e Wanderson, que com pequenos gestos ajudaram a ventilar diferentes momentos do percurso.

Ao meu pai, grande incentivador dos meus sonhos. À minha mãe, pela transmissão do valor do trabalho. Cada um, à sua maneira, contribuiu para que eu buscassem o que desejo. À minha irmã, pelo carinho e ânimo. Aos meus sobrinhos, que me incentivam a continuar, mesmo sem saber. À minha família de encontro, Enzo, Mell, Paulo e Grécia, que me transmitem a leveza e a fortaleza de laços que podem ser construídos.

Ao NUPSID, um espaço desejado e construído a muitas mãos. Agradeço a possibilidade de sustentar ali um trabalho compartilhado, comprometido e inventivo. Aos integrantes do Nupsid, em especial Gabriela, Gabriel e Rafaela, pelo apoio com a pesquisa. À Universidade Federal de Juiz de Fora, casa que representa um divisor de águas em minha vida. Tenho imenso carinho e profundo agradecimento por ter acessado esta universidade e feito dela um lugar de caminho. Há algo que só na universidade pública é possível encontrar. Agradeço à Capes pela bolsa concedida.

Agradeço às professoras Maria Cristina Vicentin e Ellen Rodrigues e ao professor João Paulo Barros pelo aceite em contribuir com a pesquisa. Busquei ficar com as palavras ditas sobre o trabalho no momento da qualificação e repensá-lo a partir disso. Agradeço também à professora Vanessa Barros pela disponibilidade e generosidade em ler esse trabalho.

À Rede MÃes de Luta de Minas Gerais, em conjunto com o Movimento MÃes de Maio. Agradeço especialmente à Kaká, Ana Paula e Antônia que tanto contribuíram para esse processo de pesquisa, de maneira sensível e destemida.

À minha companheira de vida, Nicole. Sinto que não há palavras suficientes para expressar o que sua presença representou durante esses anos. Agradeço pela sustentação partilhada desta pesquisa e pelo investimento de tempo-cuidado-vida em minha escolha. Seu olhar confiante e amoroso foi fundamental para que eu pudesse acreditar na feitura deste trabalho. Agradeço o alívio e o refúgio que nossa casa representou, o que só foi possível a partir de você. Com carinho recordo da paciência, das noites insônes, dos muitos cafés coados e da leveza que você garantiu. Através de Nicole pude ver uma outra possibilidade de mim. Sem dúvida nenhuma, *você me dá sorte*.

Aí pensei que desde os tempos imemoriais as mulheres têm perdido filhos, é a dor mais antiga e inevitável da humanidade. Não sou a única, todas as mães passam por esta provação, ficam de coração partido, mas continuam vivendo porque precisam proteger e amar os que permaneceram vivos. Somente de pouco tempo pra cá, nos países adiantados, onde a saúde está ao alcance de quem tem dinheiro, existe um grupo de mulheres privilegiadas que confia em que todos os seus filhos chegarão à idade adulta. A morte está sempre à espreita (Allende, p. 185, 2015).

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória (Galeano, p. 61, 2002)

RESUMO

Nesta pesquisa buscamos compreender as experiências de luto de mulheres que tiveram filhos, irmãos e sobrinhos assassinados em contextos de violência estatal e de violência armada, investigando como tais perdas atravessam seus cotidianos e quais estratégias de cuidado e resistência foram, por elas, desenvolvidas. Reiteramos a maneira sistemática, seletiva e persistente através das quais a violência atua, com maior incidência sobre a juventude pobre e negra, configurando aquilo que denominamos como perseguições da morte, dirigidas a determinados grupos sociais. O genocídio da juventude negra, articulado à violência de Estado e à violência armada, emerge como uma das mais graves violações de direitos no Brasil, evidenciando a presença de uma política racista e mortífera que naturaliza o extermínio de determinados sujeitos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres residentes em territórios marcados pela letalidade armada, na qual utilizamos entrevistas narrativas e diário de campo como ferramentas metodológicas. Os testemunhos aqui apresentados permitiram evidenciar os seguintes elementos centrais: a forma como a violência invade o cotidiano; a desigualdade radical na distribuição dos perigos; a emergência de modos de subjetivação marcados pelo sofrimento; a resistência e o cuidado enquanto estratégias que percorrem do campo íntimo ao político; e a elaboração do luto como expressão singular, política e coletiva. Observamos também que essas mulheres, mesmo submetidas a processos contínuos de vulnerabilização, produzem estratégias de cuidado e proteção voltadas à preservação de suas famílias, cultivando uma atenção minuciosa aos detalhes cotidianos como forma de sustentar a continuidade da vida diante de constantes ameaças. Ao reivindicarem a memória dos seus filhos, sobrinhos e irmãos produzem narrativas que tensionam as versões oficiais e se afirmam como testemunhas de uma política de violência e morte vigente no país, mas também enquanto sujeitos políticos que demandam por reconhecimento, justiça e dignidade.

Palavras-chave: Violência de Estado; Luto; Testemunho; Sofrimento; Memória.

ABSTRACT

In this research, we seek to understand the mourning experiences of women who have had sons, brothers, and nephews murdered in contexts of state violence and armed violence, investigating how such losses permeate their daily lives and which strategies of care and resistance they have developed. We emphasize the systematic, selective, and persistent ways through which violence operates, with greater incidence on poor and Black youth, shaping what we call persecutions of death, directed at specific social groups. The genocide of Black youth, intertwined with state violence and armed violence, emerges as one of the gravest human rights violations in Brazil, evidencing the presence of a racist and deadly policy that naturalizes the extermination of certain subjects. This is a qualitative study conducted with women living in territories marked by armed lethality, in which we used narrative interviews and field notes as methodological tools. The testimonies presented here revealed the following central elements: the ways in which violence invades everyday life; the radical inequality in the distribution of dangers; the emergence of modes of subjectivation marked by suffering; resistance and care as strategies spanning from the intimate to the political sphere; and the elaboration of mourning as a singular, political, and collective expression. We also observed that these women, even when subjected to continuous processes of vulnerability, produce strategies of care and protection aimed at preserving their families, cultivating a meticulous attention to everyday details as a way of sustaining the continuity of life in the face of constant threats. By reclaiming the memory of their sons, nephews, and brothers, they produce narratives that challenge official versions and assert themselves as witnesses of an ongoing policy of violence and death in the country, while also positioning themselves as political subjects who demand recognition, justice, and dignity.

Keywords: State Violence; Mourning; Testimony; Suffering; Memory

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEP	Comitê de Ética
CERESP	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional
CPA	Centro de Psicologia Aplicada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CV	Comando Vermelho
DH	Direitos Humanos
IML	Instituto Médico-Legal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP	Ministério Público
MSE	Medida Socioeducativa
MVCI	Morte Violenta por Causa Indeterminada
MVI	Mortes Violentas Intencionais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LEGENDA

Sobre as cenas

Escrevi em itálico os relatos das interlocutoras da pesquisa. Meus comentários estão escritos entre as falas das participantes, em fonte comum.

No caso de pausas, demoras entre uma fala e outra, hesitações no falar ou silêncios prolongados, utilizo [silêncio].

As passagens que foram ditas com mais ênfase foram sublinhadas.

SUMÁRIO

1. ABERTURA.....	14
1.1 PRIMEIRA CENA: ERA COMUM OUVIR OS TIROS.....	14
1.1.2 Pode uma criança desejar brincar?	15
2. INTRODUÇÃO.....	17
2.1 ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA E HISTÓRIAS DE MORTE	21
3. PERCURSO METODOLÓGICO	23
3.1 OBJETIVOS.....	23
3.2 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA.....	24
3.3 QUEM SÃO AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA?.....	25
3.4 A INTERSEÇÃO ENTRE AS VIOLENCIAS	28
3.5 IMPASSES DA PESQUISA DE CAMPO	30
3.6 ENTREVISTA NARRATIVA.....	33
3.7 IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA	34
4. OS TENTÁCULOS DA VIOLENCIA NO COTIDIANO BRASILEIRO.....	35
4.1 SEGUNDA CENA: MENTIRAS INSTITUCIONALIZADAS	35
4.2 SITUANDO A NOÇÃO DE VIOLENCIA	35
4.3 TERCEIRA CENA: A CULPA	39
4.4 NAS TRILHAS DA BARBÁRIE: VIOLENCIA DE ESTADO E VIOLENCIA LETAL	40
4.5 ESTADO, VIOLENCIA E MATERNIDADE.....	51
5. TESTEMUNHOS SOBRE LUTO, MORTE E SOFRIMENTO: AS PERSEGUÍÇÕES DA VIOLENCIA	60
5.1 QUARTA CENA: AFLIÇÃO.....	61
5.2 VOCÊ NÃO ESTÁ MAIS AQUI: ESCREVER O LUTO	62
5.3 LINGUAGENS DA DOR: OS DESTINOS DO SOFRIMENTO	78
5.3.1 As corrosões do cotidiano	84
5.3.2 Que destinos, afinal?	92
5.4 QUINTA CENA: MATAR-MÉTODO	93
5.5 QUANDO A MORTE HABITA A VIDA.....	95
5.6 SEXTA CENA: PRESSENTIMENTOS.....	103
5.6.1 As crianças e os fantasmas da morte	105
6. REABITAR O COTIDIANO: ESCUTAR OS ATOS E ACOLHER OS GESTOS.....	113
6.1 SÉTIMA CENA: NO BRASIL CRIANÇAS MORREM SEM TER PORQUÊ	113
6.2 VIVER NO LUGAR DE DEVASTAÇÃO: DAS RESISTÊNCIAS ORDINÁRIAS ÀS ESTRATÉGIAS DE CUIDADO	113

6.3 AS LEMBRANÇAS QUE INSISTEM: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, TESTEMUNHO E LUTA.....	121
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	131
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	145
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	149

1. ABERTURA

Escolhi abrir a escrita dessa tese com uma cena descrita por uma das interlocutoras da pesquisa, Ana Paula, mãe de Pablo.

1.1 PRIMEIRA CENA: ERA COMUM OUVIR OS TIROS

Pablo tinha saído da oficina do padrasto, na qual trabalhava para poder ajudar financeiramente a família. Ele chegou em casa e disse que estava com fome. A mãe falou com ele *‘eu vou comprar linguiça e você fica em casa, vai tomar um banho que você chegou do serviço agora’*. Ele queria andar de bicicleta e precisava levar uma peça de carro para o pai do amigo, que daria uma câmera de ar para a bicicleta de Pablo. A mãe pediu para ele ir no dia seguinte, por acreditar que já estava tarde. *‘Ah não mãe, eu vou lá porque eu quero andar de bicicleta e o pai do menino vai me dar a câmara de ar. Ele saiu com uma bobina, uma peça de carro na mão às sete horas da noite pra ir na casa do colega levar essa bobina’*. Pablo saiu e Ana saiu em seguida para ir ao açougue, junto com outros dois filhos. *‘Aí eu ouvi os disparos. Só que eu nunca ia imaginar que era no meu filho. Porque infelizmente, pelo local que a gente morava, era normal ouvir tiro, todo dia se ouve barulho de tiro. Aí eu ouvi os disparos e continuei, continuei andando e fui no açougue, o açougue tava fechado, eu fui numa outra venda, consegui comprar linguiça. A hora que eu saí dessa venda, já estava descendo 3 carros, 3 amigos meus, da minha família. Eles estavam me procurando porque eles já sabia que era o meu filho que tinha sido baleado, porque uma amiga minha viu. No que ela viu que era meu filho, ela ligou pro meu telefone e quem atendeu foi minha filha, porque eu tinha deixado o telefone em casa carregando, aí ela passou o telefone pro meu marido e essa amiga minha falou ‘ó, acabaram de atirar no Pablo e tão levando ele pro hospital’*. Eles não tiveram coragem de falar nada comigo. *‘Na hora que a gente estava subindo o morro, eu virei para um deles, que chamava até Vinicius e falei ‘nossa, Vinicius, eu escutei 4 disparos’*. Aí ele já olhou para mim, o olho dele encheu d’água, ele já sabia que era no meu filho. *‘Na hora que eu cheguei na esquina da rua, já encontrei com meu marido descendo de carro. Meu irmão já desceu correndo, gritando e meu marido me chamando para ir no hospital. ‘Vamos no hospital comigo’, mas não me falou o que é que era, aí eu falei ‘não, eu não vou porque o Pablo tá com fome, vou fritar a linguiça pro Pablo comer’*. Aí a amiga minha desceu, pegou meus 2 meninos na minha mão, pegou a sacola da minha mão e falou *‘Ana Paula, vai que eles atiraram no Pablo’*. Aí dali eu só lembro d’eu chegando no hospital e os policial já me barrando, que eles

não deixaram eu entrar. Como se eles tivessem prendido o maior bandido do mundo. Uma pessoa de alto risco pra população. Passaram-se 40 minutos, o médico da emergência saiu lá fora e chamou a responsável pelo menor que estava lá. Aí o policial foi entrando na frente, o médico falou [para o policial]:

_ Você é o que dele?

_ Foi eu que apreendi.

_ Eu não estou chamando você, eu estou chamando a responsável por ele. Tem algum responsável por ele? A mãe dele está aqui, então eu tô chamando a mãe dele.

Eu entrei, o médico deixou eu entrar dentro da emergência. Eu consegui ver meu filho com a vida ainda. Parece que ele tava me esperando pra despedir de mim. Só que ele não falava nada, porque ele já estava com dreno no pulmão, que estava drenando o líquido e tava sedado. Só que na hora que eu dei um beijo no rosto dele e falei com ele que eu amava ele, ele olhou para mim. Ele abriu o olho, saiu uma lágrima do rosto dele. Na hora que eu saí da emergência ele faleceu. A polícia confundiu com uma arma a bobina de carro e executaram meu filho com 4 tiros. Ele tinha apenas 14 anos de idade.

1.1.2 Pode uma criança desejar brincar?

Esse relato de Ana Paula sobre o dia em que Pablo foi assassinado aponta para uma série de questões em torno da violência policial, sobre a experiência da chegada abrupta da morte e sobre a maneira como a violência aparece permeada no cotidiano de determinados grupos sociais. O que era apenas um dia comum para a família de Ana, como trabalhar, ir ao açougue e cozinhar, é acometido pelo *evento crítico* da morte do filho (Das, 2020). Fazia parte desse cotidiano, no entanto, além das tarefas tipicamente realizadas pela maioria das famílias brasileiras, ouvir disparos de tiros no seu bairro. Parece naturalizado que em alguns territórios, em especial aqueles marcados pelas intervenções policiais e pelas dinâmicas de conflitos decorrentes de disputas territoriais e tráfico de drogas, haja a presença dos tiros.

Gostaria de destacar a postura dos policiais no hospital no momento que Ana chega a este espaço, bem como a ênfase que a própria interlocutora atribui durante a sua fala: “como se eles tivessem prendido o maior bandido do mundo, uma pessoa de alto risco pra população”. Naquele contexto, além de tentarem impedir a entrada de Ana no hospital, tentam responder pela figura do “responsável” quando esta é chamada pelo médico. Nesse evento presenciamos os agentes policiais autorizando-se a responder pela mãe, como se ocupassem naquele momento a tutela do jovem. Ainda sobre os policiais e os disparos contra Pablo, Ana fala sobre

as alegações dos agentes que supostamente teriam confundido a peça que ele carregava com uma ‘macaquinha’ (uma arma). Sabemos dos inúmeros casos em que a polícia utiliza essa narrativa de “confundir” os mais variados objetos com armas para justificar atos de execução (Galeano & Guareschi, 2022)

Esse evento violento se infiltra na vida dessa família rompendo com certa normalidade. Essa normalidade que é composta por trabalhar-cozinhar-brincar-ouvir tiros. Nesses casos, visualizamos o que Veena Das, em diálogo com Stanley Cavell, realça sobre algumas formas de vida estarem vulneráveis a eventos catastróficos, em que há “um tipo de destruição que consiste de pequenas crises recorrentes e repetitivas quase entrelaçadas na própria vida cotidiana”. Nesses contextos, “o que é catastrófico não é um evento espetacular, mas o que está acontecendo repetidamente, sem drama, sem intercorrência” (Das, 2023, p.26).

A morte de Pablo constitui, sem dúvida, um evento catastrófico para sua família, em que a experiência de violência se distribui pelo tecido cotidiano, isto é, nas práticas e rotinas mais simples. O evento atravessa detalhes aparentemente banais, como o desejo de Pablo de comer, brincar e andar de bicicleta. Nesse sentido, a catástrofe não se opõe à vida comum, mas a invade e a constitui, marcando um cotidiano que, embora em aparência corriqueira, está também impregnado pela violência.

2. INTRODUÇÃO

Esse trabalho se debruça sobre aquelas vidas que foram profundamente atravessadas pela violência, pela morte e pelo horror. Busco compreender como mulheres que perderam familiares assassinados vivem seu luto e reabitam o cotidiano após esse evento. É nosso interesse explorar como essas mulheres narram esses eventos, quais afetos e memórias se fazem presentes e quais recursos discursivos se utilizam para dizer. Enquanto recursos discursivos entendemos as palavras, os gestos, os silêncios e os objetos. Tomamos a morte decorrente de situações de violência enquanto um *evento crítico* que se apresenta como uma ruptura daquele modo de vida, isto é, um evento de grande impacto que provoca intensas mudanças por aqueles que vivenciam tal circunstância. Buscaremos recontar “o modo como o evento se prende, com seus tentáculos, à vida cotidiana e penetra os excessos do ordinário” (Das, 2020, p. 22).

Procurei compreender nesta pesquisa algumas das relações estabelecidas entre os processos de luto, trauma e sofrimento de mulheres que tiveram seus filhos, irmãos e sobrinhos vitimados pela violência letal. Durante minha trajetória acadêmica e profissional as temáticas associadas à violência sempre estiveram presentes. No mestrado pesquisei sobre os desafios enfrentados por jovens que haviam passado pela privação de liberdade a partir da aplicação de Medida Socioeducativa de Internação. Nos momentos em que pude estar com estes adolescentes, eles cumpriam medidas em meio aberto, especialmente de Liberdade Assistida, após terem recebido uma “progressão de medida”. Inicialmente meu interesse concentrava-se nas dificuldades percebidas pelos jovens nesse retorno para sua casa/comunidade. No entanto, desde o primeiro momento da pesquisa de campo, ao acompanhar os atendimentos realizados pelas técnicas e os relatos dos adolescentes, percebi que a temática da violência deveria compor os objetivos centrais do trabalho.

Essa violência se materializava de distintas formas, mas sinteticamente: através da precária inserção desses jovens em espaços de cidadania e das diversas desigualdades experimentadas por eles durante sua trajetória de vida; através da rotineira violência policial e institucional, evidenciando as dinâmicas do racismo e da violência de Estado contra esses jovens - majoritariamente negros; e por último, através da violência simbólica, em que esses jovens sentiam-se marcados – e de fato estavam – pela vivência do cárcere e pelas privações em seus cotidianos. Experienciavam a ambivalência entre sonhar com um futuro alternativo e o medo da não concretização deste, já que a possibilidade da morte sempre se fazia presente. Dessa forma, a perpetuação da violência era algo que compunha suas histórias de vida, bem

como uma experiência que só veio a tomar contornos mais compreensíveis na presente pesquisa e que nomeei aqui como *perseguições da morte*.

Relembro algumas cenas em que os presenciei chegando ao serviço, às vezes amedrontados e apressados. Nessas situações, o medo parecia os acompanhar. Certa vez um adolescente chegou correndo, estava ofegante, pois teve que mudar o seu trajeto até o serviço repentinamente, já que estava “jurado” e havia descoberto no caminho que o grupo rival o estava vigiando e esperando que ele passasse pela rua. Em outra, era um adolescente que chegava de moto, entrava de capacete até a sala do atendimento e só o retirava dentro da sala. Quando saía, seu companheiro já estava com a moto ligada, seu rosto não era visto por outros a não ser pela técnica que o atendia. Quando perguntei para a técnica sobre essa situação, ela me disse que ele nunca saía de seu bairro, a não ser para o cumprimento da medida, e metodicamente cumpria esse roteiro de proteção.

Por último, relembro uma das entrevistas que pude realizar. O adolescente me dizia que após ter sido preso nunca mais andou “tranquilo” na rua, sentia que alguém o perseguiam, andava olhando para trás, falava que não sabia o dia de amanhã ou se continuaria vivo. Ouvi sobre a incerteza da vida de alguns jovens. Podemos lembrar da paranoia de guerra mencionada por Martín-Baró (1990), em que a sensação de ser perseguido e o medo constante não significavam um delírio persecutório, mas a perpetuação de uma condição em que a vida fora severamente colocada em risco e em situação de desproteção.

O Atlas da Violência (2025) e as pesquisas sobre o tema das juventudes, do genocídio e da violência armada denunciam repetidamente o alarmante cenário de mortes de jovens entre 15 e 29 anos, a despeito de uma tendência de redução nos índices de letalidade observada nos últimos anos. A morte desses jovens é tema recorrente, porém, para parcela da sociedade não é motivo de espanto. Infelizmente, a morte de jovens é uma problemática instalada no terreno brasileiro, que se associa à violência armada, à violência de Estado e às profundas desigualdades experenciadas por ampla parcela da população (Costa, 2021).

Após concluir o mestrado trabalhei em um hospital psiquiátrico. Não é foco aqui essa prática, mas sinalizo as contradições que essa instituição produz em sua distância aos preceitos da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Todavia, menciono essa experiência por uma situação específica. Durante uma reunião com a equipe, eu estava sentada ao lado de uma técnica de enfermagem. Lembro que ela olhou seu celular e se espantou, me mostrou uma notícia que falava sobre o assassinato de um adolescente, vizinho seu. Quando olhei a tela, vi que era um dos adolescentes que acompanhei durante o mestrado. “Tão jovem, mas envolvido,

muito triste”, ela disse. O termo “envolvido” elucida uma série de conotações morais naturalizantes das violências que acometem esses jovens.

No último ano da minha graduação, atuei enquanto estagiária no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da Universidade. O primeiro caso que assumi foi o acompanhamento de uma mulher de aproximadamente 60 anos, negra, moradora de um bairro periférico da cidade. As queixas descritas inicialmente pelo prontuário se referiam a um quadro depressivo e ansioso. Era o segundo ano que essa mulher estava sendo atendida pelo CPA e normalmente as pessoas permanecem apenas um ano. Ao ouvir essa mulher percebo que o que a levou ao serviço foi o fato de o filho ter sido assassinado. Assassinado na esquina da sua casa, e na ocasião dos atendimentos, ela ainda morava no mesmo lugar. Como pensar os processos de cuidado de uma mulher que fora afetada por tamanha violência?

Acredito que essa discussão nos conduza a pensar sobre quais processos de cuidado, justiça e reparação se fazem coerentes nesses casos. No momento, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei 2999/2022, também conhecido como Lei Mães de Maio, em que movimentos sociais protagonizados por mães demandam que o Estado se responsabilize pelas mortes que ele mesmo provoca. O PL demanda o desenvolvimento de práticas menos violentas e discussões no âmbito dos Direitos Humanos para as forças policiais, somada ao amparo social, econômico e psicológico para as famílias vitimadas. Certamente o Estado não é uma entidade homogênea e sem fissuras, o que permite que sejam tensionadas em alguns espaços políticas mais direcionadas às demandas dessas famílias, todavia, não é possível deixar de lado a contradição colocada neste contexto em que o Estado repararia algo que ele mesmo causou.

A violência não é uma experiência que pode ser descrita enquanto um ato isolado ou um fenômeno estático. Como adverte Das (2020) em seu livro *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, quando nos propomos a enquadrar teoricamente a violência, persiste certo desconforto, pois sabe-se que vários elementos permanecem de fora. Como nos aproximar, falar e interpretar fenômenos relativos à violência, que serão narrados, ou melhor, testemunhados através do discurso de outrem? Entendemos aqui que o testemunho não é o simples contar dos fatos, mas uma forma de se situar na experiência e localizar-se nela como sujeito.

A presente investigação, ao se voltar para mulheres que perderam familiares assassinados, parte da premissa de que tais mortes não configuram eventos isolados, mas expressam dinâmicas mais amplas, assentadas em históricas desigualdades sociais. O foco na vivência do luto permite iluminar dimensões do sofrimento que não se restringem ao plano individual ou psicológico, apesar da importante dimensão singular desse sofrimento na vida de

cada mulher e de sua família. Trata-se, portanto, de compreender como essas mulheres significam essas perdas, como reelaboram suas relações com o cotidiano e de que modo suas narrativas tensionam concepções hegemônicas de violência, morte, luto e justiça.

Assim, ao nos debruçarmos sobre os sentidos atribuídos pelas mulheres à experiência de perda de seus familiares assassinados, encontramo-nos com a necessária compreensão da dimensão política deste luto. Como argumenta Judith Butler (2020a), nem todas as mortes são reconhecidas como dignas de luto, assim como nem todas as vidas são reconhecidas como dignas de serem vividas: algumas vidas são socialmente legitimadas, outras permanecem invisibilizadas, assim como se algumas mortes não merecessem ser choradas. No Brasil, esse processo se intensifica nas periferias urbanas e nas comunidades marcadas pela violência armada e pela violência de Estado, bem como pelo racismo.

As mulheres que tem seus familiares assassinados, ao manifestarem seu luto, lamentos e comoções se contrapõem à política de morte e apagamentos postas em curso sobre a juventude negra, pobre e periférica. Seus testemunhos emergem em meio a tentativas de silenciamento e processos de vulnerabilização e, ao mesmo tempo em que expressam dor e sofrimento, revelam estratégias de enfrentamento, arranjos de cuidados construídos comunitariamente e outros modos de habitar a vida após a perda. Ao construírem práticas de cuidado, resistência e sobrevivência, evidencia-se que essas mulheres produzem contranarrativas frente às tentativas de aniquilação que lhes é imposta. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender de que maneira a violência se infiltra no cotidiano e como essas mulheres vivenciam e expressam seus processos de luto, sofrimento, resistência e cuidado

Na escrita do texto, apresento inicialmente o percurso metodológico, as estratégias e ferramentas utilizadas na produção do campo de pesquisa, bem como os impasses enfrentados. Em seguida apresento minhas interlocutoras, mas acredito que durante as cenas e relatos colocados em destaque ao longo dos capítulos, elas também mostram algo de si. Posteriormente discuto que noções de violência sustentam o trabalho, enfocando especificamente a violência de Estado e suas expressões, em especial a violência letal enquanto uma de suas mais brutais manifestações. Realizo um breve retorno à conformação histórica da violência no Brasil, considerando-a como elemento fundante deste território, enfatizando o encadeamento entre os resquícios da ditadura militar e a atuação militarizada da polícia que atinge principalmente jovens negros e pobres. Apresento pesquisas realizadas com famílias que perderam alguém vitimado pela violência letal, os principais desdobramentos em suas vidas e as demandas colocadas por elas, bem como as dificuldades percebidas na busca por justiça e os enfrentamentos desenvolvidos.

Na seção seguinte discuto algumas das principais categorias que sustentam o trabalho de análise, em especial a noção de luto e sofrimento, articuladas com as narrativas das mulheres e os efeitos experimentados por elas a partir do momento que tem suas vidas atravessadas pela perda. No capítulo seguinte, discuto as estratégias de enfrentamento, cuidado e resistência empregadas pelas interlocutoras da pesquisa, dando ênfase àqueles atos tidos como banais ou cotidianos, somados a movimentos de mobilização coletiva, política e de reivindicação da memória. As mulheres que participaram desta pesquisa, ao narrarem a dor da perda e ao insistirem na memória de seus filhos, irmãos e sobrinhos, tensionam a lógica de desumanização que opera contra os seus familiares. Seus relatos denunciam a seletividade da violência, o genocídio negro, bem como o processo de violação do exercício de suas maternidades. Almejamos contribuir para o debate sobre luto, trauma e sofrimento, a partir de uma perspectiva histórica e política, reconhecendo a centralidade da escuta das narrativas dessas mulheres como forma de apreender os impactos da violência e seus efeitos, mas também os gestos de resistência e cuidado que se produzem.

2.1 ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA E HISTÓRIAS DE MORTE

Escolher quais percursos adotar para transmitir as narrativas trazidas pelas mulheres interlocutoras da pesquisa foi um dos desafios durante a escrita desta tese. Fiz o possível para tratar as situações e histórias compartilhadas com cuidado e sensibilidade para não espetacularizar as violências sofridas, torná-las banais ou comuns. No entanto, optei também por retomar as palavras, as imagens e narrativas produzidas em campo, por essas mulheres e suas histórias, e tal escolha implica por vezes retratar uma realidade atravessada pelo horror da violência.

Ao longo do texto apresentarei algumas cenas produzidas do entrelace entre a escrita do diário de campo e as entrevistas com as mulheres, em conjunto com outros elementos que compuseram os percursos da pesquisa, como a participação em eventos, tribunais do júri e o acesso a relatos disponíveis na internet, como reportagens e blogs. Optei por iniciar este texto apresentando a cena “*Era comum ouvir os tiros*”, no intuito de dar o tom do percurso que será trilhado ao longo deste trabalho. Percurso esse que perpassa pela violência de Estado, pelo sofrimento de mulheres e jovens, especialmente aqueles vulnerabilizados. O ponto em comum entre essas cenas é a tentativa de retomar os contextos de morte dos filhos, sobrinhos e irmãos, a partir do ponto de vista destas mulheres. Centralizamos a maneira como a notícia de morte

chega até elas, como uma espécie de *invasão da violência* em suas vidas. Acreditamos que tal contexto se faz necessário, justamente porque em situações de violência há um movimento de ocultamento ou apagamento de determinadas informações, de suas vítimas e das circunstâncias dessa morte. Essa violência é imensurável e, por vezes, inenarrável. Nesse sentido, o silêncio, as lacunas e os fragmentos também comparecem no texto. Retratar esse percurso entre a vida e a morte se faz na tentativa de expressar e compreender os esquemas de inteligibilidade e as normas nas quais essas *histórias de vida e de morte* são forjadas (Butler, 2020b).

A morte invade a vida dessas mulheres em momentos que o cotidiano segue seu curso comum. É possível notar que, em alguns casos, a morte parece se anunciar e rondar aquele contexto, em outros, se infiltra a partir das relações que um dia já foram de intimidade ou proximidade. Apesar desses trechos retratarem o momento da perda, ou da notícia da morte, observamos que as interlocutoras trazem em seu relato também vivências cotidianas, memórias, afetos e relações, por isso nomeamos tal seção de Histórias de Vida e Histórias de Morte. Marco em *italico* os trechos que são relatos literais das interlocutoras, no intuito de destacá-los e diferenciá-los da minha escrita. Além disso, optei por efetuar apenas pequenas edições nos relatos, para tornar um ou outro elemento mais compreensível, mas de maneira geral mantive a forma como disseram e se expressaram.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

“Se a violência, quando acontece dramaticamente, tem algum vínculo com o que está acontecendo de forma repetida e não dramática, então como se conta sobre isso, não em uma única narrativa, mas na forma de um texto que está sendo constantemente revisado, reescrito e recoberto de comentários?” (Das, 2020)

Nesta seção descrevo como o processo de pesquisa ocorreu, desde os contatos iniciais com as participantes, os recursos metodológicos utilizados para produção das informações, os impasses experienciados, bem como as inúmeras questões que são formuladas e reformuladas a partir do momento que o trabalho de campo se iniciou. Tomo como ponto de partida a compreensão de que o ato de pesquisar não supõe uma posição de neutralidade, principalmente em contextos em que se faz impossível ser alheia à dor do outro (Coelho, 2020). Ouvir e presenciar o testemunho dessas mulheres, sobre uma violência tão perversa e insistente fez com que repetidamente fossem repensadas as melhores estratégias de feitura e de registro dessa pesquisa. Como contar o que pude ouvir? Como estar sensível aquilo que não é dito, mas expressado?

Essas questões, diante das quais as respostas mostravam-se sempre parciais e incompletas, possibilitaram, inclusive, que eu prestasse atenção às crianças que surgiram nas cenas de pesquisa e nas narrativas. Presença imprevista, mas a sensibilidade que busquei preservar me indicou que em algumas histórias elas são também testemunhas dessa violência e fazem parte, de maneiras heterogêneas, do luto vivenciado pelas mulheres.

3.1 OBJETIVOS

Foi objetivo dessa pesquisa compreender como a violência é testemunhada a partir da experiência de luto de mulheres que perderam familiares assassinados.

3.1.2 Objetivos específicos

- a) Compreender quais os sentidos atribuídos por essas mulheres à experiência de perda em razão da violência letal.
- b) Identificar quais são as práticas de cuidados e resistências cotidianas relacionadas a essa experiência de violência.
- c) Identificar as experiências de sofrimento e adoecimento vivenciadas por essas mulheres após esses eventos violentos.

3.2 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Essa pesquisa propôs uma abordagem qualitativa, pois busca compreender os significados singulares atribuídos pelos sujeitos a partir de suas relações e experiências com a problemática abordada. Entende-se que, a partir de sentidos individuais o sujeito expressa suas interpretações e ações. Estes significados estão vinculados à história coletiva dessa experiência (Minayo et al., 2016), que neste caso é a vivência de mulheres que perderam familiares vítimas de violência letal. A partir da relação entre cultura, ciência e ação, entendemos que a produção de conhecimento se dá *em relação* ao outro e *com* o outro, sendo este, também, sujeito da pesquisa. A pesquisa social, como discorre Fals-Borda (2014), se dá em uma íntima relação com o compromisso de questionamento e transformação da realidade, em que as prioridades de pesquisa são redirecionadas para as problemáticas experenciadas em determinado local e por determinados grupos.

Na epistemologia qualitativa considera-se o caráter construtivo e interpretativo do conhecimento. Nesse sentido, não é possível um processo de *coleta* de dados ou *apropriação* deles, mas de *produção* desses dados e informações. Assim, comprehendo a posição de pesquisadora nesse contexto da pesquisa. Portanto, a produção de conhecimento é situada e sempre parcial e dessa forma fazemos aproximações e distanciamentos, entendendo que a realidade tem um dinamismo próprio e uma complexidade tal que não se pode abarcá-la inteiramente (Gonzalez-Rey, 2005).

Assim, conforme González-Rey (2005), há um caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, em que, a partir da construção de zonas de inteligibilidade novas informações vão sendo produzidas, abrindo espaço para que outras inteligibilidades surjam e sejam aprofundadas. Outro elemento importante diz respeito à legitimação do singular na produção de conhecimento, isto é, a informação pode ser única e deve estar relacionada ao aporte teórico que sustenta a pesquisa, em uma contínua dialética entre teoria e práxis. Levar em consideração essa produção de significados possibilitará uma compreensão em profundidade das narrativas e modos de vida experenciados, tendo em perspectiva a relação dessa produção subjetiva com elementos culturais, institucionais, políticos, econômicos, visto que essas dimensões interagem e influenciam a posição social dessas mulheres, assim como sua percepção sobre suas vivências (Groulx, 2014).

Compreendendo a dimensão da subjetividade da pesquisa, e como ressaltam Jobim e Carvalho (2016), a pesquisadora está na cena de pesquisa sem poder estar fora, isto é, participa

e produz efeitos na pesquisa, assim como os interlocutores, o que não implica na homogeneidade dos discursos. Além disso, como apontam as autoras, entendemos que o campo da pesquisa pode conter uma polifonia de vozes e tal elemento precisa comparecer no texto:

Nas ciências humanas o registro escrito deve evidenciar o aspecto polifônico do campo, bem como trazer a alteridade como seu fundamento, apresentando conflitos e desencaixes. É através da alteridade que é possível fazer falar o interlocutor da pesquisa no texto – o que não corresponde a dar a voz, mas a dar espaço para a voz –, naquilo que ele enuncia a partir do seu lugar (Jobim & Carvalho, 2016, p. 105).

A alteridade e a dimensão dialógica se apresentam então como elementos centrais de pesquisa, entendendo que há uma coprodução desse conhecimento com o interlocutor. Compreende-se que a pesquisa acontece em negociação com esse outro, isto é, o que ele escolhe dizer e o que escolhe silenciar, quais perguntas esse sujeito também endereça para a pesquisa e o que isso modifica em seu curso, que outras vozes compõe o discurso daquele que fala e como perceber os elementos que não se traduzem em palavras. Dessa maneira, há um reconhecimento das diferentes posições ocupadas pela pesquisadora e interlocutores, no entanto, cada qual interfere e coproduz os caminhos produzidos (Jobim & Carvalho, 2016).

3.3 QUEM SÃO AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA?

A chegada até as participantes aconteceu de distintas formas: a) a partir do contato com profissionais que atuam ou atuaram em serviços da rede socioassistencial de Juiz de Fora (MG); b) através de lideranças comunitárias e movimentos sociais; c) a partir da indicação das próprias mulheres entrevistadas. Desta maneira, os contatos com as participantes foram realizados de forma presencial com aquelas que residiam no município de Juiz de Fora e de maneira remota com aquelas que residiam em outros municípios e Estados.

Estive com nove mulheres neste processo de pesquisa. Algumas perderam os filhos, outras os irmãos e sobrinhos, algumas perderam filhos e irmãos. Das nove interlocutoras, três mulheres são participantes de movimentos de busca por justiça e há anos lutam contra os desdobramentos da morte de seus filhos, essas três aceitaram participar da pesquisa mediante ao acordo de que seus nomes não fossem omitidos no trabalho, são elas Ana Paula, Antônia e Maria do Carmo. Portanto apresento brevemente e de acordo com o que também me foi apresentado, as interlocutoras da pesquisa.

Ana Paula

Nascida em Minas Gerais, mãe de 4 filhos. Mulher negra, jovem de 29 anos, moradora de um bairro periférico de Belo Horizonte à época do assassinato do filho. Ana Paula estava trabalhando com faxinas e seu marido era mecânico. Seu filho, Pablo, foi executado por policiais aos 14 anos, enquanto caminhava pelo bairro onde residia. Pablo levava uma peça de carro na mão para entregar a um colega, com quem também iria pegar uma peça para sua bicicleta. Pablo foi executado com 4 tiros por policiais militares, os quais alegaram ter confundido a peça do carro com uma arma.

Fernanda

Nascida em Minas Gerais, moradora de Juiz de Fora. Mulher negra, de 28 anos, mãe de 7 filhos e moradora de um bairro periférico deste município. Trabalhava como garçonete no momento da entrevista, mas já exerceu diferentes trabalhos. Sua história de vida é permeada por violências de diferentes ordens, vividas nos acolhimentos institucionais em que cresceu, como abusos sexuais; nas relações afetivas, em que sofreu violência doméstica; no bairro onde mora, atravessado pela dinâmica da violência policial e dos conflitos armados. “Perdeu” duas filhas que foram entregues para a adoção. Fernanda cresceu em “orfanatos”, onde passou sua infância e adolescência. Seu irmão, Jonas, foi assassinado quando tinha 18 anos. Um dos autores do homicídio foi o pai de um dos filhos de Fernanda.

Márcia

Nascida no Maranhão, mãe de 4 filhos, parda, professora, tem aproximadamente 55 anos, mas reside em Juiz de Fora há quase 3 décadas. Seu enteado, Lucas, foi morto com pouco mais de 30 anos de idade, durante uma intervenção militar no Rio de Janeiro. Lucas fazia parte do Exército Brasileiro. Márcia se refere a Lucas como filho, desta maneira, a partir de agora todas as vezes que este caso for retratado, faremos o mesmo. Faço essa breve explicação porque durante seu relato, Márcia menciona Cida, mãe biológica de Lucas. Além da perda do filho, quando estive com Márcia, ela havia perdido sua irmã há dois meses, vítima de feminicídio, cometido pelo marido, seu cunhado.

Sônia

Nascida no Acre, mãe de dois filhos, professora, mulher branca, em torno de 60 anos. Sua filha, Alexandra, foi assassinada com pouco mais de 30 anos pelo marido, na casa onde

residiam. Alexandra teve seu corpo desaparecido por dias e foi encontrada com o rosto desfigurado e totalmente despersonalizada. Atualmente Sônia e o marido são responsáveis pelos netos, filhos de Alexandra.

Maria do Carmo

Nascida em São Paulo, residindo em Minas Gerais, militante do Movimento de Mães na luta contra a violência de Estado e o genocídio. Seu filho, Thiago, foi morto aos 31 anos de idade e enterrado no dia de seu aniversário. Morreu quando estava cumprindo pena privativa de liberdade. A unidade prisional construiu uma narrativa de suicídio como razão explicativa da morte de Thiago, mas os indícios levantados pela família contrariam essa versão. “Ele foi suicidado”, diz Kaká, como prefere ser chamada.

Antônia

Nascida no interior do Amazonas, de etnia mura¹. Mãe de 8 filhos, aproximadamente 60 anos, trabalhava com uma venda própria na região que reside. Antônia teve sua filha, que era policial, assassinada aos 26 anos, dentro de um batalhão da Polícia Ambiental. A morte de Deusiane foi apresentada pelos policiais ambientais como suicídio, no entanto, sua família sustenta que ela foi vítima de homicídio, apresentando diversas provas que contrariam a versão do suicídio.

Roberta

Nascida em Minas Gerais, mãe de 4 filhos, mulher negra, de aproximadamente 55 anos e moradora de um bairro periférico de Juiz de Fora. Atualmente encontra-se em um tratamento para o câncer, doença que desenvolveu após a perda do filho. Anteriormente trabalhava com serviços gerais em alguns estabelecimentos. Perdeu seu filho assassinado aos 13 anos, na porta de sua casa. Roberta tem uma irmã, que também teve os dois filhos assassinados. Um deles morreu na rua onde Roberta mora.

Gabriela

Nascida em Minas Gerais, reside em Juiz de Fora, mulher branca, de aproximadamente 50 anos. Mãe de duas filhas, mas também figurava um papel materno na vida do sobrinho.

¹ Etnia Mura: O grupo indígena Mura é originário da região compreendida pelo baixo Amazonas, Solimões, Madeira, Autaz, Baetas, Marmelos, Mataurá, Aripuanã e Canumã (Pequeno, 2006).

Rafael foi assassinado aos 14 anos e teve o corpo desaparecido por semanas até ser encontrado. Gabriela revela um itinerário de violências na vida do sobrinho antes e após o seu desaparecimento.

Luzia

Nascida em Minas Gerais, moradora de Juiz de Fora em um bairro periférico. Luzia é uma mulher negra, de 28 anos, mãe de duas filhas. Perdeu o irmão assassinado dois dias após o mesmo ter sido preso. A instituição prisional defende uma narrativa de suicídio, no entanto, a família contraria essa versão, já que o corpo de Amarildo apresentava diversos sinais de espancamento e tortura.

3.4 A INTERSEÇÃO ENTRE AS VIOLÊNCIAS

A pesquisa buscou, a partir da vivência das mulheres, compreender como a violência letal atravessou suas vidas, após a perda de seus familiares. Inicialmente esperávamos que as interlocutoras da pesquisa fossem mães que tiveram seus filhos assassinados, no entanto, a partir da dinamicidade do campo e do entrelaçamento de violências no cotidiano, algumas fronteiras foram sendo desconstruídas. A primeira das fronteiras desconstruídas foi a territorial, pois inicialmente pensávamos em realizar a pesquisa apenas no município de Juiz de Fora.

Ao iniciar o trabalho de campo, a viabilidade da realização apenas em Juiz de Fora foi colocada em interrogação. Podemos elencar alguns fatores que contribuíram para a dificuldade inicial de realizar o trabalho apenas neste município, entre eles estão: o fato de que diversos casos não chegam a alcançar tratamento jurídico ou visibilidade; não há movimento de familiares, como em outros municípios, organizados em torno da problemática da violência letal (obviamente essa problemática é debatida e enfrentada em movimentos sociais negros, da juventude, partidos políticos e movimentos relacionados ao combate da violência no sistema prisional). O fato de não haver uma linha de ação voltada especificamente a esses casos contribui para dificuldades na busca por justiça, esclarecimento dos fatos e até mesmo para que denúncias sejam realizadas.

Em diálogo com uma militante do Mês de Maio de Minas Gerais (MG), a mesma refere que percebe diferenças nas denúncias por familiares no estado mineiro, onde, segundo ela, prevalece o medo e uma cultura da não-denúncia. Ela também nota a diferença de mobilizações políticas em outros Estados, pois, em sua percepção, os movimentos em Minas ainda precisam ser ampliados. Concomitante a isso, surgiu a possibilidade de contatar a Rede Mês de Luta,

em especial o MÃes de Maio MG, e dessa forma, a realização da pesquisa com mÃes provenientes de outros municípios se tornou viável.

A morte e a violência se presentificam de diversas maneiras em algumas trajetórias de vida. Por exemplo, quando cheguei até MÃrcia, sabia que ela havia perdido o filho em uma intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, quando estive com ela compreendi que seu filho, Lucas, era militar e que, 60 dias antes de nosso encontro, sua irmã havia sido assassinada pelo marido. Mais uma vez o campo apresentou contornos inesperados, o que exigiu que novos aportes fossem utilizados para auxiliar na compreensão e análises desses eventos. A narrativa de MÃrcia sobre sua história, suas perdas, sobre a morte do filho e da irmã impossibilita que fragmentemos sua experiência. Isto é, quando MÃrcia fala de seu luto, sua dor, suas memórias, é necessário que tanto a morte de Lucas, como a da irmã, Roseane, sejam consideradas.

A partir de um evento realizado pela Defensoria do Estado de SÃo Paulo, sobre polÃticas de reparação às famílias vÃtimas de violência letal, tive contato com Antônia. Sua filha era policial e fora assassinada dentro do batalhão da polícia militar, enquanto estava de plantão. Sua morte inicialmente foi apresentada como um caso de suicídio, no entanto, atualmente os quatro policiais que estavam presentes no dia da morte de Deusiane encontram-se como acusados. Um dos policiais, ex-namorado de Deusiane, já havia realizado ameaças e agressões à mesma. Neste caso, trata-se de uma policial assassinada em seu local de trabalho, por outros policiais e sendo um deles, um ex relacionamento íntimo. Violência de Estado? Feminicídio? Como analisar a sobreposição dessas violências de tal forma que os conceitos empregados sejam capazes de abarcar a complexidade deste evento?

É importante atentar também para o fato de que as mortes de Deusiane, Amarildo e Thiago, ambas em instituições de segurança – duas unidades carcerárias e uma em um batalhão da PM – foram apresentadas aos familiares como casos de suicídio. Tal versão nunca foi aceita pelas famílias que, ao longo dos anos, seguem buscando o esclarecimento dos fatos e justiça. Há uma linha que costura os diferentes casos e histórias presentes até o momento, operando uma lógica de fazer morrer.

O irmão de Fernanda foi assassinado aos 18 anos em razão da dinâmica da violência armada e do tráfico de drogas. Sua narrativa revela uma trajetória atravessada pela precariedade e pela escassez de recursos para sua sobrevivência. Sua fala evidencia, de forma mais ou menos explícita, um itinerário de ausências e violências do Estado. O filho de Roberta, assim como o filho de Ana Paula e o sobrinho de Gabriela foram assassinados com 13, 14 e 14 anos,

respectivamente, o que revela um retrato perverso do Brasil no que diz respeito à morte de jovens.

3.5 IMPASSES DA PESQUISA DE CAMPO

Comecei a busca pelas participantes da pesquisa e pelos atores que poderiam me aproximar delas no final de 2023. Eu havia feito alguns contatos durante o grupo de famílias² de adolescentes em medida socioeducativa do qual participei e alguns nomes começavam a aparecer. Logo no início percebi que estava hesitante, sentimento que considero não ser muito incomum para jovens pesquisadoras(es) diante de seu trabalho de campo. Era dezembro e o Natal se anunciaava. Estava diante de uma decisão que poderia parecer irrelevante para alguns campos de pesquisa. Mas me lembrei de alguns diálogos com famílias que experenciaram a perda de alguém ou a vivência do cárcere e recordei que épocas comemorativas, como o Natal e o dia das mães, costumam ser períodos difíceis para essas famílias. Decidi por não contactar as interlocutoras em dezembro e, apesar de não ter certeza se isso auxiliou ou prejudicou algum movimento da pesquisa, considero que foi o mais coerente com as informações que eu tinha no momento.

Dessa forma, iniciei os contatos em janeiro de 2024 e comecei pelas pessoas que poderiam conhecer mulheres que tivesse passado por essa perda. Contatei trabalhadores das políticas de Assistência Social, Justiça e Saúde ou que estivessem no terceiro setor. Fiz contato também com lideranças comunitárias, militantes na área dos Direitos Humanos e afins, e pessoas que eu sabia que residiam há muito tempo em determinados bairros. A princípio, todas essas tentativas concentraram-se em encontrar possíveis participantes no município de Juiz de Fora. Conseguí marcar uma reunião presencial com uma liderança comunitária de um bairro, que chamarei de Gustavo. Escolhi esse encontro para retratar parte do Diário de Campo.

Fui um pouco apreensiva para esse encontro, já que Gustavo havia me adiantado que situações como essas que eu buscava eram comuns no cotidiano do bairro. As inquietações sobre como chegar a essas mulheres e os cuidados para que essa aproximação não fosse motivo de mais violência e dor também ocupavam minhas preocupações com a feitura do campo. O encontrei em uma terça feira na porta de seu trabalho, no bairro onde reside. Não havíamos combinado sobre onde conversaríamos e, ao vê-lo, me disse ‘Vamos lá pra cima? No bar do Cilas?’. E no bar do Cilas foi onde aconteceu

² Esse grupo foi uma atividade organizada com as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade, a partir de uma parceria entre a Universidade e o Centro Socioeducativo responsável pela execução de medidas. Ao longo dessa parceria foram desenvolvidas atividades de pesquisa, extensão e estágio com os adolescentes e suas famílias.

minha primeira atividade em campo. A partir dali entendi que o trabalho, após tantos ensaios, tinha sido posto em movimento de uma maneira imprevisível. Inicialmente conversamos sobre situações do bairro, problemas relacionados à companhia de energia e sobre a percepção de Gustavo com a chegada do Comando Vermelho e as mudanças operadas em razão disso. Logo de início, o tema do sofrimento e da morte apareceram, em especial sobre uma família do bairro. Essa família era conhecida porque algumas pessoas haviam participado de uma intervenção realizada pelo grupo de pesquisa que participei, em conjunto com o movimento social que Gustavo atua. Ele, o Gustavo, falou em especial da “Pretinha-Maria”, que havia tido um “surto” e ficado internada, “não volta mais”, ele dizia, “não quer voltar, perdeu o sentido da vida”. Fui entendendo que Pretinha tinha perdido 2 filhos no espaço de um ano. O primeiro a morrer, Renato, parece ter tido uma parada cardíaca, não se sabe ao certo o motivo. Um caso que “parece que ninguém entende. Ele morreu com a jaqueta que eu tinha dado a ele”, dizia Gustavo. “Era uma jaqueta bonita, forte, protegia do frio”. Disse que não queria ver Renato sentindo frio de madrugada, durante seus plantões no tráfico. Disse que a jaqueta era do exército e que ficou se perguntando a noite enquanto tentava dormir se deveria ter dado essa jaqueta a ele. Não chegou a dizer, mas parecia com medo pelo que poderia simbolizar uma jaqueta do exército naquele contexto. Depois falou de Bruno, irmão de Renato, e do quanto doloroso foi encarar sua morte. Bruno subiu em uma torre, até o ponto mais alto e pulou. “Eu fui lá ver, pisei na poça de sangue, pensei, essa pessoa perdeu muito sangue”. Disse que o rosto estava muito desfigurado, a cabeça grande, não deu pra reconhecer o primo. Disse que decidiu ir ao IML para abraçar a irmã dessa pessoa que supôs não ser o primo. A mãe dos rapazes, Pretinha Maria, e Sueli, a avó, não tiveram condição de entrar. Quando chegou, o técnico perguntou a ele se o primo tinha tatuagem, Gustavo disse que sim, o técnico perguntou o que era o escrito, e a confirmação veio. Era o nome de Maria, a mãe do rapaz. (Diário de Campo, 20/02/2024).

Esse relato, em conjunto com outros produzidos com Gustavo, deixam escancarada a presença da morte, de uma morte abrupta, inesperada, porém presente em determinados contextos. As imagens, aqui descritas em palavras e por Gustavo faladas e experimentadas, conotam cenas de horror. Outro ponto importante se relaciona ao processo de sofrimento que a mãe dos rapazes vivenciou e o seu “abandono da realidade”. Poderíamos questionar que tipo de realidade é possível de ser habitada pela mãe que perde os dois filhos, dessa maneira, no espaço de um ano. Durante a conversa, Gustavo relembra que ao passar perto do local ouviu trabalhadores de um posto de gasolina dizer “ah, era um mendigo que pulou” e se questiona “Como assim? Se fosse mendigo podia morrer?” Ao mesmo tempo defende a memória de Bruno, dizendo, “ele tinha um quarto, uma cama, ele tinha um lugar”.

A desvalorização de certas vidas por parte de parcela da sociedade, conforme sinaliza Butler, é contraposta por Gustavo, que insistia em dar importância e demarcar o lugar ao primo – lugar geográfico e físico, pois falava do local de moradia e repetidamente do quarto do primo, com seus móveis, objetos e documentos; e lugar afetivo, como alguém a quem Gustavo havia tentado ajudar em seu sofrimento, como alguém que poderia ter tido outro destino. Apesar da

brutalidade dessas mortes e de elas não terem sido ocasionadas por homicídios, Gustavo, ciente dos objetivos da pesquisa, tensionava a noção de “violência de Estado”, e repetia a todo momento a responsabilidade do Estado na precariedade experimentada pelos moradores do bairro. Repetiu diversas vezes que “eram várias violências”, que o Estado deixava as pessoas da periferia se matarem, se resolverem por lá. Contou de um rapaz que foi baleado e ficou por horas esperando o Samu deitado na rua: “A chuva levou seu sangue”, ele me disse, e na ocasião pareceu tangível o que Cunha e Moreira (2023) sinalizam: algumas vidas vão sendo subtraídas aos poucos.

Após um tempo de conversa retomei a proposta de pesquisa, falei sobre a ideia de conversar com as mulheres que tivessem perdido os filhos. Imediatamente ele começou a lembrar de diversos casos e disse que essa situação aconteceu com um primo seu. “Ele levou mais tiros que a idade que ele tinha,” disse Gustavo, e começou a contar a história de Rodrigo e do trabalho deste no tráfico. Durante toda a conversa, todos que passavam pela porta do bar cumprimentavam Gustavo e vez ou outra alguém entrava para comprar algo no bar. Em certo momento, Gustavo convidou Júlio para sentar conosco.

Júlio era pai de Rodrigo, o rapaz que levou mais tiros do que a idade que tinha. Nos apresentamos e Gustavo introduziu o motivo de eu estar ali. Júlio mudou a expressão e imediatamente começou a contar a história do filho. Apesar de, ao reler o Diário de Campo, entender que Gustavo já era um dos interlocutores da pesquisa, Júlio foi o primeiro participante a contar sobre a perda de um filho. Em seu relato, apareceram as tentativas frustradas de fazer com que o filho saísse do tráfico e o sentimento de culpa por não ter conseguido. A dimensão de certa temporalidade desencontrada também chamou atenção, quando Júlio contou do dia da morte de Rodrigo “Ele morreu no último dia, quando tava largando seu último plantão. Quando eles fazem 18 anos não podem ficar mais”, se referindo a atuação no tráfico.

Nossa conversa foi interrompida após a entrada de um rapaz no bar. Percebo que Júlio fica desconfiado, começa a falar em um tom de voz baixo e diz que gostaria de continuar a conversa em outro momento. Trocamos contatos e ele foi embora. Gustavo, após a saída de Júlio e do rapaz do bar, me diz que “é o poder paralelo”, se referindo novamente à capilarização do Comando Vermelho no bairro. Alguns dias depois tentei contato com Júlio, mas soube que ele estava preso. Após alguns meses de campo, a partir de contatos com profissionais que atuaram na rede de saúde e de assistência social, pude chegar até algumas mulheres que residem em Juiz de Fora, de diferentes localidades do município. Isso me possibilitou adentrar na realidade juizforana associada à interiorização da violência, à capilarização de facções e consequentes mudanças na dinâmica do tráfico de drogas e organizações territoriais.

3.6 ENTREVISTA NARRATIVA

A opção pela entrevista narrativa deu-se pela possibilidade de o método favorecer a elucidação da história contada, a partir da perspectiva da participante, entrecruzada com o contexto situacional e visando a construção em profundidade das informações. A narrativa sustenta uma posição de implicação do sujeito que narra, em conjunto com o interlocutor que efetua a mediação das questões específicas direcionada aos acontecimentos evocados (Muylaert et al, 2014). A utilização da narrativa contribuiu para que as mulheres participantes accessassem os acontecimentos e os afetos envolvidos em sua trajetória, desvelando os efeitos e desdobramentos dessa experiência que foi atravessada pela violência, alcançando então os objetivos propostos no presente estudo.

A técnica da entrevista narrativa pode evidenciar elementos da totalidade da realidade a partir de discursos individuais. Objetivou-se com tal estratégia a construção de narrativas conectadas às memórias de famílias. Como aponta Muylaert et al (2014), “a forma oral de comunicar re-significa o tempo vivido, as coisas da vida, e concomitantemente a ela, emerge o passado histórico das pessoas a partir de suas próprias palavras”. A entrevista narrativa é uma técnica para a produção de dados que acaba por implicar o sujeito e pode contribuir para aliviar acontecimentos e sentimentos sobre as situações narradas, ou para torná-las mais familiares (Bauer, 2017).

Entre nossas interlocutoras, há experiências heterogêneas no que tange ao ato de narrar. Algumas delas, em especial aquelas envolvidas em processos jurídicos referentes à morte ou aquelas vinculadas a movimentos sociais, defrontam-se com a narrativa sobre o ocorrido diversas vezes. Outras, por sua vez, encontraram no momento da entrevista uma possibilidade até então inédita de narrar sua experiência. Nessas situações, algumas delas me disseram sobre esse não dito, e se questionaram se não deveriam “falar mais disso”. Essa heterogeneidade fez com que o manejo do roteiro de entrevista fosse particular, a depender da singularidade como as mulheres se posicionavam no ato de narrar. Muitas delas, em especial aquelas que já tinham alguma familiaridade com tais narrativas, perfaziam meu roteiro de perguntas espontaneamente, bastava lançar a primeira pergunta. Nesses casos, eu buscava complementar informações, compreender melhor o que estava sendo dito e fazer perguntas que extrapolassem o roteiro semiestruturado. Em casos em que a narrativa era inédita, uma dimensão catártica vinha à tona, assim como zonas de incompreensão que assim permaneceram.

As entrevistas foram gravadas em aparelho de captura de áudio, de acordo com a concordância explicitada pelas participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. É necessário sinalizar que além das questões colocadas no roteiro, os caminhos narrativos que as interlocutoras escolheram são igualmente valorizados, compreendendo que elas optam por inserir outros elementos no diálogo que extrapolam o roteiro.

Por fim, minha atenção se voltou para os recursos discursivos utilizados, isto é, as palavras, os gestos, os silêncios, as interrupções, os objetos etc. Buscaremos retomar as palavras utilizadas pelas interlocutoras, considerando que “(...) um dos aspectos sob os quais se pode compreender uma pessoa é como vítima da linguagem – como se as palavras pudesse revelar mais de nós do que estamos cientes” (Das, 2020, p. 29).

3.7 IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana/UFJF, localizado na Pró Reitoria de Pesquisa da UFJF, Campus Universitário, rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, em acordo com as diretrizes previstas Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. CAAE: 76569123.9.0000.5147. Número do parecer: 6.791.728.

Os nomes apresentados na pesquisa são fictícios, mantendo a confidencialidade e sigilo para proteção dessas pessoas. Em alguns destes casos o sigilo, além de um direito, se faz necessário para proteção das(os) participantes. No entanto, três das mulheres interlocutoras eram militantes em movimentos de combate à violência e busca por justiça, e me solicitaram que seus nomes aparecessem. Essa é uma situação já discutida em outras pesquisas, inclusive sobre o direito ao nome e à real possibilidade de proteção relacionada à omissão do nome. Manter seus nomes foi um acordo para que participassem da pesquisa. Dessa forma, acolhi esse pedido, considerando inclusive que seus casos são públicos, divulgados na mídia e que seus pedidos se fazem legítimos. No entanto, em trechos que julguei haver informações que pudessem gerar algum tipo de exposição, omiti seus nomes. Omiti também nomes de outros atores envolvidos em seus relatos, bem como localidades ou relatos de situações que julguei serem mais sensíveis.

4. OS TENTÁCULOS DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO BRASILEIRO

4.1 SEGUNDA CENA: MENTIRAS INSTITUCIONALIZADAS

Um dia antes de o meu filho ser morto, é isso que eu acredito que aconteceu, eu tinha procurado a Comissão de Direitos Humanos da OAB pra denunciar agressões e ameaças que ele estava sofrendo no CERESP. Quando fui informada da morte dele, eu voltei lá, denunciei que agora a vida dele já não tinha mais como ser poupada. Aí, a Comissão de Direitos Humanos investigou o caso e uma das testemunhas ouvidas, disse que presenciou o assassinato do Thiago. Mas depois essa testemunha foi ameaçada e teve que ser transferida para outra unidade. Um outro preso contou que o meu filho sabia que seria assassinado; que ele gritou: ‘chamem a minha mãe, porque vão me matar’. A comissão também pediu um novo laudo de necropsia, que levantou a forte suspeita de que ele não se matou: ele foi assassinado. Há vários sinais de que ele foi torturado e de que o suicídio foi forjado. A segunda necrópsia do corpo dele apresenta uma lista de marcas que são comuns em cenas forjadas de suicídio, quando outras pessoas é que penduram o corpo do alegado suicida no laço do enforcamento. O corpo tinha sinais de que algo mais forte do que só o peso do corpo dele o levou à morte por asfixia: ele tinha o rosto e lábios inchados e arroxeados, havia manchas horríveis espalhadas pelo rosto dele. Apesar de tudo isso, o processo do Thiago já foi arquivado duas vezes, mas eu nunca descansei.

4.2 SITUANDO A NOÇÃO DE VIOLÊNCIA

“Nomear a violência não reflete apenas as lutas semânticas – reflete o ponto em que o corpo da linguagem se torna indistinguível do mundo; o ato de nomear constitui uma enunciação performativa” (Das, 2020)

Martín-Baró (2017) escreve sobre o sangramento cotidiano ao qual os povos centro americanos estão submetidos em razão dos conflitos violentos presentes no território, onde inúmeras mortes foram provocadas decorrentes da guerra civil em El Salvador durante a década de 1980. Defendo que, apesar das diferenças geográficas e contextuais sobre as quais o autor produziu suas investigações, é possível nos apoarmos em suas análises para compreender parte da dinâmica da violência experimentada no contexto brasileiro. Segundo o autor supracitado, há três pressupostos básicos para compreendermos a violência, a saber: a) há múltiplas formas de violência, com diferenças significativas entre elas; b) a violência tem um caráter histórico e só é possível compreendê-la analisando o contexto social no qual ela foi produzida; c) a

violência tem um peso autômato que a dinamiza, isto é, não basta saber suas raízes para detê-la (Martín-Baró, 2017).

Além desses pressupostos, o autor identifica três fatores constitutivos da violência: a) seu fundo ideológico; b) o contexto possibilitador; e c) a equação pessoal. Ao afirmar que a violência possui um caráter ideológico a inserimos em uma compreensão de que os conflitos sociais se dão em uma sociedade estruturada pelo antagonismo de classe, em que há uma relação dialética entre opressor e oprimido. Dessa forma, há na América Latina uma violência institucionalizada, isto é, uma prática sistemática de violência contra determinados grupos. A proposta de Martin-Baró (2017), ao situar a violência como concernente a uma relação de classe, nos permite ampliar sua compreensão para além de uma dimensão interpessoal e nos permite compreender seu alastramento pelo cotidiano de famílias e territórios. As vítimas da violência são somente aqueles sujeitos efetivamente assassinados? As mulheres cujas histórias serão apresentadas aqui não são também vítimas da violência de Estado?

O contexto possibilitador, por sua vez, relaciona-se com as condições que viabilizam a prática violenta, tornando seu acontecimento mais propício. Por exemplo, a ampliação de uma política armamentista é compreendida como um contexto que possibilita a ação violenta, o incentivo à militarização e ampliação de forças armadas, também. No Brasil, as desiguais e históricas iniquidades raciais também figuram como uma espécie de contexto possibilitador, posto que a história brasileira perpetua práticas de marginalização, violência, silenciamento e morte da população negra.

Por último, a equação pessoal evidencia que o ato violento se liga também ao seu autor, em que este pode apresentar características individuais, psicológicas ou comportamentais que se relacionam com o ato. Com estes fatores constitutivos, é possível enquadrar a violência em suas dimensões coletivas e singulares, as quais são inextricáveis. Cumpre sinalizar que a “luta semântica” aqui pressuposta vai de encontro à noção de violência como um fato de natureza eminentemente interpessoal, produto espelhado de características de personalidade, da ausência de certas habilidades ou de patologias cognitivas – muito embora, conforme já mencionei, a violência materializa-se a partir de sujeitos de carne e osso. Sujeitos esses inseridos em relações sociais, em dinâmicas institucionais, papéis sociais etc. que os precedem e os ultrapassam, como se verá a seguir.

No Brasil as mortes violentas são a principal causa de morte de homens jovens entre 15 anos e 29 anos. As mortes violentas consideram as perdas ocasionadas em acidentes automobilísticos, suicídios e homicídios. A violência letal é compreendida a partir de atos que provocam mortes, que pode ser perpetrada de distintas formas, como práticas de agressões e

torturas, de desaparecimento forçado³ e através da violência armada. Conforme os dados do Atlas da Violência de 2025, 49,2% das mortes violentas no Brasil foram decorrentes de homicídios e a principal forma se dá por arma de fogo, o que realça a gravidade do problema da violência letal no país (Cerqueira et al, 2025).

Martín-Baró descreve a violência experimentada na América Central como uma forma de violência social e política, ao se referir aos confrontos protagonizados por forças militares ou paramilitares que provocaram a morte de milhares de civis, perseguições e assassinatos em massa efetuados pelos esquadrões da morte⁴, inclusive contra figuras políticas. Sobre as motivações da violência, o autor realça que:

[...] a violência sociopolítica originária não vem daqueles que buscam mudar ordens sociais injustas, mas sim daqueles que, a partir de seus privilégios prepotentes, se opõem a qualquer transformação significativa (Martín-Baró, 2017, p. 288).

Diante disso, para compreender a violência é preciso entender sua natureza histórica, suas raízes e o seu alcance, abarcando suas formas de atuar violentamente, isto é, como a violência se apresenta na concretude da vida. Uma importante dimensão associada à prática de violência se refere aos processos de desumanização e demonização das vítimas, estratégias amplamente utilizadas pelas forças militares que se baseiam em pressupostos psicológicos e ideológicos. Assassinatos são justificados sob o véu de uma operação técnica, em que os executores usam da inferiorização da vítima para justificar quaisquer ações contra ela, a partir de sua animalização ou desvalorização (Martín-Baró, 2017).

Na história da América Latina, essa estratégia tem larga caminhada. Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo, aponta como essas estratégias de desumanização e animalização do sujeito colonizado foram operadas pela violência colonial. O autor retrata como foram atribuídas uma série de características que conformaram uma visão inferiorizada do sujeito colonizado, tais como: não ter ética, ser incapaz de possuir valores, e, por isso, apresentar-se como portador de uma “quintessência do mal” (Fanon, 2022). O autor destaca ainda que o intermediário da

³ Apesar das múltiplas possibilidades de definição de desaparecido e desaparecimento, nos referimos aqui ao desaparecimento que se associa às práticas de violência, relacionadas a execuções e torturas. Esses desaparecimentos, em diversos casos tem ligação com agentes estatais, em operações oficiais ou extraoficiais, onde sujeitos são submetidos ilegalmente à custódia. Essa prática foi muito comum no período ditatorial brasileiro, associando-se a ações de tortura e execução. Em diversos casos os corpos nunca foram encontrados. Um caso emblemático foi o caso de Acari, ocorrido em 1990, onde 11 jovens desapareceram e nunca foram encontrados (Araújo, 2012).

⁴ No Brasil temos em paralelo os grupos de extermínio, também conhecidos como esquadrões da morte, que têm forte relação com forças de segurança militares.

linguagem do poder se constitui pela violência, através de armas, bombas, agressões e por relações de opressão, subordinação e dominação.

No contexto brasileiro, essa desumanização acontece quando jovens negros tem suas vidas constantemente ameaçadas – e interrompidas – a partir de processos de criminalização e racismo, frequentemente justificados sob a lógica da segurança pública que elege quem é o sujeito perigoso. Isto é, a partir do reconhecimento de que algumas vidas devem ser protegidas há, em paralelo, a ameaça a outras, em que certos sujeitos são tidos como alvo frequente de políticas de (in)segurança. Para Seligmann-Silva (2022) o genocídio e as práticas de apagamento e negacionismos se entrelaçam a partir de uma violência colonial que se perpetua e é “recalcada” pelo mundo ocidental. A insistência em homenagear atores responsáveis por genocídios, massacres e práticas autoritárias compõe o bojo das políticas de esquecimento da violência colonial.

As políticas do esquecimento precisam ser enfrentadas, já que elas sustentam quadros de memória que balizam a repetição da exploração e da violência. Daí a importância, sempre de políticas de inscrição da memória, sobretudo quando se trata de violência extermínadora (Seligmann-Silva, 2022, p. 19).

A partir das análises de Martín-Baró, a violência expressa “forças e interesses sociais concretos nos marcos de um conflito estrutural de classes”, mas ao mesmo tempo “tende a ocultar forças e interesses que a determinam” (Martín-Baró, 2017, p. 294), o que reafirma seu caráter ideológico. A depender de quem realiza o ato, por quais motivos e com quais consequências, diferentes significados sociais serão produzidos, de tal forma que um ato violento poderá ser aceito e valorizado, a depender de quais interesses ele favorece. Nem toda violência será nomeada como tal e, por vezes, mesmo nomeada, poderá ser compreendida como natural ou aceita socialmente. Como refere Minayo (2006), há violências que são toleradas e há violências que são condenadas.

Dessa forma, compreender a violência e suas manifestações exige que a tomemos em suas especificidades, historicidade e contextualidade (Minayo, 2006). Minayo defende que a violência acompanha a história do Brasil, em que a desigualdade social no país é umas das formas “estruturais e estruturantes” da violência, se constituindo enquanto base para outras manifestações do fenômeno. A violência é entendida enquanto um fenômeno histórico e social, que pode variar em sua intensidade e manifestação a partir de elementos contextuais e culturais. Pode ser compreendida enquanto o uso da força para dominar, subordinar e infligir danos a outros, sendo estes, indivíduos, grupos ou coletividades. Sobre as formas da violência a autora

aponta que: “Elas estão presentes na vida social brasileira, reproduzindo-se nas estruturas, nas relações e nas subjetividades, de maneira insidiosa e persistente.” (Minayo, 2013, p. 28).

Falar de violência significa abordar algo que é vivido com uma forte carga emocional para os envolvidos em atos violentos (Minayo, 2013). A violência pode ser uma experiência que frequentemente é atravessada pelo horror e pela barbárie, constituindo eventos que alteram radicalmente a vida e o cotidiano das pessoas atingidas, o que, segundo Das (2020), faz com que encontremos dificuldades ao tentar representá-la. Na obra da antropóloga indiana, a violência aparece como um tema central, a partir de investigações que buscam compreender como a violência afeta a vida ordinária e os processos cotidianos de pessoas comuns (Lacerda & Parreiras, 2021).

Lacerda & Parreiras (2021) ao trabalharem a noção de violência adotada por Das indicam que a violência deve ser entendida à luz de processos políticos, considerando quais linguagens são acionadas para expressar os processos de dor e sofrimento decorrentes dela. Dessa forma, “a violência é considerada, assim, em sua dimensão ativa: o que produz, que relações transforma e como se dão essas transformações” (Lacerda & Parreiras, 2021, p. 1). Nesse sentido, por mais avassaladora e produtora de transformações que uma experiência de violência possa ser, ela deve ser compreendida enquanto algo que compõe a experiência do humano e como parte da vida comum – o que não significa que sua ocorrência deva ser naturalizada (Das, 2020).

4.3 TERCEIRA CENA: A CULPA

Vinicius é o filho de Fernanda, a interlocutora da pesquisa, e filho de Rafael, que foi quem assassinou Jonas, o irmão de Fernanda. *No dia da morte do meu irmão eu tava trabalhando. Ele tava namorando uma menina, aí ele bateu na menina. Eu fui discutir com ele, ele queria me bater. Aí eu deixei o Vinicius na casa do Rafael, porque eu não tinha com quem deixar. Aí no dia que eu deixei, a menina falou que ele ficou chorando o dia inteiro, desde da hora que eu deixei, ele ficou lá chorando. Ele não deu um mamá, não trocou. Ele só ficou na varanda e chorando. Ela que teve que ir lá trocar ele. Eu me envolvi com ele, não namorei ele. E ele era amigo do meu irmão. Aí eu acabei engravidando desse menino mais velho. Aí eles tiveram uma racha por ponto de droga (se referindo a Jonas e Rafael). Eles fizeram uma escama para ele e mataram ele. Um tiro. Um tiro na rua da igreja católica. Os menino falou que eles já tinham brigado cedo, os dois já tinham tido uma discussão cedo, só que ninguém falou o motivo. Eu também não perguntei, porque eu não estava conversando com meu irmão. Eu tava*

subindo a rua, eu passei em casa, aí o meu outro irmão pegou e falou assim, o que usava drogas, ele tava muito travado: ‘Cê não viu o Jonas, não? O Jonas falou assim que saiu agora que os meninos veio buscar ele. Ele, o Rafael e o Mateus, falou assim que só ia aliviar um negócio, até agora não voltou’. Meu irmão já estava chorando, já estava desesperado, parece que ele tava sentindo. Aí eu falei assim, ‘calma, não vi não, mas vou lá em cima ver se ele tá lá’. E nisso que eu subi que a gente virou a rua eu escutei um tiro. Aí eu peguei e subi com meu menino. Aí nisso que eu estava subindo eu escutei os tiro, aí a primeira coisa que veio na minha mente foi: ‘O Jonas matou o Rafael’. Meu irmão também era bicho solto. Aí quando cheguei, eu vi o Mateus descendo, aí ele tava com a arma na cintura, ele só gritou assim: ‘Mataram seu irmão ali. Aí eu falei assim: “Onde foi? Onde foi?”, Ele falou assim: “Ali na rua da igreja. ‘Me leva lá’. “Não dá pra mim te levar, não, que os ‘homi’ tão chegando”. Aí ele desceu no beco, aí nisso que a gente foi subindo, tava cheio de gente, eu subi, mas meu irmão já tava caído no chão. Eles deram um tiro na cabeça dele aqui, aqui assim [botando a mão na nuca]. Aí meu irmão, meu irmão que chegou primeiro, não deixou eu chegar perto, começou a botar a culpa ni mim. Achei que dava tempo de salvar ele, mas não deu, já tava morto.

4.4 NAS TRILHAS DA BARBÁRIE: VIOLÊNCIA DE ESTADO E VIOLÊNCIA LETAL

Discutirei a seguir alguns elementos associados à manifestação da violência de Estado no Brasil, materializada especificamente pela violência policial, pelos conflitos armados e pela violência letal, fenômenos que são bastante elucidados pelo relato acima, de Fernanda. Para compreender os impactos cotidianos na vida de pessoas por ela vitimadas, o debate sobre a violência de Estado, em suas diferentes expressões, se torna central. A violência estatal não comparece apenas através de atos militares contra a população, como no caso de mortes efetuadas por agentes policiais. A esse grave cenário, soma-se a violência que é produzida pelas desigualdades estruturais e ausência de acesso a políticas sociais, como de saúde, assistência, moradia, educação, transporte etc., considerando que a omissão e a negligência com determinados grupos e territórios também refletem uma violação pelo Estado (Assumpção et al., 2018).

A violência de Estado se materializa pelas mortes provocadas pelos operadores policiais, pelos desaparecimentos forçados, por práticas de tortura, mas também por omissão de informações e descaso de instituições representantes dessa instância na averiguação dos fatos, no acompanhamento das vítimas e na resolução dos processos. A adulteração ou

destruição de provas, a destruição da cena do crime, o que impede uma perícia adequada, e o acesso dificultado aos fatos em casos que há a suspeita do envolvimento de agentes públicos em crimes cometidos é uma situação recorrente no contato com o judiciário. Além dessa atuação direta na alteração da produção de evidências contra esses agentes, verificamos também o crônico desinteresse pelos órgãos públicos, incidindo na morosidade das investigações, da produção de evidências e na elaboração dos inquéritos policiais. Todos esses elementos configuraram a o que se entende aqui por violência de Estado (Amadeo et al., 2018).

Dito isso, é possível afirmar que a violência de Estado no Brasil se manifesta como uma das principais causas de violação dos Direitos Humanos, vitimando principalmente jovens pobres, negros e moradores de periferia. Segundo Assumpção et al. (2018):

A violência do Estado se materializa ao (i) negar a garantia de acesso aos direitos básicos, (ii) fazer uso ostensivo da força policial, (iii) dificultar o acesso ao sistema de justiça e (iv) negligenciar o acesso à informação e ao direito dos familiares à memória (Assumpção et al., 2018, p.136).

Retomar esse trecho é importante para realçar o papel do Estado nas condições de precariedade vivenciadas pela população, na relação que as políticas de segurança e os agentes estatais estabelecem com determinados sujeitos e nas dificuldades de acesso experienciadas na busca por informações, justiça ou reparação. E, de forma mais agravada, por vezes, são os agentes estatais os responsáveis por perpetrar uma das formas mais brutais de violência, que é a letal (Assumpção et al., 2018).

Para compreendermos a dinâmica da letalidade no território brasileiro serão apresentados alguns dados de dois importantes levantamentos de informação sobre violência, letalidade e segurança no Brasil, a saber, o Atlas da Violência, confeccionado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, confeccionado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ambos foram publicados em 2024, no entanto o Atlas apresenta informações relativas ao ano de 2023 e o Anuário informações relativas ao ano de 2024. É possível notar que algumas informações são discrepantes, o que decorre das diferenças metodológicas aplicadas em cada relatório.

Os dados relacionados à mortalidade por homicídios no Brasil têm sido um dos principais temas de debate no campo dos estudos sobre violência no país. O Atlas da Violência verificou a ocorrência de 45.747 homicídios no Brasil em 2023, correspondendo a uma taxa de 21,2 mortes por 100 mil habitantes (Cerqueira, 2025), evidenciando uma pequena queda nos últimos anos. No entanto, há um número expressivo de mortes que o Estado não consegue identificar a causa do óbito, isto é, entre 2013 e 2023, 8,6% das mortes não tiveram a

intencionalidade identificada, o que significa que 135.407 pessoas morreram de morte violentas sem o motivo identificado, constituindo as chamadas Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI).

A redução de mortes violentas observada na última década pode ser entendida a partir de alguns elementos, tais como: a implementação de programas qualificados na segurança pública desenvolvidos em alguns Estados brasileiros, que atuaram na prevenção à criminalidade e letalidade; o armistício entre facções criminosas; e uma mudança do regime demográfico, que significou o envelhecimento da população e a consequente diminuição do número de jovens no país. Todavia é importante realçar que a política armamentista implementada no governo Bolsonaro pode ter impedido que essa diminuição fosse mais expressiva (Cerqueira et al., 2025).

A partir dos dados do Anuário de Segurança Pública, divulgado em 2025, houve 44.127 mortes violentas intencionais (MVI) no ano de 2024, representando uma taxa de 20,8 assassinatos por 100.000 habitantes. Deste número, 79% dos vitimados eram pessoas negras (pessoas pretas ou pardas), 91% eram homens, 48,5% tinham até 29 anos (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Outro dado fundamental se refere à letalidade policial, em que 6.243 pessoas foram assassinadas em intervenções policiais, representando uma taxa de 2,9 mortos por 100.000 habitantes. Como mencionado acima, a política armamentista promovida durante os anos do governo Bolsonaro indica uma situação preocupante. Em 2023 havia 2.088.048 pessoas com Registro de posse ativos no SINAR/PF, o que representa um crescimento de 227,3% desde 2017 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

O Anuário revela que em 2023 havia 909.594 pessoas privadas de liberdade, representando um crescimento de 6,3% comparado ao ano anterior, informação que reafirma a conduta de encarceramento em massa propagada no Brasil. Uma informação importante para ser considerada relativa às mortes no sistema prisional se refere aos casos que são registrados como suicídio, visto que, essas situações, por vezes apresentam informações contraditórias onde a hipótese do suicídio nem sempre é verificada e aceita pelos familiares (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Quando não é identificada a causa de uma morte violenta, isto é, se foi homicídio, suicídio ou acidente, essa morte é registrada como Morte Violenta por Causa Indeterminada (MVCI). O número desse indicador tem crescido ao longo do tempo, o que expressa uma dificuldade na análise dos dados referentes aos fenômenos letais no país. Entre os anos de 2013 e 2023 houve 135.407 MVCI, isto é, um número elevado de mortes que o Estado não

identificou a causa. Esse cenário limita uma interpretação mais coerente dos fatos e prejudica a formulação de ações e políticas voltadas para o fenômeno (Cerqueira et al., 2025).

Em Minas Gerais, especificamente, o Atlas da violência refere uma taxa de 12,9 assassinatos por 100 mil habitantes, significando que 2.795 pessoas foram assassinadas, números que representam uma significativa diferença comparada à média nacional (Cerqueira et al., 2025). Sobre o município de Juiz de Fora, Salazar (2023) discute acerca do fenômeno da interiorização da violência pelo município. O autor analisa informações relativas ao perfil de homicídios em Juiz de Fora a partir dos anos 1999 até 2020, através do Sistema de Informação sobre Mortalidade/DATASUS.

Quando o autor supracitado compara as duas décadas 1999-2009 e 2010-2020, constata-se uma mudança quantitativa expressiva nos homicídios que vitimam jovens, principalmente na faixa etária entre 15 e 29 anos. Se na primeira década (1999-2009) analisada pelo estudo, especificamente sobre as faixas etárias entre 15 e 29 anos, foram registrados 207 homicídios, na segunda (2010-2020) esse número sobe para 681. Ao todo, na primeira década estão inseridos no sistema 445 mortes por homicídios e na segunda, 1179. Salazar (2023) realça como a juventude juizforana vivência contextos em que a mortalidade violenta se apresenta de maneira mais incisiva em sua realidade, o que reproduz um padrão nacional de vitimização juvenil.

Nas análises sobre as informações relativas à cor dos sujeitos vitimados é necessário fazer a ressalva que nem sempre a informação na certidão de óbito coincide com a autodeclaração do IBGE, o que pode resultar em algumas dissonâncias na análise da dimensão racial das pessoas vitimadas. Todavia, ao somar as duas décadas analisadas, o autor constata que o total de vítimas consideradas pretas e pardas foi de 983, e o total de vítimas consideradas brancas foi de 621. Especificamente sobre o sexo das vítimas, na década 2010 a 2020, houve 1073 homicídios contra pessoas do sexo masculino e 102 contra pessoas do sexo feminino (Salazar, 2023). Apesar de Minas Gerais não estar entre os Estados com maiores índices de vitimização violenta, ainda assim a violência letal representa um problema de relevância no Estado e no município de Juiz de Fora.

Nesse sentido, a despeito de uma tendência de diminuição nas taxas de homicídios em nível nacional, a gravidade da violência letal no país se reatualiza enquanto um problema grave, considerando ainda o número elevado de mortes violentas. Ser um jovem negro e morador de periferia no Brasil significa compor um grupo que convive com o risco da morte iminente, sendo essa uma das principais problemáticas nos campos da Segurança, Direitos Humanos e

Cidadania. A desigualdade racial faz com que cotidianamente pessoas negras sejam alvo de variadas violências, dentre as quais a violência letal é mais uma dessas expressões.

Ao nos depararmos com tais dados é preciso compreender o que o racismo representa no Brasil, considerando sua incidência na estruturação das desigualdades, nas relações sociais, nas dinâmicas afetivas e na expressão dessas violências. Há peculiaridades do racismo em nosso território que, sem considerá-las, não seria possível situar adequadamente processos como o genocídio da juventude negra e a maneira como a violência institucional alcança esses jovens. A naturalização do racismo faz com que sejam tomadas também como naturais certas vivências da população negra, como a frequente perseguição pela polícia, a ocupação massiva em postos de trabalho precarizados e as condições de pobreza, entre outros elementos de uma desigualdade estrutural associada à dimensão racial (Gonzalez, 2020). Uma passagem de Lélia Gonzalez retrata esse encadeamento de violências.

[...] Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc. até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se teme a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural dos negros sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem eseguranças sociais” (González, 2020, p. 85).

As práticas de violência perpetradas ao longo da história brasileira contribuíram para fomentar e arraigar um processo de desumanização direcionado à população negra que, ao fazermos um salto para a contemporaneidade, nos conduz ao processo de silenciamento que impera diante de situações como as que as famílias negras enfrentam ao entrarem em contato com as políticas de segurança. O conceito de necropolítica, como proposto por Achille Mbembe (2016), evidencia os mecanismos atuais de exercício de poder, enfatizando a ampliação, institucionalização e naturalização de maneiras de matar. O autor dialoga com o

conceito foucaultiano de biopoder, mas destaca sua insuficiência para compreender os processos de governo das populações em que o extermínio de parcelas da população é tão fundamental quanto a garantia da vida de outras parcelas. Nesses casos, a disciplina, conceito enfatizado por Foucault (2014) que corresponde à maneira difusa como o poder se distribui no tecido social e dociliza os corpos, é insuficiente para descrever as formas atuais de exercício de poder. As guerras e as políticas de terror são o modo preferido para lidar com certas populações, o que faz da morte um evento cotidiano em certos contextos.

Se “a biopolítica é o conceito que permite apreender o processo histórico a partir do qual a vida emerge como resultado das práticas de poder” (Almeida, 2021, p. 2), a necropolítica aponta para o oposto, ou seja, para os processos a partir dos quais a morte emerge como resultado dessas práticas. Mas, não somente no sentido já apontado por Foucault e sintetizado em sua famosa frase “fazer viver e deixar morrer”, e muito mais no sentido das guerras, do homicídio e até mesmo do suicídio. Trata-se, portanto, de fazer morrer. Este conceito, conforme desenvolvido por Mbembe (2016), está intrinsecamente ligado ao racismo, ao colonialismo moderno e aos processos de marginalização e desumanização de grandes grupos populacionais. Assim, a necropolítica, o racismo e a violência formam um ciclo interligado que perpetua a dominação e subjugação de determinados grupos. Embora o autor tenha desenvolvido suas reflexões a partir do contexto da África pós-colonial, o cenário brasileiro ora descrito evidencia a pertinência do conceito para compreender a violência de Estado no país, bem como, em consonância com Hilário (2016), a realidade mais ampla da periferia do capitalismo.

Evidentemente, a necropolítica precisa justificar-se e traduzir-se em termos relativamente aceitáveis. Por isso, a atuação da segurança pública no contexto brasileiro parte da alegação de que há uma guerra (contra as drogas, contra o tráfico, contra a criminalidade), o que legitima que respostas de exceção sejam acionadas pelos operadores de segurança, a saber, a tortura, o desaparecimento forçado, as prisões fora dos marcos legais e até mesmo o extermínio. Há um *modus operandi* da atuação das polícias contra esses sujeitos considerados inimigos, o que nos conduz inevitavelmente aos resquícios da ditadura civil militar no país e, no limite, ao processo de colonização. Os episódios de violência massiva, assim como chacinas retratadas na história brasileira são um dos exemplos que caracterizam a brutalidade perpetrada pelo Estado contra segmentos da população, legitimados pela noção subjacente de que a polícia é autorizada a matar, e que ela mesma identifica o possível perigo, julga e executa a sentença no território (Ferreira, 2019).

A ditadura no Brasil formou um aparato institucional que funcionava para ocultar os crimes, os desaparecimentos, as mortes e as torturas. No entanto esse aparato deixa seus resquícios e ainda permanece mesmo em período democrático, evidenciando as dificuldades da implementação da justiça de transição e de uma democracia plena (Amadeo, 2018). Constatase um cenário de violência estrutural e sistêmica e a existência de relações extremamente assimétricas, em que setores vulnerabilizados nunca foram plenamente incorporados no marco da cidadania. O autoritarismo comparece enquanto um elemento constante nas relações das forças de segurança, em que parcela de agentes estatais são responsáveis por atos ilegais e abusos de poder, configurando uma dinâmica de violência institucional (Amadeo, 2018). Dessa maneira, a violência emerge não como fenômeno isolado, mas como um problema histórico e como processo cotidiano no Brasil que, enquanto tal, é fonte constituinte de uma dinâmica de sofrimento para determinados grupos.

Conforme mencionado, as relações violentas no território brasileiro são inerentes à formação do país (Soares, 2015). As experiências daqueles que viviam no “Novo Mundo” foram marcadas pela violência colonizadora, pela exploração do trabalho forçado e exaustivo em minas, lavouras ou construções, pela violação das mulheres, por pagamento de impostos obrigatórios em forma de ouro, além da imposição decorrentes dos intentos de cristianização e de “educação” de costumes e crenças advindos da Europa (Botelho, 2013). Assassinatos e mutilações foram registrados por diversos personagens do período colonial, assim como outras práticas cruéis, e levadas a cabo com frieza e indiferença por seus autores.

Dussel (1994), debruçando-se sobre a história da “América” a partir de um prisma não eurocêntrico, argumenta que a modernidade teve seu ponto de origem na colonização do “Novo Mundo”. Ao fincar os pés nessa parte do mundo até então desconhecida pelos europeus, e ao entrar em contato com aqueles que aqui viviam, os europeus passaram a gestar uma nova compreensão sobre si e sobre o humano que está na base da subjetividade moderna: racional, como defendem os filósofos modernos, mas também conquistadora, dominadora e violenta. Essa violência desenrolou-se com o massacre e a subjugação daqueles que aqui viviam e com o tráfico de escravos negros no Atlântico e a comercialização de indígenas para outros territórios. Esses processos produziram um terreno fértil para a concepção de uma racionalidade baseada na distinção hierarquizada de sujeitos e consequentemente na inferiorização, em que um grupo toma o outro como objeto (Botelho, 2013).

Nesse sentido, Adorno (2015) aponta que a violência no Brasil é uma “herança” que está associada ao período colonial, mas que, a despeito das transformações e atualizações, também compôs os regimes republicano e ditatorial, potencializado pelo aprofundamento das

desigualdades sociais e pela crise do sistema de segurança pública. A violência é reproduzida nas instituições, na manutenção das relações de poder e na resolução de conflitos, envolvendo tanto problemas sociais como a chamada “questão da criminalidade” (Adorno, 2015).

Ao avançarmos até o período ditatorial no Brasil, vivido entre os anos de 1964 e 1985, novamente chegaremos a cenas de brutalidade, autoritarismo, repressão e cerceamento operadas pelo Estado através de uma violência institucional sistematizada. Nesse período a lógica de um inimigo interno que precisava ser combatido ganha força novamente, na tentativa de captura da opinião pública para coadunar com as barbáries cometidas. Esse inimigo, que antes era entendido enquanto um oponente político, ocupando a imagem do comunista que coloca em risco o sistema, teve sua imagem realocada, posteriormente, na figura do pobre que coloca em risco a segurança individual e patrimonial (Almeida, 2007; Bicalho, 2013).

Atualmente vivemos uma espetacularização da violência produzida pelo setor midiático, o que contribui para o que Batista (2003) denominou de “adesão subjetiva à barbárie”, produzindo uma demanda por respostas altamente punitivas e uma resolução que é concentrada principalmente em ações jurídico penais de controle e combate àqueles entendidos como autores da violência. Observamos a produção de um consumo diário de imagens violentas associadas a determinado grupo, que tende a provocar a naturalização da violência, tomando-a como componente intrínseco da sociabilidade. A estereotipação da violência, a partir da associação de alguns atos a sujeitos pobres, negros e moradores de periferia, provoca uma visão ideologicamente limitada sobre o problema, desconsiderando as condições de miséria e precariedade também uma expressão de violência experimentada por boa parcela da população brasileira (Njaime & Minayo, 2004).

As chacinas cometidas por forças institucionais, policiais ou por grupos de extermínio tem sido um elemento de composição da história brasileira, dentre as quais destacamos: Chacina de Acari (1990), Massacre do Carandiru (1992), Chacina do Vigário Geral (1993), Chacina da Candelária (1993) Crimes de Maio (2006); Chacina do Curió (2015), Massacre de Paraisópolis (2019), Chacina do Jacarezinho (2021); e a situação recente vivenciada pelo litoral santista onde ocorreu um série de abusos policiais, uso desproporcional da força e inúmeros assassinatos ainda a serem esclarecidos. Segundo o Atlas da Violência a Operação Verão na Baixada Santista provocou 77 mortes. Em conjunto com essa letalidade repetida na história, estão presentes as abordagens humilhantes e vexatórias, os abusos de poder e até mesmo experiências de tortura (Almeida, 2007; Santiago, 2019; Passos, 2021; Cerqueira et al., 2025).

Como sinalizam Assumpção et al. (2018) e Sanjurjo e Feltran (2015), durante a ditadura, a tortura e os assassinatos tornaram-se política de Estado, no entanto, mesmo em um

sistema democrático, não é possível afirmar que tais práticas foram cessadas. O país, além de ter se tornado palco desses episódios de violência massiva por parte de agentes estatais, tem sido cúmplice e dificultado o acesso à verdade e a justiça, negligenciando as demandas de possíveis vítimas e seus familiares e tolerando toda a sorte de abusos de poder (Assumpção, 2018; Branco, 2014). Conforme mencionado anteriormente, a lógica militarizada tem ocupado as estratégias de segurança pública em diferentes localidades, a partir de um vocabulário que contempla a guerra às drogas, ao crime, ao terror, ao comunismo, aos inimigos. O que delimita quem é o inimigo tem se apoiado em uma concepção moral, demandando a legitimação das atitudes repressivas e coercitivas das forças estatais também a partir de uma adesão da opinião pública (Sanjurjo & Feltran, 2015).

Situar a maneira como o uso e o comércio de drogas são abordados se faz fundamental, pois o aparato desenvolvido para combater o tráfico se relaciona com outros problemas sociais que são centrais, como o encarceramento em massa, o genocídio da juventude negra, e uma suposta justificação da presença policial em territórios marginalizados. A noção de combate às drogas é disseminada como algo extremamente imprescindível e inevitável em nossa sociedade. Esse entendimento foi amplamente fomentado pelos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980, a partir de uma securitização da questão das drogas, em especial do narcotráfico, onde se disseminou a narrativa de que diversos problemas sociais enfrentados no país eram decorrentes das drogas. Marcos políticos anteriores já visavam alguma regulação de substâncias psicoativas, como a Convenção de Haia (1912), com atenção ao ópio, a Lei Seca (1919), que proibia a produção, comercialização e consumo do álcool no país, e a Convenção de Genebra (1936), quando começa a ganhar força no plano internacional a penalização pela fabricação e comercialização de diversos tipos de substâncias (Santana, 2017).

Outra influência na constituição da questão das drogas foi o governo de Richard Nixon (1969-1974), presidente dos Estados Unidos, responsável por incutir a ideia de que o abuso de drogas era o principal inimigo do país. Tal concepção requisitava um aparato capaz de responder a este problema, o que significou a elaboração de ações extremamente repressivas, com o uso extensivo da força para derrotar a ameaça que esse inimigo representava para a segurança nacional (Villa, 2014). Todavia, a escolha por tornar visível a questão das drogas naquele momento foi fruto de diferentes interesses externos e internos dos Estados Unidos. Um elemento central nessa discussão é que, para eliminar a ameaça e promover a segurança de alguns, se promove, dialeticamente, a insegurança e o perigo a outros (Santana, 2017). No caso dos Estados Unidos, estabeleceu-se uma correlação entre o uso de algumas substâncias ilícitas a determinados grupos sociais e étnicos, especialmente os negros, hispânicos e migrantes,

provocando que esse combate atuasse não só em relação às drogas, mas também sobre esses grupos (Wacquant, 2008).

Para sustentar essa lógica foi necessário disseminar a cultura do medo e do terror. Essa maneira de atuar sobre a questão das drogas foi importada por países da América Latina, o que contribuiu para que os Estados Unidos ampliassem sua postura intervencionista em outras localidades. Em 1986 o presidente Reagan autorizou o uso de forças militares na América Central e do Sul, intensificando a militarização desses territórios (Villa, 2014). A militarização dos territórios é o que permite a presença constante de forças de segurança e policiais nas periferias, sob a justificativa de ações de pacificação, patrulhamento ou uso da força ostensiva. O processo de militarização é uma tônica constante na América Latina, desde a criação dos seus Estados independentes, passando pelos governos autoritários, mas permanecendo também naqueles com atuação mais progressista. No Brasil, conforme sinaliza Costa (2023) a militarização esteve presente desde a criação da república, intensificou-se nas ditaduras e mantém-se, com diferenças, no período democrático, em que são utilizadas estratégias de monitoramento, coerção e força. Essas estratégias podem ser perpetradas pelos aparatos formais ou informais do Estado.

Parte da engrenagem que subsidia essa demanda pela militarização da vida cotidiana é sustentada pela “*metáfora da guerra*”, como discute Márcia Leite em seu trabalho sobre a construção social das favelas enquanto um território perigoso e a subsequente necessidade de civilizar e moralizar este território (Leite, 2012). Especificamente nas décadas de 1990 e 2000 foi se estabelecendo a figura do traficante enquanto um inimigo, aquele que deveria ser combatido e eliminado. Por extensão, moradores de locais pobres e periféricos também foram representados pela figura do bandido, visão que é produto da vinculação que se faz entre pobreza e periculosidade. Delimitar a imagem da periferia como o lócus responsável pela violência existente em nossa sociedade fabrica a justificativa de ações específicas de gestão Estatal nesses territórios. A favela é representada por um “outro”, desprezado, temido, sinônimo de degradação moral e sanitária (Leite, 2012).

As favelas, desde que começaram a ser constituídas, representaram um problema para a cidade. Sua formação se deu a partir da instalação de pessoas na busca por emprego que não tinham dinheiro para pagar aluguel e transporte, instalando-se ao redor das fábricas e de possíveis casas onde poderiam trabalhar. Nesses espaços, ainda hoje, não são universalizadas as políticas públicas de acesso a saneamento básico, educação, saúde, moradia, transporte etc. Esses territórios passam a ser identificados quase que exclusivamente por noções de perigo, insegurança e violência, onde são evidenciadas a pobreza e miséria destes locais e seus

ocupantes. Dessa maneira, se produz de forma articulada, de um lado, a demanda por estratégias de proteção às classes média e alta e, em paralelo, controle e repressão das classes empobrecidas. Essa demanda por mais segurança implicou no aparelhamento da polícia e das políticas de segurança pública, o que não significou necessariamente mais proteção nos espaços de atuação (Leite, 2012).

Esse debate nos liga ao que Cecília Coimbra define como *o mito das classes perigosas*, em que se vincula a noção de periculosidade à “cultura da pobreza” (Coimbra, 2001). Esse termo “classes perigosas” já havia sido utilizado por Mary Carpenter em 1849, como citado por Coimbra (2001), para se referir àqueles que tivessem passado pela prisão ou estivessem fora do mercado de trabalho criado pelo capitalismo. Nesta perspectiva, a miséria é apreendida como decorrente de características inerentes aos pobres, como os vícios, a ociosidade e a tendência à desonestidade; isto é, naturalmente pertencente a eles. Assim, a pobreza e os pobres são compreendidos frequentemente a partir de uma categoria moral, isto é, são tidos como responsáveis por um suposto atraso no desenvolvimento do país, são culpabilizados e estigmatizados por sua condição de miséria e responsabilizados pelos fenômenos da violência (Galvão & Martins, 2013). No entanto, são as pessoas de classes empobrecidas as principais afetadas pela violência. Diante de tantos riscos que essa suposta classe perigosa pode causar, há a necessidade, a partir de um pensamento hegemônico, do estabelecimento e manutenção da ordem, que se efetiva a partir de um aparato repressivo e criminalizatório.

Esse aparato está amplamente fundamentado na maneira como o crime e o criminoso são entendidos hoje, e se relaciona com a produção de uma história durante a qual se elencou o que era considerado ilícito e quem eram os principais atores que precisavam ser disciplinados, controlados. Umas das tentativas de controle estatal do povo na Idade Média, por exemplo, se dava a partir dos suplícios e castigos físicos públicos, onde a produção de agonia e medo se fazia enquanto estratégia de inibição de crimes futuros ou comportamentos contra a ordem estabelecida pelas classes dominantes (Neder, 2000; Foucault, 2014). Com a modernidade e a consequente racionalização das relações sociais, foram criadas as penas privativas de liberdade nas prisões e a partir disso um outro movimento de segregação, aprisionamento e afastamento dos sujeitos criminosos do restante da população. Neste contexto, a divulgação dos crimes cometidos já era feita na tentativa de criar uma adesão legitimadora da opinião pública das atitudes do Estado (Galvão & Martins, 2013). Esse processo criou as bases para a criminalização da pobreza que assistimos contemporaneamente. Coimbra (2006) argumenta que o dispositivo disciplinar estava presente no discurso e subjetividades das elites brasileiras já no final do século XIX. A partir da essencialização de certa identidade, a saber, pobre, negro,

morador de periferia, sem emprego, semialfabetizado, entre outras características, atribui-se uma tendência à criminalidade. Há disseminado nas subjetividades um constante *poder vir a ser* - criminoso, bandido, delinquente, por isso se torna necessário controlar e coibir essa potencialidade desviante que é tida como inerente a estes sujeitos (Coimbra, 2006).

A partir da gravidade que o fenômeno da violência letal representa no contexto brasileiro, são necessário esforços voltados para a compreensão de alguns dos efeitos produzidos naquelas famílias que foram vitimadas por essa violência, seja pela dinâmica dos conflitos armados presentes nos territórios periféricos ou pela ação de agentes estatais. Dessa forma, apresento um breve panorama sobre as pesquisas que têm trabalhado com famílias que perderam membros assassinados. No geral, essas pesquisas têm como protagonistas as mulheres/mães que tiveram os filhos assassinados, e o Estado se mantém enquanto um dos principais agentes dessa violência.

4.5 ESTADO, VIOLÊNCIA E MATERNIDADE

Especialmente nas duas últimas décadas, algumas pesquisas vêm sendo produzidas sobre os efeitos da violência de Estado e/ou letal na vida de famílias cujos membros foram assassinados, em especial, enfatizando a perspectiva das mães desses sujeitos. Algumas das pesquisas que apresentarei foram produzidas a partir da aproximação ou participação das(os) pesquisadoras(es) nos movimentos sociais organizados pelas famílias na busca por justiça, enfrentamento da violência e combate ao genocídio negro. No entanto, ressalto que muitas famílias vitimadas não estão inseridas nessas mobilizações, o que reflete o cenário visto até então no município de Juiz de Fora.

Pesquisas como as de Araújo (2012), Brites & Fonseca (2012), Araújo (2019), Santiago (2019), Aguiar (2021) abordam a centralidade dos familiares de vítimas de violência nas mobilizações por justiça, discutindo a relação entre política, sofrimento e violência. Essas pesquisas destacam também o papel do Estado enquanto um dos principais perpetradores de violência contra jovens negros e suas famílias. As pesquisas de Rodrigues et al., (2022) e Passos (2023) nos convidam a pensar sobre os processos de adoecimento e sofrimento enfrentados pelas famílias que experenciam essa perda, bem como os efeitos associados à saúde mental e possibilidades de enfrentamento, destacando as engrenagens racistas que contribuem para esses processos. Em alguns trabalhos, como os de Almeida (2021), Quintela (2021), Vieira et al. (2009) e Rodrigues (2021), evidencia-se como a dinâmica do luto é vivida e retratam-se

também os processos de deslegitimação que essa família enfrenta, especialmente as mães, após a perda de seus filhos.

Essas pesquisas trazem, por vezes, a categoria do luto em seus títulos e, em alguns casos, relacionam a vivência desse luto com a experiência de mobilização e luta. A maternidade é uma categoria central para pensar tanto os processos de dor e perda, quanto os movimentos de busca por justiça, conforme percebemos nas pesquisas citadas acima e nos trabalhos de Vianna & Farias (2011) e Gonçalves (2012). A dimensão racial presente nas relações de opressão que incidem sobre esses grupos, associado às práticas de silenciamento e apagamento se tornam dimensões necessárias para compreender o fenômeno da violência letal.

Apesar do silenciamento que a violência estatal tenta produzir sobre essas mortes, na contramão de uma naturalização, algumas famílias organizam-se para lutar por justiça a partir da perda de familiares em razão da violência letal – seja a violência de Estado ou a violência fruto de conflitos armados – e normalmente esses movimentos são protagonizados pelas mães das vítimas. O trabalho realizado por Vianna e Farias (2011) realça como a maternidade é acionada na militância exercida por pessoas que vivenciam tal situação, especialmente nos momentos dos julgamentos, nos protestos públicos e na formação de redes de apoio.

As autoras supracitadas destacam a penosa demora do Estado para investigar, esclarecer o crime e efetuar a reparação pública, o que raramente acontece. As situações retratadas no trabalho das autoras, a partir da morte dos filhos de três mulheres, Celeste, Teresa e Gabriela, apontam o ato cometido por agentes do Estado, policiais e agentes do sistema socioeducativo. Evidencia-se no trabalho uma dupla violência do Estado, primeiro por serem seus agentes os responsáveis pela morte das vítimas e, segundo, por não apurar os fatos dessa violência fatal, reatualizando um cenário de injustiça e ilegalidade (Vianna & Farias, 2011).

De maneira reiterada, as mães são aquelas que assumem o protagonismo de coletivos formados em torno da luta por memória e reparação, sendo sua atuação essencial na formação e manutenção desses grupos (Almeida, 2021; Aguiar, 2021; Passos, 2021). O debate sobre o direito de ser mãe e, no caso desses movimentos, o direito interrompido e negado da continuidade da maternidade é constantemente levantado, pois a partir do assassinato dos filhos essas mulheres denunciam, como realçam Vianna e Farias (2011, p. 3), que lhes “tiraram o direito de ser mãe”. Dessa maneira, a maternidade é uma experiência e, portanto, uma categoria central quando discutimos os efeitos da violência letal no cotidiano de famílias afetadas, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas.

Em ocasiões de manifestações, audiências ou protestos públicos essas mulheres reafirmam que sua presença se faz pela luta por memória e por justiça pelos filhos, mas também

para evitar que outros jovens sejam vitimados e outras mães padeçam desse sofrimento. Em algumas situações, colocam-se como mães de todos os jovens assassinados e como responsáveis por falar por outras mães que não conseguiram chegar até ali, provocando um contínuo descolamento entre o particular e o coletivo, caracterizando o que Gonçalves (2012) chama de socialização da maternidade

Do luto à luta é uma expressão utilizada e vivida por muitas dessas mulheres que ingressam na busca por justiça (Almeida, 2021). O luto em algumas perspectivas é compreendido como uma experiência essencialmente individual, mas o que se evidencia é o entrelace entre o individual e o coletivo na dinâmica operada por mães que se unem a outras mulheres mobilizadas pela perda dos filhos. Obviamente não é possível excluir a dimensão singular da experiência do luto, considerando seus efeitos específicos na trajetória de cada sujeito, bem como as diversas formas com que cada uma negocia ou é acometida por esse luto (Rodrigues, 2021).

As mães destacam a impossibilidade de uma compreensão total por parte de alguém que não tenha vivido o mesmo, referindo-se à experiência da perda de um filho, o que é compartilhado entre as participantes desses espaços. No entanto, reforçam a importância da solidariedade advinda de outros atores que integram os movimentos de busca por justiça (Vianna & Farias, 2011). A maternidade é tida enquanto uma garantia de legitimidade moral e, apesar de algumas maternidades não serem socialmente respeitadas, valorizadas e cuidadas, as mulheres reforçam seu direito de exigir justiça a partir dessa violação tão grave que configura o assassinato de seus filhos.

Gonçalves (2012), ao pesquisar a luta das Madres de la Plaza de Mayo (Argentina) e das Mães de Maio (São Paulo) evidencia o desaparecimento e a morte de diversos jovens, mas também a prolongada ausência de respostas e investigações sobre os acontecimentos envolvidos nestas situações. O primeiro grupo se refere à organização de mães e avós que tinham seus entes desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina. O segundo grupo compete às mães e familiares daqueles que foram mortos no que ficou conhecido como os Crimes de Maio, ocorrido em 2006, em São Paulo (SP). Após ataques a prédios públicos policiais, atribuídos ao PCC, a polícia do Estado respondeu brutalmente sob o pretexto de “manter a população segura” e, em pouco mais de 7 dias, mais de 500 pessoas foram assassinadas.

Revela-se que, na verdade, apenas parte da população merecia essa segurança, fato que as Mães de Maio também destacaram ao denunciar que esses homicídios foram basicamente contra jovens pobres, negros e moradores da periferia. Os Crimes de Maio, ocorridos entre os

dias 12 e 20 de maio, conformam um dos emblemáticos casos da história brasileira que apontam para práticas institucionalizadas e recorrentes de violações e execuções. Em resposta, surge o movimento Mães de Maio, organizado por mães, familiares e amigos das vítimas da violência de Estado. A dor da perda e do luto também foram mobilizadores para a organização de luta por respostas.

A ONG Justiça Global e a International Human Rights Clinic (IHRC), ambas da Faculdade de Direito de Harvard, emitiram um relatório sobre esse episódio, onde apontam severas falhas do Estado brasileiro no que tange ao acontecimento desses crimes e a responsabilização dos autores. Citam-se alguns pontos: permitir esquemas de corrupção que favorecessem facções criminosas e gerir seu sistema prisional realizando acordos com estas; não proteger seus agentes públicos; investir em uma resposta que revidava a violência; bem como encobrir os crimes de maio ou investigá-los de maneira corporativista. Destacou-se ainda que de um número de 423 pessoas, 6% tinham algum tipo de antecedente criminal e 122 mortes possuem características de execuções sumárias efetuadas pela polícia (Gonçalves, 2012). Sobre isso:

A dinâmica de violência institucional em que estavam mergulhadas é a mesma que transforma os problemas sociais em questões de polícia. O Estado que se apresenta como a instância mantenedora do bem comum, é o mesmo que criminaliza a pobreza ao naturalizar a violência que recaía sobre as cabeças daquelas mães. A violência do Estado contra os descartáveis pode ser compreendida como uma política de contrarrevolução preventiva, uma violência política institucional que, sob o argumento de combater o tráfico, se autoriza a implantar um terrorismo de Estado (Gonçalves, 2012, p. 139).

Uma demanda inicial dos movimentos organizados pelas mulheres/mães se trata de exigir o reconhecimento e a responsabilização do Estado pela morte dos filhos. Atualmente o movimento luta pela aprovação do Projeto de Lei 2999/2022. O PL 2999/2022, conhecido como "Lei MÃes de Maio," foi proposto pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) e visa criar um programa de enfrentamento aos impactos da violência institucional, oferecendo apoio jurídico, econômico, social e psicológico às mães e familiares das vítimas de ações violentas cometidas por forças de segurança, além de sobreviventes dessas ações. Além disso, o projeto também objetiva uma formação continuada com as forças policiais, no intuito de desenvolver práticas menos violentas e discussões no âmbito dos Direitos Humanos.

Durante minha participação em um evento organizado pela Defensoria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, intitulado "Políticas Públicas de Atendimento a Familiares Vítimas de Violência Letal do Estado", o pedido pela aprovação do referido PL apareceu diversas vezes. Neste evento estiverem presentes várias mães e integrantes de movimentos de

combate à violência de Estado e uma frase era continuamente repetida pelas mulheres: “No Brasil não tem pena de morte”. Em alguns momentos essa frase era acionada para reafirmar que, mesmo em casos de cometimento de crimes ou atos infracionais, não era direito da polícia matar aqueles jovens.

Além da participação em movimentos sociais, muitas dessas mães, se lançam em uma tentativa de encontrar evidências e então poder provar o não envolvimento de seu filho com o crime, ou ainda procuram demonstrar que ele não apresentava nenhum risco no momento de sua morte, fazendo com que, em uma engrenagem perversa, essas mulheres se ponham a provar que o filho não merecia morrer. Essas mulheres tentam reconstruir os fatos e contar a história não oficial destes eventos, mesmo diante de diferentes estratégias de desmoralização de suas versões (Gonçalves, 2013). No entanto, uma parcela significativa de mulheres que experenciam essa perda não consegue visibilidade para seus casos, de tal forma que nem sempre a alternativa da mobilização é possível.

Ao falarmos da busca por justiça, é interessante atentar para o indigesto fato de que a “justiça”, em diversas situações e contextos, não é a regra. Como aponta Fricker (2023, p. 15), “o foco na justiça cria a impressão de que a justiça é a norma e a injustiça uma aberração infeliz”. Para grupos que possuem limitações de acesso a diferentes âmbitos das políticas sociais, associados à vivência de desigualdades e opressões, a injustiça é o ponto de partida e aquilo que se comprehende e se almeja enquanto “justiça” pode ser uma longa trajetória sem perspectiva de chegada. A autora defende que há uma injustiça epistêmica e, em específico, uma injustiça testemunhal que atua como um pano de fundo: a depender de quem fala, credita-se maior ou menor credibilidade. Isto é, a partir de uma rede de preconceitos, pode-se apresentar uma diferenciação no julgamento daquilo que é dito ou apresentado, em que sujeitos socialmente desvalorizados receberão menos credibilidade.

A noção de injustiça epistêmica associa-se com as situações recorrentemente relatadas pelas mulheres que têm os filhos vitimados pela violência, em que elas apresentam evidências sobre a injustiça cometida – às vezes verificada por câmeras de filmagens, mas, mesmo assim, têm seus relatos descredibilizados, suas provas desconsideradas e suas histórias, desacreditadas. Por vezes, essa deslegitimização é ponto de partida de quem ouve, que normalmente é quem possui poder no contexto judicial, e não uma produção de análise a partir de informações verificáveis. Dessa forma, as mães de jovens assassinados são vistas como despossuídas de um saber, em que mesmo munidas de provas e informações, não são vistas como “sujeito de conhecimento” (Fricker, 2023).

A autora supracitada destaca a necessidade de um olhar sobre a normalidade da injustiça, uma vez que sujeitos marginalizados são recorrentemente prejudicados pela sua posição social. Essa organização baseada em relações estruturais de poder, a partir da qual grupos socialmente favorecidos detém o controle social de grupos marginalizados, pode operar de maneira que sejam produzidos silenciamentos. A partir de um enquadramento moral, a cena testemunhal será fabricada a partir de direções, nem sempre explícitas, sobre o que deve ou não ser dito, sobre quais verdades serão reconhecidas e aceitas (Fricker, 2023).

Além da lógica do merecimento, essas famílias costumam encontrar inúmeras barreiras para alcançar informações e documentos relativos ao crime, por exemplo o boletim de ocorrência ou o laudo cadavérico, encontrando dificuldades até mesmo na permissão para reconhecer o corpo. Já mencionei situações em que a cena do crime é alterada com vistas a impedir a produção de evidências que possam expor os atos dos agentes estatais. Há diversos casos que demonstram esse tipo de ação da polícia, mas citamos aqui o relatório produzido pelo Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF) sobre o caso Paraisópolis em que há indícios que os policiais transportaram os corpos de jovens já sem vida para o hospital (Azevedo, 2022).

O Massacre de Paraisópolis aconteceu na madruga de 1 de dezembro de 2019, quando uma equipe de policiais sob as Operações Saturação e Pancadão atuaram em um baile de rua conhecido como Baile da Dz7. Neste evento, 9 pessoas foram levadas por viaturas policiais para unidades de saúde da região, sendo que todas elas chegaram às unidades sem vida e a *causa mortis* foi posteriormente determinada como asfixia mecânica por sufocação indireta, excetuando um caso em que a morte foi atribuída a um politraumatismo. Na narrativa dos policiais não há nexo causal entre sua intervenção e a morte dos sujeitos encontrados, pois os mesmos alegaram que ouviram pedidos de socorro em uma viela e encontraram 9 pessoas desacordadas, mas com sinais vitais, defendendo uma tese de pisoteamento em razão da multidão presente no baile (Azevedo, 2022).

Todavia, como pode ser observado no relatório produzido pelo CAAF a partir de uma verificação da cronologia dos fatos, dos exames médicos, boletins de ocorrência, áudios dos policiais, imagens e relatos, não houve resistência por parte da população, nem pisoteamento em decorrência da multidão, ou mesmo socorro por parte dos policiais. Observa-se nesse caso o envolvimento de 31 agentes policiais, em uma ação coordenada para empregar terror e cercar as pessoas presentes em uma viela (em torno de 5 mil pessoas), sem capacidade para comportar esse contingente, sem possibilidade de defesa ou fuga, nem presença de ameaça, onde 9 jovens morreram, em sua maioria por asfixia mecânica por sufocação indireta (Azevedo et al, 2022).

No relatório também é possível verificar que a polícia empregou métodos desproporcionais com a situação, de maneira cruel e sabendo dos riscos aos quais submetiam aqueles sujeitos. Atualmente o caso de Paraisópolis encontra-se em fase de audiências de instrução e há um coletivo formado por familiares em torno da luta por justiça.

Um elemento complicador que deflagra a articulação dessas violências são os “autos de resistência”, ou “resistência seguida de morte” que recentemente também são nomeadas como “morte decorrente de intervenção policial”. Esses artifícios são usados para descrever situações em que supostamente há conflito entre policiais e “suspeitos”, troca de tiros e risco para terceiros. No entanto, verifica-se que em diversas situações as pessoas atingidas sequer portavam arma ou apresentavam algum risco, sendo também questionadas essas situações descritas como confrontos com trocas de tiros (Ferreira, 2013). Nesse sentido, ao invés dessa resistência seguida de morte, observamos práticas de extermínio e execuções sumárias. As execuções são entendidas enquanto homicídios dolosos, onde há intenção de cometer o ato por parte do autor (Farias, 2014). A utilização da palavra chacina também sinaliza para uma diferenciação política, pois ela surge em detrimento da utilização de operadores políticos que nomeiam por “morte em confronto”, pois, a existência desse confronto é questionável. Há nesses cenários descritos enquanto confrontos uma polarização entre polícia e traficante, bem e mau, certo e errado, automatizando a interpretação de que, sendo traficante, justifica-se quaisquer atitudes tomadas naquele território. As vítimas⁵ são rapidamente transformadas em potenciais criminosos, elemento discursivo utilizado frequentemente nas audiências e julgamentos (Aguiar, 2021).

Apesar do desafio em torno do ato de falar e, novamente narrar o ocorrido com seus filhos, essas mães/militantes vão desenvolvendo estratégias de falar e apresentarem-se em certos espaços, principalmente os institucionais, onde adaptam a voz, a vestimenta, a postura, a escolha de palavras de uma forma que seus argumentos e denúncias sejam ouvidos (Vianna & Farias, 2011). Esses artifícios também são utilizados para evitar uma interpretação por parte dos ouvintes que as entenda como descontroladas, incorrendo em uma desqualificação de suas imagens e argumentos. Todos esses elementos vão compondo a inscrição dessas mulheres enquanto protagonistas políticas.

⁵ Ao longo do texto utilizaremos o termo vítima em diversos momentos. No entanto é necessário considerar que esse uso se faz em razão das nomenclaturas utilizadas na literatura e em instrumentos jurídicos na área, bem como nos movimentos políticas que buscam o reconhecimento e responsabilização dos autores. Todavia, tal uso não significa que a condição de vítima se materializa em uma postura passiva ou apenas de quem sofre a ação do outro, e também não denota uma conotação jurídica strictu sensu.

O luto na cena pública, mas não só, é vivenciado e materializado através de diversas maneiras, por exemplo nos retratos estampados nas camisetas, nos panfletos, nas lembranças que são viabilizadas pela fala, nas histórias insistente contadas sobre momentos que antecederam a morte dos filhos. Essa insistência pode ser entendida como um recurso testemunhal, mas também enquanto uma tentativa de descolamento da imagem do filho apenas ao evento de sua morte, ampliando os significados de sua existência (Seligmann-Silva, 2022). Nesse sentido, a família não é tida apenas como portadora de sofrimento e dor, mas enquanto alguém que apresenta um saber essencial para a elucidação dos fatos, em uma inscrição afetiva naquela história narrada (Azevedo et al, 2022).

Como destaca Vieira (2009), em algumas situações, as ações das famílias passam a ser orientadas pela conscientização e pela luta por direitos, solidarizando-se com pessoas em contextos parecidos. No trabalho de Brites e Fonseca (2013) sobre o movimento de organização de mães de vítimas de violência no Brasil, também é evidenciado um outro aspecto da violência, que são os agravos à saúde, relatando quadros de alcoolismo e o aumento do consumo de antidepressivos. Santiago (2019) faz uma analogia entre os contextos mais vulneráveis à violência e os contextos de guerra, marcando as forças policiais como um dos principais vetores dessa execução. O autor aponta que os familiares daqueles que foram vitimados por essa ação policial, também adentram um registro de guerra, seja porque se inserem na luta pela busca por justiça e reparação, seja porque experimentam os efeitos danosos dessa violência enquanto co-vítimas (Santiago, 2019). De acordo com Menegat (2006, p. 110), “a conjuntura histórica recente tem apontado não apenas no Brasil, mas como uma tendência mundial, a efetivação da guerra como um acontecimento cotidiano”.

Os processos de adoecimento em sobreviventes de um homicídio, sendo este termo – sobrevivente – também designado aos familiares de pessoas que sofreram homicídio, são destacados no trabalho de pesquisa de Araújo (2019). Entre as manifestações desse adoecimento a autora encontrou o aparecimento de sintomas e diagnósticos, com uma parcela significativa de ordem psicopatológica. É proposta no trabalho uma perspectiva de análise que comprehende esse sofrimento, expressado em angústia, tristeza, ansiedade, síndrome do pânico, depressão, insônia etc., enquanto impactos à saúde da mulher, em especial da mulher negra em face das vivências do racismo e do genocídio contra essa população. Durante a pesquisa também foi percebida a piora e desestabilização de doenças crônicas já existentes nas participantes, como hipertensão arterial e diabetes mellitus.

A pesquisa de Passos (2023) discute a história de mães que tiveram a vida de seus filhos ceifadas no episódio que ficou conhecido como a Chacina de Costa Barros, durante a qual um

carro que estava com 5 jovens foi alvejado com mais de 100 tiros pela polícia. A autora relata a morte de uma das mães dos jovens, Joselita, que foi entendida pelos familiares enquanto um falecimento em razão da tristeza da ausência do filho e da espera por justiça. A autora também cita as três tentativas de suicídio de Adriana, mãe de outro jovem assassinado nesse episódio. O trabalho destaca ainda o sofrimento dessas mulheres a partir de uma cultura histórica de silenciamento e ausência de espaços que possibilitem a expressão subjetiva dessa dor, visto que elas são, em sua maioria, mulheres pobres, negras e possuem escasso acesso a alternativas de cuidado (Passos, 2023).

Para refletirmos sobre a noção de cuidado destinada a essas mulheres é imprescindível considerarmos como a mulher negra é vista e como certas noções de cuidado são atreladas a uma concepção colonial. Passos (2020) expõe a contradiçãoposta pelo Estado que, ao mesmo tempo que apresenta em seu papel a função de proteger, funciona de maneira a fragilizar determinadas vidas, a partir do que a autora nomeia enquanto um “cuidado colonial”. Esse cuidado designa uma expressão reatualizada das relações coloniais, o qual opera a partir de uma lógica hierarquizada, pautada na inferiorização de certos sujeitos, na deslegitimização de suas narrativas e de seu sofrimento, bem como na naturalização da violência.

A partir de uma trajetória de vida em que as mulheres são as mais responsabilizadas pelo cuidado dos filhos, são elas também que irão acompanhar e vivenciar os efeitos de suas mortes. Nesse sentido, ao discutirmos a perda precoce e abrupta desses jovens e os efeitos produzidos em suas mães, é necessário que façamos também uma reflexão sobre os desdobramentos que essa morte provoca no cotidiano dessas mulheres, em que a iminência da morte continua presente para outros filhos e para elas próprias. Quais possibilidades de apoio, enfrentamento e cuidado vão sendo inventadas ou construídas nesse cenário em que uma violência estrutural insiste em se fazer presente?

5. TESTEMUNHOS SOBRE LUTO, MORTE E SOFRIMENTO: AS PERSEGUIÇÕES DA VIOLENCIA

Este capítulo dedica-se às questões associadas ao luto, a partir de uma experiência específica que lhe confere modulações singulares, a saber, a perda decorrente de mortes em situações de violência. Partimos da noção de que essa violência, tomada enquanto evento traumático, pode produzir efeitos particulares na vivência, expressão e significado do luto no cotidiano das famílias que perdem alguém. Um elemento importante que comparece nesses contextos é a Violência de Estado. Neste trabalho nos debruçamos sobre mortes que foram provocadas direta ou indiretamente por agentes estatais e sobre aquelas mortes relacionadas à dinâmica da violência armada, dos conflitos associados ao tráfico de drogas e disputas territoriais. Digo indiretamente por que algumas dessas situações aconteceram em espaços institucionais do Estado, mesmo que a morte não tenha sido efetivada por um agente estatal. Ademais, sabemos que os conflitos associados ao tráfico e a criminalidade se dão também a partir da complexa relação de presença-ausência-negligência do Estado com determinados territórios e grupos sociais.

As questões percorridas nesse capítulo retratarão as experiências de luto narradas por mulheres que perderam seus filhos e filhas, irmãos, irmãs, e sobrinhos, no entanto, é possível perceber que outros atores sociais emergem através de suas vozes. O fio condutor dessa seção é a apresentação das circunstâncias dessa morte e de seus possíveis rebatimentos na vivência do luto, localizando-o enquanto uma experiência singular, social e política. Como é vivido e narrado, legitimado ou silenciado, reconhecido ou negado são algumas das facetas apresentadas nessa escrita do luto. Ainda nessa esteira, ganha relevo a manifestação da violência, não apenas no ato da morte, mas no caminho que faz ao acompanhar e se infiltrar no cotidiano dessas famílias antes e após a perda.

No Brasil, conforme exploram Novaes e Birman (2024) há uma tendência a privatizar e individualizar a dor decorrente desse tipo de morte, deixando-a no anonimato. Na era das chacinas e das cotidianas interrupções da vida de jovens, há uma tentativa de circunscrição da dor e do luto apenas à família que perde, em uma espécie de privatização dessa dor. Escrever sobre o luto vivenciado pelas mulheres que perderam algum familiar vitimado pela violência no Brasil significa também registrar traços da história de um país, pois em nossa trajetória acumulamos a produção de eventos engendradores de morte e sofrimento. Essa *marcha fúnebre* da nossa história produz também uma série de mecanismos que buscam apagar ou não reconhecer a violência e seus efeitos devastadores (Ribeiro, 2021).

Negar as marcas da violência no caso dessas mortes pode desdobrar em interdições do luto e dos ritos envolvidos em sua vivência, história que se constrói mediada pelos silêncios, esquecimentos e pela retirada contínua do estatuto de importância que determinados eventos exigiriam. Esse luto articula-se com processos singulares de sofrimento, no entanto imbricados a uma dinâmica coletiva. Dessa forma, neste trabalho, adota-se uma perspectiva política do luto e da dor.

5.1 QUARTA CENA: AFLIÇÃO

Ela descobriu que na PM ambiental existia muita corrupção de tráfico de drogas e de madeira e que aqui na região era muito frequente isso. Ela foi e pediu pra sair do batalhão ambiental e quando ela pediu pra sair, passou a receber perseguição por um rapaz com quem ela namorou, e descobriu que ele fazia parte da corrupção. Ela terminou o namoro e pediu a transferência da ambiental. E depois de 2 semanas que ela tinha pedido a transferência, ela foi transferida pra um lugar longe, dentro da Polícia Federal, que é um barco ancorado, preso pela Polícia Federal que serve de base pra eles. E no segundo serviço que ela foi tirar ela foi assassinada. Quatro dias antes dela falecer eu tava pro sítio, eu gosto muito de roça, de sítio, dessas coisas que faz parte do meu crescimento, tanto físico quanto espiritual. Eu tinha chegado do sítio, tinha ido fazer farinha, aí quando eu cheguei ela disse que queria conversar comigo. E aí ela me narrou que ela tinha sofrido ameaça, que ela tinha pedido a transferência dela e que o policial, que é ex-namorado, passou a ameaçar ela, disse que se ela saísse da ambiental ela ia contar, por isso ele ia matar ela. Ia primeiro me matar, e meus nego, que são meus filhos adotivo. Ela saiu daqui pra trabalhar, me deu um abraço, tomou café comigo, esquentei dois pão, um pra mim e um pra ela. Aí eu ajudei ela a fazer a bolsa, coloquei agenda, ajudei a fazer a bolsa dela. Eu preocupada com ela. Aí ela saiu e voltou e me deu um abraço. Ela tinha um negócio de falar assim “mãe, eu já falei pra ti hoje que eu te amo muito?” Todo dia ela falava isso duas, três vezes, era corriqueiro isso na vida dela. E eu tinha uma venda lá, nesse dia eu não tinha ido trabalhar, que ela tinha pedido pra mim não ir, porque ela tava com medo que eles me matassem. E aí ela foi trabalhar. Quando deu 5 horas da tarde, uma mulher me ligou e disse: “Ó, eu não disse que ela ia morrer? Ela tá morta”. Ela falou, mas desligou e não explicou o quê. Quando foi 6 horas, a minha filha me ligou e perguntou: “Mãe, a senhora sabe se a Deusiane sofreu algum acidente?”, eu falei: “não” [silêncio]. Aí quando ela perguntou se a Deusiane tinha sofrido um acidente que eu me lembrei das ameaças. E aí eu ficava a noite ligando, acho que de 20 a 20 minutos pra saber pra qual o hospital tinham

levado, que nós temos um hospital muito grande. Eu liguei pro pessoal que trabalhava lá, pra ver se ela tinha dado uma entrada e procuraram ficha e não acharam, aí comecei a entrar em aflição. Quando foi 9 horas da noite, a minha terceira filha chegou aqui, eu não dirijo, aí eu disse assim, “me leva no comando”, onde ela era locada. Aí quando eu cheguei lá, uma policial me abraçou e falou assim: “eles mataram ela.” [silêncio] Foi o único dia que eu perdi. Eu andava, eu tava dessa altura do chão. Eu pedi pra falar com o comandante, lá dá ambiental, eu acho que passou uns 15 minutos, ele chegou, eu narrei tudo que ela tinha me contado e ele disse que não podia fazer nada, e aquelas palavra dele causou uma ira, uma indignação. Aí eu falei pra ele: “O senhor faz parte dessa corrupção” o senhor tomaria alguma providência que mandava prender ele? Porque ele matou a minha filha, ele ameaçou a minha filha porque ele faz parte dessa corrupção”. Eu narrei tudo que a Deusiane me contou. Naquele momento, eu acho que não pensei não. E começou, né? De lá já fomos prestar um boletim de ocorrência, quando foi meia-noite, foi a hora que eles me liberaram, já era quase uma hora da manhã, eu acho. Eles tinham obrigado praticamente a minha filha assinar a liberação do corpo dela, pra ir pra onde prepara o corpo, até que esqueci agora o nome do lugar. Aí eu cheguei lá, eu fui pra esse lugar onde o corpo dela tava, pedi pra ver o corpo dela, eu tava muito angustiada. Quando eu cheguei lá eu vi que ela tinha atirado, o tiro dado nela era da esquerda pra direita e ela não era canhota, ela atirava com a mão direita e não com a esquerda. Eu cheguei a conclusão de que eles tinham matado ela.

5.2 VOCÊ NÃO ESTÁ MAIS AQUI: ESCREVER O LUTO

“As mulheres apresentavam seus corpos como prova de sua dolorosa dor. Por um lado, elas não podiam fazer com que seus corpos falassem para gerar os lamentos tradicionais. No entanto, por outro lado, a imundice que insistiram em incorporar ‘mostrava’ a perda, a morte e a destruição” (Das, 2020).

Morte, perda e luto são dimensões frequentemente entrelaçadas, mas não são necessariamente equivalentes (Alencar, 2009). Para Freud, o luto é entendido enquanto um “afeto normal” decorrente de uma perda, isto é, uma “reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar” (Freud, 1917[1915], p. 172). O clássico texto de Freud, *Luto e Melancolia*, fornece algumas coordenadas e elementos importantes para a compreensão do luto, especialmente em uma perspectiva não patologizante. Todavia, as experiências aqui apresentadas desafiam algumas postulações comuns dessa experiência, com destaque para a dimensão temporal e para a aposta na superação do luto com o passar do tempo.

Apresentaremos a seguir algumas narrativas que trazem as próprias nomeações e percepções das mulheres sobre a vivência do luto.

Já fui mais alegre, hoje não. Eu passo, acho que eu tô envelhecendo, mas mesmo eu envelhecendo eu tinha uma alegria de viver, hoje eu não tenho essa alegria de viver. São muitas perdas, perdas doloridas, perdas dolorosas que a gente faz uma reflexão da vida: O que é a vida? Por que a gente tem que passar por isso? Eu não sei, eu não sei por quê. Mas assim, a dor da perda é muito, muito dolorida mesmo. Eu lido com o meu luto dessa maneira né? Eu não tenho psicológico pra chegar e conversar com você sem cair uma gota de lágrima. É muito difícil, tem hora que a sensação vem, dá vontade de eu querer sair gritando, sabe? Machucar alguém, mas aí eu pergunto “meu Deus, não vai adiantar!”. Sabe? A dor é minha, eu ainda não consegui, não tô conseguindo saber lidar com essa dor, com essa dor que machuca muito. (Márcia)

Nós ainda não conseguimos lidar com essa perda. Pode falar “A mas já morreu faz tempo, tem um ano”. Não. Parece pra nós que morreu ontem. A dor parece que foi ainda ontem. A dor continua doendo no mesmo lugar. Tem gente que já morreu, perdeu família, já tá vivendo, tá feliz. Cada um tem o seu tempo de luto. Tem uns que é mais rápido, tem uns que demoram mais. Eu acho que o meu lado tá demorando mais porque ele morava comigo. (Luzia)

A experiência de perda violenta de um filho frequentemente mobiliza sentimentos de culpa materna, ainda que socialmente construídos, que se somam ao sofrimento do luto. Essa culpa é também produto de uma lógica social e cultural que atribui às mulheres e, especialmente às mães, a responsabilidade pela proteção e destino dos filhos, deslocando para o âmbito íntimo o peso de uma violência que possui raízes estruturais (Mestre & Souza, 2021). Judith Butler (2020b), ao discutir a precariedade da vida destaca que a vulnerabilidade dos corpos é distribuída de modo desigual, no entanto, em contextos de violência as mães são transformadas em alvos de discursos de responsabilização.

No Brasil há uma centralização da responsabilidade do sucesso ou fracasso dos filhos nas figuras maternas e paternas, o que é agudizado quando estes são atingidos por algum evento violento, especialmente quando se trata de famílias pobres. Esse processo de culpabilização materna é bastante evidenciado nessas situações em que o filho é morto pela dinâmica da violência, seja ela cometida por um operador do Estado ou decorrente da dinâmica de letalidade nos territórios (Paz, 2022; Vianna & Farias, 2011). Nesses casos, a culpa materna opera como efeito de um regime de responsabilização que individualiza o que é estrutural, intensificando o sofrimento ao mesmo tempo em que deslegitima a dor dessas mulheres. Dessa maneira, além de enfrentarem a perda e seus efeitos, carregam o peso da responsabilidade de não terem

cumprido uma suposta função de proteção. Há um pensamento insistente que as acompanha, que as faz questionar se e como poderiam ter evitado a morte do filho, do irmão ou do sobrinho:

E se eu tivesse descido com meu filho? Porque meu filho desceu, no dia que ele morreu, ele desceu a rua para ir na casa do coleguinha entregar a bobina de carro. Um mix de sentimentos sabe? Porque eu penso que eu poderia ter feito mais, às vezes eu penso que se eu tivesse ido com meu filho? Se eu tivesse, se eu não tivesse deixado ele sair de casa, às vezes não teria acontecido. Mas aí às vezes eu penso que não foi minha culpa, às vezes eu me sinto culpada. (Ana Paula)

Ainda tá sendo difícil. A gente bate muito de frente eu e meus irmãos, porque eu não sei se tipo assim o jeito que eles tratam o Vinicius é meio diferente, sabe? aí eu fico com esse negócio na minha cabeça, se eu não tivesse me envolvido com ele [com o pai de Vinicius] meu irmão tava vivo. Às vezes eu memo reparo que eu trato o Vinicius diferente. Às vezes não é nem porque eu quero, sabe? Eu não tenho paciência... Às vezes ele vem, ele deita, quer me abraçar. Aí eu fico um pouquinho com ele e eu já levanto e fico nervosa. (Fernanda)

Apesar de não termos a pretensão de um conhecimento universal e generalizável acerca do luto e de seus rebatimentos, partirmos da perspectiva de que, na medida que essas mulheres vivem seu luto – negando perspectivas pautadas na indiferença e no não reconhecimento de sua perda – elas produzem uma narrativa própria e entrelaçada sobre o que é esta experiência, que ultrapassa uma concepção estritamente individual. Na frase dita por Antônia, “*foi o único dia que eu perdi*”, trecho que se apresenta como o marcador de sua perda, nota-se que não há uma definição do que se perdeu e sua afirmação opera também como interrogante. No excerto trazido na seção anterior sobre os contextos de morte é possível verificar que logo em seguida dessa fala, Antônia conta como confrontou o comandante da polícia no dia do assassinato de sua filha. A partir da rápida percepção de que aquele sujeito também estaria envolvido na rede de corrupção e mentiras ao pronunciar que nada poderia fazer, Antônia perde também a expectativa de encontrar naquele espaço legitimidade ou acolhimento para sua demanda.

Em uma das passagens trazidas no livro de Veena Das (2020), a autora aborda o sentimento de “fracasso” experenciado por Shanti ao não conseguir proteger e salvar os filhos, direcionando sua culpa para suas filhas sobreviventes, para o marido assassinado, para o filho mais velho morto, para a comunidade e até para ela mesma. A autora descreve uma cena sobre o momento que encontra Shanti sentada em sua cama, em um quarto escuro e sem janelas, encolhida ao menor espaço que seu corpo poderia ocupar. Shanti era uma mulher indiana que havia perdido seu marido e os três filhos assassinados nos tumultos conhecidos como o massacre dos *sikhs*, evento que aconteceu após o assassinato de Indira Gandhi (Das, 2020).

Nesse cenário de perdas tão violentas, a autora demonstra que as relações sociais até então estabelecidas se alteram sobremaneira, como a própria maternidade, as relações de parentesco, a posição dessa mulher em relação à comunidade e à sua própria vida.

A despeito das diferenças culturais e também do contexto pesquisado, encontrei entre minhas interlocutoras experiências muito semelhantes: portas e janelas fechadas, quarto escuro, vontade de permanecer deitadas na cama o dia inteiro:

Eu catava papel, eu tinha meu carrinho, eu ia para a rua, hoje eu não consigo mais ir para a rua, catar papel, nada. Você demora quase umas três horas para conseguir acabar de arrumar as coisas e voltar para o quarto. E a minha vida é essa, a rotina é: arruma tudo e volta para dentro do quarto, e ali eu fico o dia inteiro. O luto que a gente não consegue acabar com o luto, que a gente não consegue acabar, né? Porque a gente não vive, não vai para frente. Eu vou te falar, antes eu tinha animação para tudo, para sair, para passear em um shopping, hoje eu não tenho animação nem para ir, seguir em frente. Festa de aniversário eu começo a ficar muito bem, quando não, me dá vontade de chorar, eu quero ir embora. Eu não consigo ficar em uma festa. Às vezes eu faço um aniversário para as meninas aqui em casa, começo muito bem, eu quero que acabe logo. Quero que mais rápido acabar para mim voltar para o meu quarto. Às vezes eu saio do meio da festa e subo para cima e fico sentada pensando e triste. “Ah, porque você subiu?” Eu não consigo me entreter com as pessoas e nem ficar próximo, conversar com as pessoas próximas, não consigo. Eu não consigo. Outro dia eu fui para a casa da minha mãe almoçar lá, não consegui nem acabar de almoçar lá. Eu não consegui ficar muito tempo lá, quando penso que não, estou vindo embora para casa. (Luzia)

Tipo assim, quando meu avô faleceu, eu acho que eu não senti tanto nem liguei tanto, porque eu não tinha muito contato. Mas o meu irmão, quando eu via todo mundo perdendo um monte de gente, primo, parente, mas o que me doeu mais, foi a morte do meu irmão. [silêncio]. Pra mim ainda é difícil, meus irmãos evita até de falar né. Ainda tá sendo difícil, sei lá. Às vezes eu lembro, às vezes eu tento esquecer. (Fernanda)

Veena Das vai capturando a impossibilidade de Shanti vislumbrar um futuro com suas filhas e a impossibilidade de seu próprio futuro, quando escreve sobre sua morte “o tempo de Shanti ficou congelado no dia dos tumultos” (Das, 2020, p. 256). Alguns agravantes vão aparecendo, como a impossibilidade de cremar os corpos, as imposições do pai do marido e a deslegitimação de seus esforços em tentar alguma segurança para as filhas vivas, o encontro com outras famílias que tinham conseguido salvar suas crianças etc. Com as interlocutoras desta pesquisa também ficou em evidência a maneira como o cotidiano se altera. Luzia evidencia uma série de mudanças, como a sensação de incapacidade para o trabalho; a dificuldade de conviver com a família; a maneira como não anda mais pelo bairro e até mesmo a relação com o espaço da própria casa.

O “tempo congelado” que Das (2020) utiliza ao se referir às reverberações do dia em que o marido e os filhos de Shanti foram assassinados, nos conduz a pensar que são disparadas, a partir dos assassinatos, uma sequência de memórias, afetos e vivências que deixam Shanti enredada na perda, na culpa e na revolta, sem vislumbrar saída. O tempo presente passa a ter contornos, ou no caso de Shanti, a ser ocupado pelo tempo passado, de maneira insistente, na medida em que ela fica paralisada no dia em que os filhos e o marido foram mortos, realçando em sua fala sempre o fracasso em salvar principalmente o filho bebê. A autora ressalta ainda a insistência das mulheres em tornar visível a perda e a violência que atravessou aquela comunidade, uma vez que o trabalho de luto era associado às lamentações públicas e nem sempre viabilizadas pela palavra (Das, 2020).

mas quando é uma morte que a pessoa vai lá e tira a vida da pessoa, sem dar o direito da pessoa se defender, já é mais difícil a gente aceitar, sabe? E às vezes eu evito até falar, porque às vezes eu começo a falar, começo a chorar, não aguento. As lembranças, né? A gente fica muito com aquilo na cabeça. Mas tem um ano e quatro meses que meu irmão se foi, mas até hoje eu não consigo aceitar, não consigo entender porque aconteceu aquilo. (Luzia)

A noção de “tempo congelado” tem certa aderência às experiências de luto aqui apresentadas. Esse momento que fica paralisado, ou sendo repetido, pode ser vislumbrado na relação com determinados objetos, datas, atos. Não interpretamos esse tempo congelado a partir de uma conotação negativa, mas como uma marca que se produz em relação ao vivido:

Posso tá conversando com você, e daqui a pouco eu tô rindo, tô me desesperando, tô chorando. É, oscila! A dor do luto ela oscila! Tem dia que a gente tá bem, tem dia que a gente não tá bem. E eu acho que só o tempo pra, pra nos ajudar, né? Ajudar a família, a ir passando! Mas é uma dor muito forte, é uma dor, é uma dor dolorosa mesmo, é um pedaço da gente que... é um pedaço da carne que foi se dilacerando. E nunca cicatriza! É uma coisa que nunca cicatriza! A perda do meu pai eu ainda não consegui, né, tem 28 anos que o meu pai morreu, mas até hoje eu eu fico questionando “por que tinha que ser daquele jeito?”, tá? Ele morreu, morte súbita. Por que tinha que ser daquele jeito? Por que tinha que ser naquela naquela data? Lucas foi 8 dias depois dele fazer, dele fazer 35 anos. Oito dias depois ele faleceu. Minha irmã foi assim, aniversário da minha outra irmã, da mais nova. Era dia 10, e no dia 11 ela foi assassinada. Então assim, porque uma data, é uma em cima da outra. (Márcia)

O debate trazido por Judith Butler (2020b) sobre vidas que não são reconhecidas socialmente como dignas de serem enlutadas levanta questões importantes a partir dos elementos colocados em cenas pelas mulheres que perderam seus familiares. A autora lança luz ao fato de que a condição indigna e desrespeitosa do morrer é uma continuidade de um

modo de vida que já era desrespeitado e precarizado. Ora, se não se preocupou com a dignidade da vida desses jovens enquanto vivos, por que haveria uma preocupação com a dignidade deles quando mortos? Evidentemente, a indignidade e o desrespeito remetem às condições de existência e à ótica do Estado. A perspectiva das mães sobre a dignidade ou o respeito que seus filhos mereciam é antagônica, e esse é o motor de sua luta.

Ao discutir a violência de Estado e a vulnerabilidade humana a autora coloca algumas questões fundamentais: “Quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? O que concede a uma vida ser passível de luto?” (Butler, 2020b, p. 40). Na obra, Butler (2020b) realiza uma contraposição à noção do luto como experiência essencialmente privada, solitária e, dessa forma, despoliticizante, destacando que o luto pode representar um senso de comunidade política. Rodrigues (2021) argumenta que Butler faz um deslocamento do luto enquanto uma categoria apenas clínica para uma categoria ético-política. Em parte da literatura sobre o luto pode haver uma compreensão de que esse processo necessariamente apresenta um início, meio e fim, bem delimitados e que caminham de forma linear a uma melhora do sujeito, onde aquele que perde transita da tristeza para a retomada da normalidade de sua vida.

As experiências aqui relatadas tornam tangível o questionamento que intitula o livro de Judith Butler (2020b): “Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?”. A autora, ao discutir sobre as guerras contemporâneas e a distribuição da violência nesses contextos, reflete que uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada como viva. Nas palavras da autora:

Se certas vidas não são qualificadas como vivas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (Butler, 2020b, p. 13).

De acordo com Rodrigues (2021) processos de luto tem uma temporalidade própria, onde sentimentos de dor, tristeza e desespero se fazem presentes e mudar esses estados não depende exclusivamente de uma intencionalidade ou vontade do sujeito que sofre. Quando situamos perdas que acontecem em razão de um ato violento, isto é, um ato que poderia ser evitado, executado por um agente que teoricamente teria o dever de proteger, é imprescindível que compreendamos que os desdobramentos desse luto terão especificidades.

Ana Paula, por exemplo fala sobre um processo de luto de anos, propondo dessa forma, uma outra noção de temporalidade do luto que, de certa maneira, questiona o movimento cada vez mais psicopatologizante dessa experiência. Há um intenso debate sobre a partir de qual momento se poderia considerar como depressão os sentimentos de tristeza, perda de energia,

alterações do apetite e do sono, entre outras alterações após a perda de um ente querido (Kleinman, 2012). A polêmica entre o que seria um *luto normal* ou um *luto patológico* parece não contemplar a complexidade enfrentada pelas famílias que perdem alguém assassinado e se vêem tendo que lidar com manipulações, ameaças, ausência de verdade, processos esses que incidem sobre o luto, o conformam e modulam. Dessa maneira, o luto deve ser entendido, além das mudanças fisiológicas e psicológicas que lhes são pertinente, mas também a partir da circunstâncias dessa morte e do contexto que sucede a perda.

Em conjunto com essa desvalorização de certas vidas por parte do Estado e de parcela da sociedade, impõe também o silenciamento dos processos de sofrimentos aos quais esses sujeitos são submetidos. Há um itinerário de violações que antecedem a violência letal, nos referindo às múltiplas privações que essas famílias foram expostas e que, se perpetua após a perda dessa vida. Em diversos casos essa família terá que lidar com a depreciação da imagem do filho/parente, em que a polícia ou outros atores tentarão justificar essa morte em razão de um suposto envolvimento com atividades criminais. Nesse sentido, a luta por memória e reconhecimento dessa vida como uma vida digna e enquanto vítima de uma atitude cruel por parte do Estado se associa a um debate sobre o direito ao luto (Rodrigues, 2021).

O paradoxo da vida e da morte, como sinalizam Filho e Lima (2017), é uma questão inerente ao ser humano, isto é, morre-se e vive-se todos os dias. Há mortes reais, simbólicas, interditadas, silenciadas, mercantilizadas e até espetacularizadas. No entanto, morrer, apesar de uma experiência universal, apresenta contornos específicos a depender de como se morre. Esses contornos serão, neste caso, dados e vivenciados por aqueles que perdem, quando tomam conhecimento dessa morte e buscam entender em *nome de quem* ou *do que* seus filhos foram mortos (Alencar, 2011).

O filho pode ser inocente, o filho pode ser culpado, o filho pode ser o que for, mas a dor da perda de uma mãe, a dor de se perder um filho, a dor de você vê o corpo do seu filho descendo numa caixa, não tem palavra, não tem explicação, não tem sentido. Porque a gente que é mãe, a gente cria os filhos da gente pros filho da gente enterrar a gente, não pra uma mãe enterrar um filho. Eu perdi um outro filho meu, mas ele morreu com 1 ano de idade, o Luan. Ele nunca foi para casa porque ele nasceu com deficiência de rins e falta de um monte de coisa. Eu não tive convívio com meu filho, com o Luan. O Luan não chegou a mamar em mim, o Luan não me chamou de mãe. Então o meu filho não morreu. O meu filho descansou, porque ele tava ali naquele hospital respirando através de aparelhos, sobrevivendo através de aparelhos. Era uma criança que nunca ia poder ir para casa, que nunca ia poder brincar, que eu nunca ia ouvir da boca dele a palavra “mamãe”. Na época que ele morreu, eu senti muito porque era meu filho, saiu de dentro de mim, mas a perda do Pablo foi diferente. O Pablo mamo em mim, o Pablo, eu vi dar os primeiros passos, o Pablo me chamou de mamãe, o Pablo conviveu comigo por 14 anos. Então eu tive um vínculo maior com o Pablo do que com o Luan.

Apesar que a gente que é mãe, a gente já pega o vínculo de amor com o filho da gente, a partir do momento que ele é aquela sementinha que está ali no seu útero. Eu senti muito a perca do Luan. Eu chorei. Eu fiquei de luto, mas o meu filho não foi tirado de mim, ele descansou. O Pablo não, o Pablo foi tirado de mim, o Pablo era uma criança saudável, não tinha problema nenhuma de saúde e o jeito que ele foi tirado de mim foi muito bruto. Foi muito doído, você, no mesmo instante que o seu filho está ali sentado do seu lado falando “eu te amo, mamãe”, no mesmo instante você seu filho ali, baleado. (Ana Paula)

O luto, além de um afeto, representa o rompimento de um vínculo com alguém que pode ser formado por uma complexa gama de relações, sentimentos, memórias, projetos etc. Esse rompimento pode significar uma profunda e radical mudança na perspectiva do sujeito e em sua relação com o mundo. Esse momento que, claro, possui influências culturais, sociais e por que não, políticas, tem uma forte carga de influência no cotidiano. Pensar na perda de um filho, ou até mesmo de um irmão parece antinatural, principalmente no primeiro caso, onde culturalmente espera-se que os pais morram antes dos filhos. Consideramos que perder um filho não vai significar o mesmo para toda mãe e todo pai – assim como perder um irmão ou outro familiar – isto é, alguns fatores influenciarão na maneira como esse luto será vivenciado: o papel desse filho na organização familiar, o tipo de relação e proximidade com os pais, os fatores envolvidos na causa da morte – onde, como e em quais circunstâncias, a idade dos filhos, entre outras particularidades (Filho & Lima, 2017).

Compreender como essas vidas são concebidas e valoradas socialmente se faz necessário para nos aproximarmos dos eventos aos quais tais existências são submetidas. Ao discorrer sobre as vidas precárias, Butler indica que, ao contrário de uma tentativa de proteger ou garantir a sobrevivência destas, há uma potencialização da vulnerabilidade, da violência e do desejo de destruí-las (Butler, 2020b). Assim, há sujeitos que não serão reconhecidos como sujeitos e vidas que não serão reconhecidas como vidas.

Eu entendi que o meu filho se foi, que ele não vai voltar mais, mas é doloroso você ver mães perder seus filhos, da mesma forma que eu perdi, e não ter assistência nenhuma, de nada, pra nada. “O problema é seu, o problema é seu. Você pega esse lixo aqui e enterra que é responsabilidade sua”. (Ana Paula)

Os rituais envolvidos no processo da morte, as comoções, a fala sobre a perda, o velório, os lamentos e homenagens, entre outros marcos que compõem a dinâmica cultural da relação com a morte são atos que participam do trabalho do luto (Alencar, 2009). Esse trabalho acontece também a partir do reconhecimento de que houve uma perda, o que faz com que o luto necessariamente seja apreendido na relação com o outro. No entanto, se essa perda é questionada como perda, se não há a devida averiguação dos fatos que envolvem a morte, se

essa família é reiteradamente desrespeitada a partir de novas violências, como mentiras, manipulação das informações e ausência de respostas, conforma-se uma gama de dificuldades que se somam às dificuldades já existentes relativas à constatação da morte de uma pessoa querida.

Outra experiência comum que perpassa o relato das interlocutoras diz respeito ao processo de criminalização e desumanização direcionado à imagem dos filhos após seus assassinatos. Compreendemos que há uma espécie de *sequestro da dignidade*, que se inicia nas circunstâncias em que essa morte ocorre e perdura pelos enquadramentos que esse evento vai recebendo. A maneira como essa notícia chega até a família – ou como a família chega até essa notícia, as tentativas explicativas do porquê com seus filhos, a negligência com as informações e, por vezes, as narrativas que justificam a morte como culpa do próprio sujeito – em razão do local onde estava, do objeto que carregava ou do risco que representava – são alguns dos mecanismos que operam na construção de uma reputação desse sujeito e de sua família. Essa reputação, construída a partir de um lugar de *des(importância)*, orienta o olhar da polícia sobre o evento e o desenvolvimento das hipóteses sobre o que poderia ter acontecido, em que aquele que seria considerado como vítima perante a lei, desloca-se para o lugar de culpado (Araújo, 2016, p. 40).

Notemos que fica a cargo da família, desde o momento inicial, assumir a posição de buscar informações sobre o que aconteceu. A notícia da morte, ou de uma possível morte, invade o cotidiano de formas abruptas, fragmentadas e nebulosas, como exemplificado pela narrativa de Luzia, a qual também demonstra uma posição institucional perante a família, que reatualiza a experiência de violência.

Aí nós só descobrimos que meu irmão estava morto porque um outro cara que estava preso avisou a mãe dele e a mãe dele ligou pra minha mãe pra avisar que meu irmão estava morto. (Luzia)

Ademais, a alegação de não saber nada a respeito de um sujeito que estava sob a tutela do Estado evidencia uma postura institucional de não querer saber-dizer. Luzia retoma a fala indignada da tia sobre o assassinato do seu irmão, que aconteceu dias após sua prisão:

E como é que o meu sobrinho foi assassinado dentro de uma cadeia e ninguém vê nada, ninguém escuta nada, sendo que aqui é monitorado 24 horas por dia? Ah, mas ninguém escutou. Falei: não, não é possível uma pessoa não ter escutado, não é possível, que barulho tem, claro que tem, não é possível ninguém ter escutado nada. E assim ficou por isso mesmo. (Luzia)

Luzia ecoa a fala de sua tia e traz também questionamentos fundamentais sobre a impossibilidade de não ter se visto ou ouvido nada no dia da morte de seu irmão, Amarildo. A

família assume uma empreitada concomitante ao momento da notícia da morte de tentar resgatar essa dignidade “perdida”. Dignidade esta que talvez encontre no momento da morte sua expressão máxima de perda, mas que se fez ausente em muitos momentos da vida da família.

Depois de quatro horas sentada lá, seis horas da manhã, não, seis não, foi sete, oito horas. Aí chamaram os policiais e falaram que tinha um cadáver pendurado. Olha o tempo que o meu irmão ficou morto. De noite, dia 20, do dia 20 até no dia 21, é o tempo que ele ficou pendurado lá morto. Se eles tivessem escutado os gritos dele, eles podiam ter salvado o meu irmão. Aí, eles falou não, mas não tá constando nada aqui. Aí a mulher falou assim “não, tem constando que tem um óbito sim, mas não sei se é ele” [Silêncio] De vez dele chamar minha tia ou minha irmã, que seja “ô gente, tem uma funerária que vai acabar de sair aqui, vocês, entra aqui alguém, que a gente vê, né, se é ele.” Aí acabava com a agonia, não. Ficou brigando com nós, ainda pegando uma arma pra atirar com uma arma de chumbinho na gente e não quis dar notícia. A funerária saiu e arrancou, foi embora. Ele não saiu pra fora pra falar nada com a gente. A assistente social também não. Porque ele falou que ela que deveria ter avisado a gente do acontecido, ela também não apareceu. Ninguém apareceu e ficou por isso mesmo. Nós saímos de lá pra arrecadar o corpo do meu irmão pra enterrar ele. Pra enterrar ele. E até hoje nós não sabemos a verdade, nem o que a gente depois procurou saber, não achamos, não provaram pra gente nem aquele papel que eles têm que mostrar pra gente de mandato de prisão, não tinha. E aí falou assim “Uai, se ele ta de mandato, cadê o mandato? Você tem que mostrar a família pra gente ver”. Nem mandato tinha. (Luzia)

De maneira semelhante, Maria do Carmo interroga sobre a responsabilidade do Estado ao não se preocupar com a elucidação dos fatos:

O próprio Estado nega à gente esse apoio. O meu sentimento é de “por que que o Estado encobre? Por que que o Estado não tem uma resposta certa? Por que que eu tenho que dormir com essa, sem a resposta que aconteceu com o Thiago?”. (Kaká)

Enquanto eu conversava com Maria do Carmo, seu telefone tocou, era uma assistente da promotoria. *Posso atender?* Ela pergunta. Dois irmãos haviam sido assassinados em um evento da cidade pela Polícia Militar e a família estava na sala da promotoria naquele momento. Percebo que a pessoa endereça algum pedido à Maria do Carmo, que depois me confirma que gostariam de saber se a organização de mães possuía profissionais especializados para atender a família.

infelizmente a única coisa que eu tenho hoje pra ofertar é o colo. É o abraço. É o acolhimento (...) Então hoje, o que eu posso dar é um abraço na família. Nós não temos ainda recurso nenhum pra poder ajudar. É tudo o que a gente espera, tudo que o Mês de Maio Minas Gerais espera é ter um espaço pra receber essas mães, é ter profissionais com condições de atendimento, aquilo que eu não recebi desde 2014 é o que eu venho lutando pra que aconteça. (Kaká)

Essa materialização das cenas de violência ora pelo silêncio do Estado, ora pelos lamentos ou pelas marcas em seus corpos pode ser compreendida como produção de um testemunho e de uma memória. A todo momento uma pergunta acompanha a escrita deste trabalho, que é “como as mulheres que perderam seus filhos assassinados experenciam esse luto e essa dor? Como aparece em suas vidas e em seus cotidianos as marcas dessa história e como narram esses eventos?”. Seligmann-Silva (2022) realça a dificuldade de escrever sobre os testemunhos em uma era alheia à construção de memórias. O autor tensiona em sua escrita as políticas de apagamento e silenciamento operadas pela violência da Modernidade.

A memória, portanto, pode ser entendida enquanto uma prática política e ética, contrapondo-se à direção de esquecimento e aniquilação imposta em certos contextos. Em contraposição ao silenciamento e ao apagamento a que se tenta submeter essas mulheres/mães, algumas adentram a cena pública de forma a se fazerem ouvir, insistem na busca de informações, reúnem provas, testemunhas, filmagens e argumentos.

Eu cheguei à conclusão de que eles tinham matado ela. Meu irmão disse que quando deu sete horas da noite, o jornal já divulgava que ela tinha se matado. Divulgou que ela tinha se matado e ela não se matou. Deusiane era uma pessoa muito centrada, muito segura de tudo que ela fazia. Era uma filha muito boa, meus filhos são bons pra mim. Eu vi que ninguém tomava uma atitude e eu chamei a imprensa. Chamei a imprensa, eu acho que toda imprensa teve aqui em casa. A senhora coloca assim Deusiane da Silva Pinheiro no YouTube aparece aqui a minha casa, cheia de polícia, cheia de imprensa, cheia de tudo. Aí eu divulguei, que eles tinham matado ela. Aí veio um subcomandante aqui em casa pediu que eu não divulgasse porque eu não tinha certeza do que eu tava falando, porque eu tava passando pelo momento, que eu tava em choque e falou mais coisas ali na porta de casa. Eu falei: “Eu nunca falei besteira na minha vida, o que eu to falando é o que eu ouvi dela e ele ameaçou matar ela e ele matou a minha filha, e o senhor precisa tomar uma providência”. Providência a qual nunca foi tomada, até hoje não aconteceu a justiça. (Antônia)

A experiência do luto vai atravessando o cotidiano dessas famílias e se distribuindo de diferentes formas sobre cada um. Dessa maneira, a vivência do luto não se faz em abstrato, é sentida no corpo, na ocupação dos pensamentos, na ausência dos eventos que até então eram rotineiros. O fato de serem mães, mesmo que se leve em conta que a maternidade não pode ser universalizada ou romantizada, contribui para que lhes seja atribuída a legitimidade da fala, da presença e do sentir. É incutido nestas mulheres e famílias a necessidade de investigar os eventos que aconteceram aos seus filhos e, em diversas situações, encontrar provas que atestam informações que elas já sabem, o que demanda uma postura ativa e combativa (Amadeo, 2018). No entanto, distintas maneiras de vivenciar essa perda poderão ser constituídas, nesse sentido,

o silêncio e outras formas de enfrentar esse momento também podem compor o cotidiano dessas mulheres.

Não dá pra esquecer. Eu falei, “Thainá [filha], eu tô morrendo de saudade do Jonas. Aí vem uma agonia. Aí o mês de junho é os piores meses que tem pra mim. É que, foi que ele morreu dia 9 de junho. É o pior mês que tem pra mim é esses aí, porque aí pronto, aí vem o desespero, só quero chorar, não faço comida, não faço, não dá vontade de fazer nada. Parece que fico só focada naquilo, vendo aquela cena dele, é a hora que eu fico mais angustiada. Eu peguei ele e ele morreu nos meus braços, que ele tava pedindo água né? “Mãe, água, água, mãe deixa eu morrer não, quero não” ai eu falei “Não, cê não vai morrer não, filho, vou rezar pra chegar”. Mas quando chegou já tava, que a bala varou no olho dele e atravessou a nuca, aí não teve jeito. É difícil, nossa, parece que todo dia eu tô vendo ele. (Roberta)

Assim, nem todos os casos ganham notoriedade. É necessário que se faça uma diferenciação, pelo menos em princípio, das agências individuais de cada família e as barreiras institucionais e políticas que perpetuam a invisibilização desses casos, constituindo um terreno fértil para sua repetição. Não é rara a prática de arquivamento dos casos sem que sejam solucionados, isto é, mesmo quando não há o esclarecimento dos fatos, responsabilização dos autores e medidas de reparação com as famílias. Para que o arquivamento não aconteça, há a prerrogativa de que novas provas devem ser apresentadas. Essa situação é demasiadamente difícil, pois sabe-se que, na contramão, há um investimento na destruição das evidências, da cena do crime e uma dificultação por parte da polícia em reunir essas provas (Almeida, 2021).

Foi arquivado. Ó, primeiro teve um julgamento que eu nem fui avisada, foi dado legítima defesa para os policiais, né. Foi dado direito aos policiais, legitima defesa, porque eu não fui avisada do julgamento, nem o meu advogado. Aí deu como falta de interesse da parte que seria a minha parte. Aí eu fui no fórum, aí fui com advogado no fórum. Aí a gente descobriu que o processo tinha sido arquivado, que tinha dado legitima defesa para os policiais e por falta de provas, por falta de, né? de testemunha e tal. Aí meu advogado foi e reabriu o processo, ele reabriu o processo e a gente conseguiu, as testemunhas a gente conseguiu as filmagem da rua que o meu filho passou, porque eles falaram que o meu filho estava com a mochila nas costas, cheia de droga, e essa mochila não foi apresentada, não apareceu. E a filmagem na hora que o meu filho, 10 minutos antes, nem 10 minutos, 5 minutos dele ter assassinado tem as filmagens da porta da padaria dele passando, na porta da padaria, mas só com a mão no bolso, normal, com a mão no bolso, não estava com mochila nenhuma, não tava do jeito que eles falaram, que ele estava carregando uma peça do carro na mão como se fosse uma macaquinha. Na filmagem não mostrou nada disso. Aí a gente conseguiu 2 testemunhas. O menino que viu tudo o que ocorreu, quando ele era quase a idade do meu filho, ele era um ano mais velho, tinha 15 anos, aí quando o advogado no começo, né, apresentou, falou que tinha uma testemunha e tal, esse menino foi assassinado 2 meses depois, foi encontrado morto (Ana Paula)

o processo do Thiago já foi arquivado duas vezes, mas eu nunca descansei: vou atrás da promotoria, de tudo que é órgão e autoridade, conto o meu caso em todos os lugares. Eu que tive que fazer prova do que aconteceu. Eu não tava lá! (Kaká)

A violência, o trauma e o testemunho têm sido articulados na tentativa de compreensão dessa experiência de dor e sofrimento provocada pela perda de familiares vitimados pela violência. Compreendemos que o trauma vai ser vivido a partir da experiência de uma gama de afetos, processos de sofrimento e por vezes, pela perpetuação de outras situações de violação. Em acordo com Aguiar (2021) que discute o trauma enquanto um operador sociopolítico na vida das mulheres que tiveram os familiares assassinados, é possível observar como surgem os sentimentos de tristeza, de desânimo e desespero, mediados pelo descaso dispensado à vida dessas famílias. Um elemento central discutido pela autora se refere ao sentimento/vivência do medo no cotidiano, que aparece no receio do arquivamento do caso sem resolução, nas possibilidades de retaliação contra os familiares, nas práticas de terror e ameaças que acompanham essas famílias, em conjunto com o medo de outro filho/familiar também ser assassinado, uma vez que a morte parece estar à espreita de alguns grupos.

A noção de trauma vem sendo trabalhada de diversas formas, porém com primazia do *saber psi* e ligado a uma concepção psicopatológica (Moreira & Guzzo, 2015). Didier Fassin e Richard Retchman (2009) argumentam que a ideia de trauma, seja do ponto de vista psiquiátrico ou do ponto de vista leigo, tornou-se um lugar comum. Revisitando o episódio do dia 11 de setembro, nos EUA, os autores chamam atenção para o fato de que foi construída uma narrativa midiática que postulava que todos os estadunidenses foram acometidos pelo trauma da situação: as vítimas, as testemunhas e todas aquelas pessoas que assistiram ao ataque pela televisão, todos traumatizados. Vários outros eventos tidos como traumáticos são relembrados pelo autor e, algo em comum sobre esses eventos é o aparecimento de profissionais de saúde mental para prestar assistência aos vitimados e às testemunhas (Fassin & Rechtman 2009).

Segundo Fassin e Rechtman (2009), anteriormente o trauma era pouco presente fora dos *circuitos psi*. Mais do que isso, o trauma era uma condição suspeita, pois acreditava-se que os veteranos de guerra fingiam estarem traumatizados para não retornarem aos campos de batalha. Uma mudança notável tornou o trauma praticamente uma condição pressuposta, dotada, de antemão, de legitimidade. O trauma, agora amplamente aceito e até pressuposto, fixa a *condição de vítima* e denota a passagem de uma condição suspeita para uma condição legítima que merece compaixão (Fassin & Rechtman 2009). Questiona-se, todavia, se tal

associação se aplica ao contexto brasileiro, onde, por um lado, algumas vidas só serão visibilizadas quando perdidas de forma brutal; por outro, mesmo quando essas famílias experimentam a perda de algum familiar vítima de violência, precisam passar pelo escrutínio moral que avaliará se aquela realmente era uma vida digna.

Paralelamente, a ideia de trauma como uma condição que evoca empatia se espalhou globalmente no espaço moral da sociedade contemporânea. Assim, Fassin e Rechtman (2009) exploram a maneira como o trauma foi produzido através da mobilização de profissionais de saúde e de militantes dos direitos humanos, e, de maneira mais ampla, através de uma reestruturação cognitiva e moral da sociedade que redefine nossa relação com a miséria, a memória e a subjetividade. Nesse sentido, Aguiar (2001) afirma que:

as análises sobre a produção e usos do trauma dizem respeito a modos de lidar com diferentes tipos de violências – política, social etc. –, o que faz com que o trauma se torne um importante operador das crises sociopolíticas contemporâneas. Estas crises, sejam elas individuais, coletivas, acidentais, provenientes de catástrofes, passam a ser reconhecidas pela sociedade por meio da noção de trauma e da razão humanitária. Esta última refere-se a sentimentos morais que nos impulsionam a uma atitude de correção ante o mal-estar, ante a crise. Com isso, o trauma, a compaixão e a decorrente necessidade de intervenção irão se constituir como elementos indispensáveis para lidar com contextos políticos (Aguiar, 2021, p. 99).

Com isso, não se trata de descartar os efeitos provocados nos sujeitos que experenciaram uma condição extremamente violenta, como no caso das mortes através de assassinatos. Todavia, a noção de trauma e o olhar formulado a partir do campo da Saúde Mental deve ser ampliado, ultrapassando perspectivas que considerem apenas a elaboração diagnóstica ou a manifestação sintomatológica, a partir de uma concepção essencializada e individualizada da doença mental. Tomando como relevante o cenário de violência vivido no Brasil, em suas diversas expressões e de impacto em determinados grupos, se torna imprescindível o trabalho para visibilização dessas demandas e aprimoramento da assistência (Barreto et al., 2013). No entanto, é importante que não se cristalize uma leitura a priori daquele que é/está “traumatizado”.

Martín-Baró, propõe a noção de *trauma psicossocial*, o qual estaria fortemente relacionado às condições de violência, terror e medo disseminados no contexto de guerra civil pela população salvadorenha. Esse trauma é entendido enquanto uma ferida ou marca deixada no indivíduo a partir de sua vivência em uma circunstância excepcionalmente dolorosa ou difícil, sendo essa situação produto de uma conjuntura que atinge a um grupo ou a uma

sociedade. Nesse sentido o trauma psicossocial propõe uma compreensão dialética entre os efeitos individuais e as causas sociais e institucionais desse sofrimento (Martín- Baró, 1990; Martín-Baró-2017).

É importante destacarmos os profundos efeitos que podem ser provocados ao submeter os sujeitos a diversas formas de violência, como o medo constante, o sentimento de perseguição, os traumas físicos, os sentimentos de perda, entre outros. Entre aquela parcela da população brasileira que está cotidianamente em contato com os aparatos policiais e com as expressões da criminalidade, estes efeitos também estariam presentes? Obviamente há contextos marcadamente diferentes ao se considerar um país em situação de guerra civil, sobre o qual se debruçou Martín-Baró, e o Brasil (Martín-Baró, 1990; Menegat, 2006). Todavia, há uma série de marcas e violências acumuladas no território brasileiro não narradas e ainda fortemente contidas pelas estratégias de apagamento. Seligman-Silva (2022) aponta uma noção de testemunho, ou melhor, de dispositivos testemunhais localizados em uma experiência individual e coletiva, que perpassa os corpos e se distancia de um testemunho ligado ao paradigma do judiciário sobre a construção da verdade.

A noção de testemunho tem uma trajetória que atravessa diversos campos, como da teologia e o testemunho como afirmação da fé; no campo jurídico com noção de testemunho como tentativa de reprodução da verdade, em conjunto com técnicas de entrevista a testemunhas; nos campos da psicologia e da psicanálise, em que o testemunho apresenta absoluta centralidade, associado também a noção de trauma e sua possibilidade de elaboração; na filosofia, com o estudo da linguagem. Também poderíamos acrescentar a literatura, as artes e provavelmente outros campos do saber (Seligman-Silva, 2022).

Tomamos aqui a noção de testemunho enquanto ato que pode ser viabilizado por palavras, silêncios, gestos, e também enquanto possibilidade de reafirmação de uma história a partir de determinada perspectiva (Das, 2020). Mas a centralidade de quem conta essa história deve ser realocada naqueles que não tem o privilégio da escuta, ou retomando Fricker, da credibilidade de sua palavra (Fricker, 2023). Adichie (2019) nos alerta sobre os perigos de uma *história única*, em que um agente externo insiste em produzir uma narrativa exclusivamente pelos contornos da catástrofe e da carência. Nesse sentido, contesta-se, por exemplo, as versões produzidas pela polícia e pela mídia em seu afã por controlar grupos marginalizados e justificar ações arbitrárias. O silêncio e a impossibilidade de explicitar a violência apenas pelo uso da palavra faz com que outras possibilidades narrativas ou performativas sejam construídas no que Das refere como uma tentativa de voltar a habitar um mundo devastado “afinal, o rumor,

o lamento, o luto, o silêncio, e mesmo o testemunho, são formas expressivas que não necessariamente se apoiam nas palavras” (Lacerda & Parreiras, 2021, p. 3).

Em situações em que a desumanização ganha realce enquanto dois elementos presentes nos contextos em que há a violência prolongada de uns contra outros, os efeitos dessa manifestação merecem atenção. Martín-Baró (2017) destaca que três elementos são significativos no que diz respeito aos efeitos na experiência dos sujeitos quando em situação de conflito, sendo eles: a classe social, o tipo de envolvimento no conflito e a temporalidade. Algumas situações citadas enquanto potencializadores desse sofrimento, de angústia e até mesmo do desenvolvimento de sintomas são: as experiências de perigo e vulnerabilidade, o presenciar situações de assassinato, massacre ou estupro e a perda de familiares ou laços afetivos nas condições citadas acima (Martín-Baró-2017).

Seguindo essa reflexão de Martín-Baró, de que certas conjunções podem potencializar o sofrimento, encontramos na vivência dessas mulheres expressões da violência que se estendem após o assassinato de seus familiares, por exemplo, o impedimento de velar o corpo, a impossibilidade de acessar as informações sobre a circunstância da morte, as manipulações de provas em situações que há agente públicos envolvidos, entre outros. Essas interdições, dos rituais tradicionais e culturais envolvidos na morte, do acesso às informações, da garantia de amparo e segurança em situações de violência, e também da sobrecarga afetiva na figura feminina e materna, podem acabar por produzir certas interdições na vivência desse luto.

Sobre este último aspecto, foi comum ouvir que as mães não se autorizavam a viver o luto porque precisavam cuidar dos maridos, das mães, dos outros filhos; que exerciam papéis na dinâmica familiar que não possibilitavam sua “entrega total”. Sônia afirma “eu não tive luto. Meu marido não teve capacidade de me ajudar, então eu precisei ficar forte para ajudar eles”, se referindo ao marido e aos três netos. Ao mesmo tempo, essa interdição coabita uma realidade em que se tenta manter atividades da vida. Luzia nos fala do encontro em festas com sua família. Sua fala é fragmentada: “*A gente se encontra. E lembra. E chora. E vai todo mundo embora*”, o que expressa que alguns impedimentos vão surgindo, mas não enquanto impedimentos totais, porque ainda tentam festejar os aniversários, por exemplo.

Todavia, é importante salientar que os casos em que há impedimentos no acesso às circunstâncias da morte ou em que verifica-se manipulação das provas, possuem tanto um impacto subjetivo, na medida que dificultam o processo de simbolização sobre essa morte; quanto objetivo, por estar intimamente relacionado com a interdição da justiça e de possíveis garantias de direitos que poderiam ser acessadas. Consideramos que essas ações de violência que se perpetuam após a morte se somam a esse processo de desvalorização dessas vidas,

engendrando um processo de deslegitimação de determinadas existências, sendo mais um movimento que mantém em curso o trabalho da morte. Ao vivenciarem seus lutos, falarem de suas perdas, da história dos filhos, sobrinhos e irmãos, observamos que essas mulheres nos apresentam uma certa *epistemologia do luto*, a qual contempla aspectos como tempo, reconhecimento, rituais interditados e outras características específicas desse sofrer e desse lembrar.

O luto das mães que perdem seus filhos nesses contextos de violência, em especial a partir da violência estatal, coloca em xeque a separação tradicionalmente realizada entre a esfera privada ou íntima associada ao luto e ao sofrimento e a esfera pública e política. Essas mulheres enfrentam repetidamente a criminalização de seus filhos, a suspeição sobre suas próprias narrativas e a invisibilidade diante das instituições. Na contramão de um discurso que afirma que determinadas perdas são necessárias ou até mesmo responsabilidade destes sujeitos ou de suas famílias, enlutar essas vidas é, por si só, um ato de resistência. Insiro a possibilidade de uma outra epistemologia do luto, reclamada por elas, pelo fato de que experimentar essa perda perpassa pela luta por memória, pela necessidade de denúncia da precarização de certas vidas, pela exigência de um cuidado que se faça a partir do reconhecimento da legitimidade de seu sofrimento – que possui raízes políticas, culturais, afetivas e históricas.

5.3 LINGUAGENS DA DOR: OS DESTINOS DO SOFRIMENTO

E é isso aí, a minha vida se resume a tudo isso: na dor, na perda, nas batalhas do dia a dia (Márcia)

Os desdobramentos da perda de familiares assassinados são representados pelas mulheres através de uma complexidade de sentimentos e vivências cotidianas que conformam uma experiência dolorosa e desafiadora. Nesta seção, abordo os sofrimentos experimentados por essas mulheres, conectando a dimensão singular e específica do sofrer, a uma outra dimensão, que é coletiva e política. Nesses processos de sofrimento, aparecem narrativas sobre os adoecimentos físicos e psicológicos, sobre os sintomas, sobre os impactos no dia a dia e as mais significativas alterações do cotidiano. No entanto, essas mulheres reafirmam uma descrição e compreensão dessa experiência que está associada a uma gama de afetos, que escapam a enquadramentos previamente estabelecidos e culturalmente legitimados a dizer sobre o sofrimento.

Esse sofrimento se dilui na rede familiar e alcança as avós, os irmãos, as namoradas, os filhos... Ele se reatualiza geracionalmente na medida que essas marcas da violência vão se

transmitindo, seja pelas interdições que vão acompanhando as famílias após a perda, seja pela perpetuação das violências em âmbitos diversos da vida. A manifestação e incidência dos processos de adoecimento e sofrimento descritos pelas mulheres precisa ser compreendido à luz dos processos de (in)justiça e ausência de acesso aos fatos e garantias de direitos (Vieira et al., 2009). Isto é, a manutenção de um certo tipo de sofrer, bem como sua intensificação, estão associadas ao tratamento que essas mortes – logo, estas vidas – receberam.

Com essa afirmação não há pretensão de dizer que não haveria sofrimento se as famílias recebessem acolhimento, amparo, caso tivessem as respostas que desejam e alcançassem um desfecho dentro dos parâmetros da justiça brasileira. No entanto, em conjunto com a experiência da perda, está a imposição de um itinerário de violências e negligências que faz com que seus sofrimentos sejam potencializados.

Os efeitos gerados na vida dessas mulheres podem se manifestar a partir de dimensões psíquicas, sociais, políticas, físico-corporais, econômicas, comunitárias, entre outras (Passos, 2023). Nestes desdobramentos, a perda de vitalidade, de perspectiva e até mesmo o desenvolvimento de quadros de adoecimento das mulheres/mães pode ser uma consequência quando ficam enredadas na experiência da perda e do luto. Em outros casos, a saída para buscar justiça e mobilizar-se em conjunto com outras pessoas com vivências semelhantes enseja um deslocamento da experiência de luto, que então convive com formas mais diversas de reabilitação da vida. Há também o silêncio que pode imperar em razão do medo de retaliações ou da ausência de perspectiva de alcançar algum resultado. O que se sucede à perda muitas vezes insere essas mulheres em um percurso solitário e que centraliza nelas a responsabilidade por arcar com as demandas seguintes, como velório, enterro, transporte do corpo, cuidado com outros familiares, entre outras dimensões relativas ao cuidado.

Assim, é necessário compreender o impacto produzido naquelas vidas que testemunham a perda de um familiar vitimado pela violência. Destaco o quanto a ausência do reconhecimento dessas mortes enquanto vítimas de violência, bem como uma inexistência de amparo à essas famílias, produz contornos na dinâmica do luto e nos efeitos enfrentados. Vale destacar que para essas mulheres esse sofrimento não é legitimado, respeitado ou cuidado, visto que por parte da sociedade, a morte dos seus filhos é justificada pela política de segurança e pelas concepções ideológicas que subjazem à violência contra determinados grupos. Dessa forma, é necessário entender qual perspectiva de sofrimento estamos tratando. Weintraub & Vasconcellos (2013), à luz da interlocução entre Veena Das, Arthur Kleinman e Didier Fassin discorrem sobre a noção de sofrimento social:

É Kleinman (1997) quem define a noção de sofrimento social de modo mais claro e direto: o sofrimento é, sem exceção, uma experiência interpessoal ou intersubjetiva, o que o torna necessariamente social. Já para Fassin, no entanto, a preocupação que emerge no mundo contemporâneo com o sofrimento é um modo de individualizar as consequências de situações e posições sociais advindas de um contexto mais amplo(...). Carvalho (2008) discorre sobre o conceito de sofrimento social à luz dos trabalhos de Veena Das: esse sofrimento é o reflexo de experiências variadas de dor, de traumas, de problemas, não só ligados a violências, mas também à fome, doenças crônicas, situações-limite. Da sua leitura de Arthur Kleinman, o autor afirma: “o que melhor caracteriza o sofrimento social é sua compreensão não como problema médico ou psicológico, o que reforçaria sua dimensão individual, mas como uma experiência social (Weintraub & Vasconcellos, 2013, pp. 1047-1048).

Outra concepção que contribui para o entendimento das experiências de dor e sofrimento é a noção de sofrimento ético-político trabalhado por Bader Sawaia (2017). A autora aponta que há uma dimensão do sofrer que é experimentada em razão das desigualdades e injustiças sociais e estruturais de nossa sociedade, materializadas na assimetria das relações de poder que mantém tal estruturação. A partir de uma concepção que insere a ética e a política no debate sobre o sofrimento, comprehende-se que suas manifestações não se dão por uma causalidade individual, mas em decorrência de processos de marginalização e opressão que posicionam determinados grupos em relações inferiorizadas e hierarquizadas.

Pensar nas expressões do sofrimento necessariamente nos conduz a uma reflexão das violências inerentes à estruturação econômica e social, produtora das “pequenas misérias” e de um continuum de violências para alguns segmentos sociais. Para essas vidas submetidas à precariedade não é possível esquecer dos seus efeitos, dos desdobramentos da violência e do sofrimento associado a ela (Bourdieu, 2008). Ressaltar as origens desse sofrimento na estruturação social não significa negligenciar sua dimensão individual e singular.

Essas mulheres adentram processos que se alternam entre isolamento, intensa dor, aparecimento ou agravamento de doenças, desespero, o que faz com que sofrimento seja matéria prima da experiência de famílias que têm seus entes vitimados pela violência (Araújo, 2012).

Mas eu fico muito nervosa. Eu fico com uma agonia. Eu fico com uma dor no peito, parece que eu vou morrer, sabe? costuma me dâ mais durante a noite, me dâ aquela agonia no peito, parece que tá apertando, entendeu? Quando é noite que eu choro. Muito triste, muita coisa, mas a cabeça da gente não aguenta não. (Roberta)

É uma dor que não tem um dia que eu não choro por ele. Se eu ver um menininho de cabelo louro na rua, eu choro. As minhas filhas ficam assim, ‘mãe, deixa o Rafael descansar, a senhora não deixa, pensa pro lado bom. Ele não sofre mais’. Mas eu sofro. Ele não sofre, mas o porquê da maldade? Eu

fico imaginando o que que fizeram com ele até jogar ele naquele poço, pelado. Eu não consigo aceitar isso de jeito nenhum! Eu não sei quando que essa ferida vai fechar. Não sei dizer. E eu fico imaginando uma mãe quando perde um filho. Porque a dor que eu tô sentindo é de uma mãe. (Gabriela)

Nos chama a atenção a dimensão da temporalidade. Algumas dessas mulheres haviam perdido o filho há pouco mais de um ou dois anos, outras, há uma década ou mais. Essas experiências, decerto, não podem ser homogeneizadas, no entanto, percebemos que algumas expressões, como choro e a lembrança constante, independem deste tempo cronológico. Essa dor sinaliza a perda de algo que lhes era vital, a despeito do apelo cultural para o esquecimento e do enquadramento do que é adequado sentir e por quanto tempo (Kleinman, 2012).

Aí passou um tempo, eu entrei em depressão. Eu não me cuidei, perdi os dentes da frente. Teve uma vez, eu tava deitada, eu não consegui, me deu tipo uma crise de pânico, eu acordei engasgada com uma coisa me sufocando. Eu só sabia chorar, chorar, chorar (...) e eu comecei a tomar o remédio, aí ela (a médica) falou que eu tava tendo crise do pânico. Começou a me dar umas alergias na mão que de vez em quando me dá, de ansiedade, começou a dar um monte de caroço assim, e eu não sei que que tava me causando isso, mas eu tava com muita alergia. Aí ela falou assim que eu tava com ansiedade e com depressão. (Fernanda)

O dia a dia meu é esse, é cama e a ansiedade, depois disso eu tive muita ansiedade, muita depressão. Eu tenho espírito suicida, eu sinto muita falta do meu irmão, então às vezes eu começo a chorar e eu fico achando, ah, será que se eu morrer eu vou encontrar com ele mais rápido. Eu sinto uma tristeza muito profunda no coração, uma dor muito forte, eu não consigo ficar. Eu me falo ‘ah fica aí’, eu sei que aí começo a chorar, aí é o que eu te falo, aí vem a lágrima, aí começa a chorar sem parar. Aí eu tenho que sair de perto, eu tenho que ir embora e deitar na minha cama e ficar no meu canto, sozinha. Eu tenho que me afastar, estou me afastando mais, então eu fico o mais afastada possível dos outros. (Luzia)

Compreendemos que as mulheres, ao contarem suas histórias, produzem uma narrativa que, além de evidenciar inúmeras expressões desse sofrimento, revelam um contínuo de violências ainda em andamento. De acordo com Passos (2023) a bala que assassina ou mutila vidas em territórios de violência continua atuando e promovendo outras feridas, a partir de processos de reatualização da dor e mortificação dessas mulheres. De certa forma, os jovens, principais alvos da violência letal, não são os únicos que se encontram “na mira do fuzil”, pois suas famílias também estão submetidas aos efeitos dessa bala. Na compreensão de Shiyrlany, Cida (mãe biológica de Lucas), vivenciou a evolução de uma depressão para o câncer; e a tristeza foi o motivo de sua morte.

Ela morreu de tristeza (se referindo à Cida, mãe biológica de Lucas), porque ela não suportou a dor, ela só tinha ele. Nos momentos que o pai não estava, quem fazia pai e mãe era a Cida. Então, quando o Lucas foi, ela se sentiu sem chão, e eu entendo, porque era o único filho. E a dor foi tão grande que ela entrou em depressão, em depressão fortíssima. Ela não buscou apoio. Mas, ela não conseguiu segurar a peteca né, a barra, porque ela ficou depressiva. Dessa depressão evoluiu pro câncer. (Márcia)

Notemos que na compreensão de Márcia houve um percurso que o adoecimento trilhou, onde há agravantes, como a não busca de ajuda e a possível ausência de outros apoios familiares. Seu início se fez pelo ato violento que produz a morte do filho e a consequente dor associada a esta perda. A continuidade dessa trilha de adoecimento, na concepção de Márcia, faz com que uma depressão se transforme em câncer. Não é possível precisar o que aconteceu com Cida, mas realçamos que essa interpretação expande uma concepção estritamente biomédica do adoecimento e nos provoca a pensar que outros fatores psicossociais podem provocar uma morte.

Quando o Lucas morreu eu fiquei muito mal, muito mal mesmo. Cheguei a ficar com depressão. Eu adoeci. Eu cheguei ao suicídio, que é uma coisa que eu não me envergonho de falar. Eu acho que a depressão, ela mata. Mata e feio, sabe? (Márcia)

Débora Silva, fundadora do MÃes de Maio e importante ativista contra a Violência de Estado, ressalta no relatório “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil”, a dura realidade ao tentar contatar mães que haviam perdido os filhos para a violência e constatar que várias já haviam morrido (Assumpção, 2024).

Encontramos também alguns endereços que a gente chegava e perguntava pela mãe, e a mãe já tinha falecido. Então a gente começou a ficar assustada com aquilo que a gente viu, vimos assim que umas oito mães que tinha morrido (...) Então quando eu me deparei com as mortes de mães do movimento e com as mortes das mães que nós encontramos [na pesquisa], não tinha como, eu não queria adoecer dessa forma. Eu estava achando que as nossas mortes são tudo semelhantes, [causadas] pela tristeza, né? E aí eu achei melhor ter essa possibilidade de ter essa contemplação dentro da pesquisa (Assumpção, 2024, p. 7).

Entendemos que o ato violento se infiltra no cotidiano dessas mulheres e assume contornos variados, em forma de atos, afetos, palavras. Tomamos a expressão de alguns afetos, em conjunto com o luto, enquanto uma insistência, uma forma de inscrever no real o testemunho de suas histórias e perdas e, talvez, uma maneira encontrada de enfrentar a violência sofrida. Os desdobramentos na saúde das famílias vítimas da violência são percebidos e já relatados em outras pesquisas sobre o tema, como mencionado (Araújo, 2019). Dormir,

comer, se levantar, sair de casa, entre outras tarefas cotidianas, se tornam atividades extremamente pesarosas:

É, hoje eu sofro de pressão alta, né? E desenvolveu depois que eu perdi ela, e eu sofro de diabetes. Eu não durmo, acho que eu durmo 1 hora por noite, eu tenho medo deles. Quando o carro para aqui eu já to alerta, então eu durmo muito pouco. Eu desenvolvi pressão alta e diabetes, e desenvolvi o esquecimento, tem 2 anos, tem cerca de 2 anos que eu ando muito esquecida. Quando eu coloco a panela lá no fogo e to na mesa, na cozinha. Eu coloco a panela no fogo, eu tenho que vigiar senão eu esqueço. (Antônia)

Ah, depois que o Jonas morreu, minha filha, eu fiquei. Aí me deu esse negócio de câncer de mama, né? Tem quatro meses que eu operei. Aí eu tô na quimio, fazendo quimioterapia, né? Aí eu faço a rádio e a quimio, tô fazendo as duas. Porque no laudo deu que ele é maligno, né? (Roberta)

O corpo, as relações e o cotidiano são diferentes estâncias, interligadas e conectadas, que manifestam a presença das dinâmicas de enlutamento e sofrimento. Nesse percurso do sofrer, o corpo parece registrar a perda: aparecem os caroços, as alergias, as sensações de sufocamento, as dores de cabeça; perdem-se os dentes, os cabelos caem, perde-se e ganha-se peso exponencialmente, sem que a alimentação seja a causa direta desse evento.

A articulação entre terror, violência e intimidade evidencia que o espaço íntimo não constitui um refúgio frente à violência, mas por vezes é o próprio lócus em que ela se realiza. Vianna et al., (2022) no Dossiê que organizaram sobre Terror e Intimidade evidenciam importantes coordenadas sobre como o terreno íntimo pode ser invadido ou constituído pela dinâmica de violência.

Interessava-nos, por um lado, refletir em que medida as práticas de terror extraem sua força e sua eficácia justo da capacidade de se imiscuírem nas relações ou nas experiências de intimidade, impedindo ou desestimulando alternativas de resistência. E, por outro lado, de que forma regimes e dispositivos de poder são caracterizados como estando de algum modo no campo do terror – e não simplesmente da força ou da violência – justo por sua capacidade de tocar regiões de intimidade, seja nos limites do corpo, do espaço doméstico ou da subjetividade (Vianna et al., 2022, p. 1)

No caso de Fernanda, a relação entre terror e intimidade se expressa de forma contundente: a morte violenta do irmão invade a vida familiar e redimensiona os laços afetivos, de modo que a presença do filho se torna símbolo dessa violência. O terror, nesse sentido, opera precisamente por sua potência de penetrar nas zonas íntimas da vida, instaurando um campo de precariedade que reconfigura tanto a subjetividade quanto a experiência cotidiana de família.

Aí ele (se referindo ao pai do seu filho) matou ele [irmão de Fernanda] junto com outro menino. Eles ajudaram a matar meu irmão. Aí pra mim ainda é

difícil, porque minha família, tipo assim, meio que rejeitou o meu menino, sabe? Minha mãe não suporta nem a olhar para a cara dele. Ela gosta só do pequenininho, a gente já vê a diferença, ele também sente. Aí eu vou lidando com isso, do jeito que dá. O começo foi mais difícil para mim, porque eu também não [silêncio] não suportava olhar pra cara dele. (Fernanda)

Com isso percebemos que as relações mostram-se capazes de registrar e guardar, tanto o luto, quanto a violência: o encontro na festa de família e a constatação da ausência; o sentimento de rejeição direcionado a Vinicius, filho de Fernanda; o irmão que deixa um pedaço do bolo de aniversário guardado; o isolamento que denuncia a indisponibilidade para uma relação. O cotidiano passa então a ser habitado por diferentes formas de expressão desse modo de habitar a vida diante da violência, em especial pelas lembranças ou por sintomas que de repente se fazem presentes.

5.3.1 As corrosões do cotidiano

Ao trabalhar com interlocutores que eram sobreviventes ou testemunhas de uma violência que atentou contra a vida, Veena Das se concentrava em compreender como essas pessoas conseguiam voltar para as tarefas cotidianas. Ou seja, empenhava-se em compreender de que maneira atividades elementares - como alimentar-se, cuidar das crianças, andar pelas ruas - poderiam voltar a ser realizadas após o evento deflagrador de violência, isto é, após esse evento crítico. Seu trabalho se dedicou ao testemunho de sobreviventes desses eventos, as suas formas de habitar o mundo, às vezes pela via das palavras, às vezes pelos gestos e encenações. Entre as narrativas de minhas interlocutoras, encontramos algo semelhante, especialmente no que tange a certa corrosão de atos banais, que então passam a carregar doses cotidianas de sofrimento. Uma espécie de *contaminação* dos atos simples da vida, que passam então a estar vinculados ao luto e ao sofrimento, em que aparecem pequenas interdições do fazer. O ato de cozinhar é uma dessas experiências que aparecem no cotidiano dessas mulheres bastante atravessado pela marca da perda. Vejamos o relato de Luzia e Roberta:

Então eu sinto mais falta dele, assim, na hora do almoço, na hora do café, é a hora que eu acordava ele, que eu chamava ele pra interagir, que a gente interagia, é os horários que eu sinto mais falta dele. Então essa hora ele estaria aqui agora: "Me dá um café. Tem café ai?" E agora nem prazer pra fazer café eu tô tendo. Tem muito tempo que eu nem com a minha mão faço café. (Luzia)

Ele gostava muito de jiló frito, jiló refogado. Eu não faço Jiló de jeito nenhum. Eu panhei, sabe? Eu não tenho mais aquele gosto de fazer um Jiló. A Thaná[outra filha de Roberta] ela falava "mãe, você nunca mais fez frango

com quiabo, hein? a mãe fazia pra todo mundo assim". A minha mãe fazia um frango com quiabo que ele gostava muito, eu não faço frango com quiabo mais. Mas se eu faço, eu lembro dele, sabe?

Além dos adoecimentos vivenciados por elas próprias, outros atores familiares também enfrentam os efeitos dessa perda.

A minha mãe, quando meu filho morreu, a minha mãe adoeceu de uma forma que minha mãe nunca... Minha mãe nunca teve nada. A mãe sempre foi uma mulher forte, saudável, trabalhadeira. Aí quando meu filho morreu, ela veio só adquirindo doenças em cima de doenças e hoje ela está com câncer no útero. E aí adquiriu depressão, adquiriu pressão alta, e diabetes, colesterol alto. A saúde da minha mãe virou assim, de cabeça para baixo. (Ana Paula)

Mas depois que o meu menino morreu, é que ele ficou mais pior. Ele piorou a bebida também, já tá mexendo com a mente, com a cabeça dele. (Roberta, se referindo ao pai de Jonas)

Eles destruíram não só, não mataram só o meu irmão, eles mataram a família inteira. A ponto da gente ter que tomar remédio dessa forma e andar todo mundo em depressão, querendo ficar isolado igual todo mundo fica. Você conversa com todo mundo lá em casa, você vai ver, todo mundo tá depressivo, todo mundo vai começar a chorar. Eu começo a chorar, todo mundo vai começar a conversar com você, vai começar a chorar e não vai aguentar. Ninguém tá bem o suficiente. O meu pai não conseguiu chorar, não conseguiu expressar a dor dele, ele guardou pra ele. Tem tempos que eu nem vejo meu pai, mas meu pai se isolou no canto, foi morar na rua, meu pai isolou de todo mundo. (Luzia)

Atos cotidianos que antes eram compartilhados ou endereçados ao outro se transformam em tarefas impossíveis, assumindo, por vezes, um caráter paralisante. São trazidas no discurso de Luzia relações de cuidado estabelecidas com o irmão que, ao perdê-lo, fazem com ela perca também um certo modo de estar no mundo. Luzia destaca as dificuldades que tem enfrentado para cuidar de si mesma, pentear o cabelo, trocar de roupa e fazer café.

Ela (a mãe) falou que antes eu gostava de passar um batom, agora não passo mais batom, eu não arrumo cabelo mais. Só ando assim, o dia inteiro assim. Quando não é assim, é com um vestido que eu tenho longo até no pé. A minha mãe falou que "eu estou me arrumando mais do que você. Você está parecendo, você que é a minha mãe, não eu que sou sua mãe" Eu não tenho prazer para me arrumar. Não tenho ânimo para me arrumar, pra andar arrumada, essas coisas não. Antes eu tinha prazer, agora não tenho mesmo não. (Luzia)

Essa contaminação, por sua vez, extrapola o espaço doméstico e se amplia, como uma malha, no território de vida dessas mulheres. Assim, não somente os corpos guardam essa memória, como também os territórios. Tal fenômeno está intimamente associado às características desse tipo de morte no Brasil, normalmente em bairros periféricos onde os

tiroteios e a violência armada fazem parte do cotidiano e onde as casas, portões e muros fazem também um registro dessas mortes. Essas memórias partem de cenas de terror e invadem a intimidade da família, o que até então era apenas uma rua do bairro, passa a ser local e símbolo da perda.

Mas para mim era um tormento, porque meu filho foi assassinado na rua de trás da minha casa. Se eu ia na padaria eu passava na rua. Se eu ia no supermercado, eu passava na rua. Se eu ia levar meus meninos na escola, tinha que passar na rua porque era o único acesso. E cê passar e ver aquele portão todo furado de bala e saber que aquilo ali foi que levou seu filho, que aqueles buracos que tão ali, que as bala atravessou o corpo do seu filho pra poder estar ali. Era uma coisa difícil. Só que aí eu cheguei a conclusão que eu tava adoecendo por isso. (Ana Paula)

A maioria foi assassinado ali, lá em cima da casa. Chegaram um monte de cara de preto, atiraram no menino ali, matou ele ali. Os outros, um foi morto ali, o outro lá na rua de trás, o outro ali embaixo. (Luzia)

A capilarização da violência no território evidencia como os episódios de letalidade ultrapassam o instante da morte e se sedimentam na materialidade do espaço urbano. O bairro, as ruas, os muros e os portões tornam-se superfícies que simbolizam a dinâmica de horror-terror (Vianna et al., 2022), transformando-se em marcos da perda e da violência. Se movimentar pelo espaço, sair de casa para percursos rotineiros – ida à escola, ao mercado, à padaria – se transformam em trajetórias atravessadas pela memória da morte, conformando uma espécie de *itinerários da dor*.

Na perspectiva de Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido para além de sua dimensão físico-espacial, pois ele é também construção simbólica, relacional e política. O autor argumenta que os processos contemporâneos implicam a vivência de múltiplas territorialidades, que se articulam de maneira simultânea e conflituosa, diversa e complexa. O território, nesse sentido, é um campo atravessado por relações de poder, afetos e significados. Essa concepção permite compreender como, em contextos de violência, o território não é apenas palco da ação violenta, mas também se torna um agente ativo na produção do sofrimento, à medida que guarda as marcas materiais e simbólicas da perda e reconfigura a forma como os sujeitos se relacionam com os lugares de sua vida cotidiana (Haesbaert, 2004).

Porque há pouco tempo mataram no meu portão também. Do mesmo jeito que mataram meu filho. Eu que socorri o menino. Então isso ficou na minha cabeça. Eu escuto barulho de moto, eu fico desesperada. Eu não tenho sossego com moto. Eu escuto moto, algum barulho, as vezes soltou foguete ou bombinha, cabeça de nego, eu saio na janela, eu vou na rua, pode ser de madrugada que eu desço lá embaixo pra ver o que que é. Porque mataram o menino na porta aqui, no portão de casa do mesmo jeito que matou meu filho.

Só que ele levou sete tiros. Daquele tiro que não sai sangue, sabe? Na hora que o perito tirou a roupa dele, ele estava com sete perfuração no corpo. E eu abracei ele e falei ‘Calma, já está vindo socorro. Seus amigos estão chegando’. Foi do mesmo jeito que mataram meu menino (Roberta)

Eu não ando no bairro, eu não vou no botequim, eu não vou a lugar nenhum, é só aqui. Você vai me ver sentada aqui meia hora, me der nervoso, eu entro para dentro, e ali eu fico lá dentro. Então, como eu falei, nós crescemos criados no bairro, então as lembranças ficam tudo por aqui né? Eu lembro do meu irmão correndo, sentado ali penteando o cabelo (Luzia)

Argumento que essas mulheres, mesmo quando não presenciam o fato violento em si, são testemunhas do funcionamento do Estado e da polícia. Propomos, ainda que a noção de presenciar deve ser ampliada, isto é, presencia-se de diferentes formas esses eventos de violência, tal como quando Ana Paula ouviu os disparos que atingiram o filho. O fato de ouvir os disparos também passa a ser uma forma de presenciar este evento. Além do mais, a própria perda inscreve essas mulheres enquanto testemunhas desse modo bárbaro de operar do estado.

A noção de evento crítico, conceito importante na obra de Veena Das (2008), ora também retratado enquanto evento traumático, pode contribuir com a compreensão dos eventos experimentados pelas mulheres interlocutoras dessa pesquisa. Esses eventos disruptivos, podem ser entendidos enquanto situações que incidem sobre a vida de sujeitos e grupos causando grande impacto. Podem estar associados a uma dinâmica de poder e violência, mas também podem reconfigurar as estratégias cotidianas de enfrentamento por parte de quem é afetado. Associo essa compreensão de evento crítico à noção de situações limite, trabalhada no âmbito da psicologia social (Moreira & Guzzo, 2015; Martín-Baró, 1990) já que a situação limite também pode se referir às respostas empreendidas pelos sujeitos a partir de uma situação de crise social, traumática e violenta, onde os envolvidos podem empreender ações de resistência e organização não experimentadas até então.

A utilização desses conceitos no presente trabalho se torna pertinente na medida em que ambos comportam a dimensão de um evento que pode ter sua raiz na estruturação social, que repetidamente se apresenta de maneira opressora e violenta. No entanto, eles possibilitam a análise de possíveis respostas desenvolvidas, escapando de uma perspectiva fatalista sobre os efeitos nos sujeitos afetados. Como realça Martín-Baró:

Foi possível verificar que os períodos de crise social desencadeiam reações favoráveis em certos setores da população; diante de “situações-limite”, há aqueles que fazem emergir recursos dos quais nem eles próprios tinham consciência ou que repensam sua existência à luz de um novo horizonte, mais realista e humanizador. (Martín-Baró, 1990, p. 5, tradução nossa).

O processo de sofrimento causado por eventos violentos nos conduz ao debate sobre as vítimas de violência, seja ela da violência das cidades ou da violência produzida pelo Estado. Diante da categorização feita acima, sobre qual o perfil mais afetado pela violência letal, em que jovens negros e suas famílias conformam o principal grupo vitimado, gostaria de ampliar a discussão sobre a noção de vítima. Consideramos a vítima como “alguém a quem um ato de opressão, seja a exploração, a dominação ou a exclusão, inflige um sofrer que nega a sua dignidade de sujeito” (Coelho, 2020, p. 3).

Os esforços de escuta a tais sujeitos, suas experiências e suas relações cotidianas não significa obter reprodução total ou relato exato dos fatos, mas é uma forma de compreender como esses sujeitos se incluem nessa narrativa. Dessa forma, sinalizar que alguém foi vítima de uma ação violenta e injusta não significa cristalizar esse sujeito em uma posição de passividade. Assim, diante de tudo que foi explicitado até o momento nos questionamos: Como nos aproximarmos dos afetos experimentados por essas mulheres? Como é viver nesse lugar de devastação? A dor da perda, a raiva, a revolta, o medo, o sentimento de injustiça e indignação, a tristeza, são relatados e constantemente reatualizados na experiência dessas mulheres. Abordar a dinâmica do sofrimento associado a essa experiência da perda é tarefa necessária, apesar de complexa e difícil.

Não é fácil, eu tomo remédio até hoje. Se eu não tomar eu não durmo. Eu só durmo bem se eu tomar remédio. Se eu não tomar, eu passo a noite em claro. (Gabriela).

Eu comecei a fazer tratamento, que eu comecei a fazer acompanhamento, que eu comecei tomar antidepressivo através do clínico geral, no posto de saúde, o clínico geral que passou por mim, e eu tentei suicídios 3 vezes, meu filho tentou 2 vezes, a minha filha tentou 2 vezes, porque chega uma, uma, como é que eu vou te explicar? Chega uma hora em que pesa demais, em que você acha difícil viver no mundo do jeito que ele tá. (Ana Paula)

Esses impactos na saúde vêm acompanhados de um processo de medicalização do sofrimento, onde observamos a agudização de quadros de saúde já existentes, bem como a dificuldade de cuidar destes. Ao mesmo tempo, parece coerente que seus quadros de saúde sofram impactos, principalmente com a incidência da perpetuação de violências, ameaças, medo e perseguições. Martín-Baró em seu texto sobre Guerra e Saúde mental atenta sobre a necessidade de compreender os padecimentos psíquicos de maneira histórica, em que determinado sofrimento pode ser uma reação normal diante de uma situação anormal (Martín-Baró, 2017). O uso de psicotrópicos, o aparecimento ou o agravamento de condições já existentes revelam uma das expressões da violência materializadas nos corpos e subjetividades

dessas mulheres, em que as noites insônes, as tentativas de suicídio, os quadros depressivos evidenciam esses efeitos que continuam reverberando.

Eu tô tomando remédio, as minhas outras irmãs tão tomando. Minha mãe já tem um problema, já tá tomando também. Ainda piorou a situação. Minha mãe ainda teve que tomar mais remédio, minha mãe descobriu uma diabetes muito forte. Ela já descobriu antes, mas depois piorou a diabetes dela. Agora ela até aumentou as dosagens da insulina. (Luzia)

Eu não durmo. Tá? Eu não me alimento direito. Eu não falo nem o alimentar, o dormir, que eu acho que é a prioridade, eu não consigo dormir. Eu durmo a base de remédio. É um sono de duas horas. (Márcia)

Entretanto, alguns relatos nos mostram as limitações de uma resposta que centraliza, que fragmenta a experiência de sofrimento: consultas rápidas ou que se limitam ao sintoma e prescrições automáticas e pouca escuta por parte daquele profissional que acolhe. Notamos com isso algumas falas que reforçam uma sensação de desamparo, na qual o cuidado disponível fica atrelado à conduta medicamentosa. As experiências de perda e trauma correm o risco de serem traduzidas em sintomas a serem tratados, passíveis de diagnóstico e tratamento, o que pode, em alguma medida, até garantir certa legitimidade ao sofrimento. No entanto, ao centralizarmos as práticas de cuidado em condutas puramente biomédicas, em que o sofrimento será mais ou menos aceito a depender de um enquadre diagnóstico, há o perigo de reduzir a complexidade da experiência dessas mulheres, limitando tanto nossa compreensão sobre o fenômeno, quanto outras formas de elaboração disponíveis - coletivas, políticas ou comunitárias (Soalheiro & Mota, 2014).

E agora eu tenho a médica, né? Mas assim, a mesma coisa de não ter. Eu falei com você, porque os remédios que eu tomo se eu chego lá e falo assim: Ah, eu quero aumentar a dosagem' a dona já aumenta a dosagem sem perguntar o porquê; 'ah eu quero diminuir a dosagem'', ela diminui a dosagem sem perguntar o porquê. Então assim, é aquelas coisa que cê nem conta porque né? Posto de saúde cê não tem tempo que precisa pra poder conversar, mas eu acho injusto, muito errado, não só comigo, mas com as outras pessoas também. Fica por isso mesmo. (Ana Paula)

Há inúmeras dificuldades de acesso à saúde entre essas mulheres que precisam ser compreendidas quanto efeitos da violência sob os quais estão submetidas, ou seja, não se trata de impedimentos individuais de adesão ao cuidado. O medo de circular pelas ruas e a sensação de vulnerabilidade frente a novos episódios de violência produzem uma retração espacial que limita o acesso a serviços básicos de saúde, o convívio comunitário e a construção ou manutenção de outras relações. Nesse contexto, o deslocamento até um posto de saúde ou hospital passa a demandar uma engrenagem, objetiva e subjetiva, isto é, uma certa disposição

emocional, mas também uma segurança mínima para transitar pelo bairro, o que frequentemente se mostra inviável. Assim, o direito à saúde, previsto como universal, é tensionado pela realidade de um território atravessado por violências, onde a locomoção cotidiana é convertida em experiência de risco (Barbar, 2018).

Eu quase que não vou no médico, em 2015 quando a Deusiane faleceu, eu tinha uma cirurgia para fazer de união. Eu tinha feito todos os exames, eu tenho todos os exames guardados até hoje, eu não fiz mais por conta dessa situação, eu quase não vou no médico, é muito raro. Tem um médico que eu chamo aqui que é um médico da família, que é a enfermeira chefa. Ela sempre manda meu remédio, né? E esse ano eu fui até para o interior, para onde mora meu irmão, para mim ir no médico, longe daqui, pra mim ir no médico. Ele solicitou todos os exame, eu nunca cheguei a fazer cirurgia nenhuma. (Antônia)

Eu não tive nem força para ir no posto, nem força para conversar com a médica, não tive força até hoje, se a mulher marcasse para mim hoje, eu ia falar que ia no posto e não ia nada, não ia lugar nenhum, ia pedir minha mãe um Fluoxetina antidepressivo, minha mãe ia me dar e eu ia beber, sem precisar ir no posto. Aí eu não ia no posto nada, eu não tenho força, se eu não tiver ninguém para ir comigo, eu vou lá no posto também, vou lá que eu vou com você, eu não vou não, eu não vou a lugar nenhum. Eu não ando no bairro, eu não vou no botequim, eu não vou a lugar nenhum, é só aqui. Você vai me ver sentada aqui meia hora, me der nervoso, eu entro para dentro, e ali eu fico lá dentro. (Luzia)

Como pensar em processos de saúde e práticas de cuidado com famílias que, ao experienciarem essa perda violenta, continuam convivendo com a insegurança, com a intimidação e com os riscos de outras violências? A contínua sensação de insegurança e da necessidade de estarem constantemente vigilantes comparece como uma dimensão traumática dessa vivência de violência (Martín-Baró, 2017).

Não tem coisa pior no mundo que você viver inseguro, é o que eu vivo hoje, não tenho confiança nem dentro da minha casa. Às vezes as pessoas diz assim: ‘Porque você não se muda?’, Eu vou me mudar como? No outro estado eu não tenho casa, eu não tenho apoio. O governo lá não vai me dar uma casa só porque eu tenho problema. Um problema com a justiça, porque eu busco justiça e a justiça não me ouve, né? É como fosse uma gota de água dentro do oceano. (Antônia)

Eu fui ameaçada de morte por eu ter entrado na justiça, por eu ter processado os policiais. Eu tive que mudar do lugar onde eu morava, do local onde meu filho foi assassinado (Ana Paula)

Tipo assim, ele (o autor da morte do irmão) mora do lado da casa da minha filha. Agora eu não sei porque eu nem tenho ido mais lá na rua de trás. Ele não desce na rua, ele fica só no portão da casa dele, porque fica com medo do pessoal pegar ele. Aí ele fica lá e tipo assim, passa na rua, só na rua dele. Assim, de vez em quando a gente se tromba, mas não se vê, ele fica no portão

dele. Eu vejo muito outro irmão dele que ou eu brigo com o pai dele ou com o irmão dele. A gente sempre se tromba e dá uma discussão. Aí meus irmão fala que vai matar ele, ele fica jurando meus irmão de morte. Aí fica nessa situação. Aí meu outro irmão, fica dizendo que quando o Vinicius crescer vai mandar o Vinicius matar ele. Eu sei é que eu não vejo a hora de sair desse bairro. (Fernanda)

Esses desdobramentos perpassam pelos efeitos cotidianos, como processos de sofrimento e adoecimento, mas também pela necessidade de mudança objetivas no dia a dia, como o deslocamento forçados para outros territórios na tentativa de proteção (Barbar, 2018).

É, meus filhos se mudaram da casa deles pra morar em outro lugar. Aqui mesmo, uma filha se mudou daqui, ficou 4 anos fora. Agora que ela voltou. Ela foi perseguida. (Antônia)

Eu ver minha sobrinha chorando “ah, tia, eu queria meu pai aqui agora, cadê meu pai?” Ele era pai também. Ele tinha uma filha de nove anos. A menina teve que ir embora por causa desse negócio de facção. Ela teve que ir embora com a mãe dela de fora. A gente não tem contato, só pelo telefone que a gente conversa com a minha sobrinha. Aí minha mãe fala “já perdi o meu filho, agora levaram a minha neta pra longe”, que ela era muito parecida com ele, né? (Luzia)

O papel materno é acionado nas falas das interlocutoras com centralidade, tanto na vivência da perda do filho, mas também ao referirem a responsabilidade com os outros filhos. Ao mesmo tempo que a dor relatada é aguda e devastadora na vida delas, é a partir da própria maternidade que Ana Paula e Márcia produzem alguns caminhos. Neste mesmo espaço cotidiano estão contidas as infiltrações da violência, que obrigam Ana Paula a se mudar; e o reenlace de Márcia com a vida, a partir de sua relação com os outros filhos.

Mas mãe, bem, é uma palavra tão genuína. Eu tive que mudar do lugar onde eu morava, do local onde meu filho foi assassinado justamente para preservar as vidas dos meus filhos, porque eles (a polícia) são covarde, eles não dão conta de fazer com a gente. Eles fazem com que a gente mais ama. A gente sai da gente mesmo pelos filhos da gente. Eu entendi ali, naquele momento, que eu tava enterrando um, mas eu tinha mais três que precisava de mim, pequenos. (Ana Paula)

E eu acho que eu tô aqui pela misericórdia de Deus e pelos meus filhos. O meu filho falou “você vai deixar a gente? Cê não tá pensando na gente? Cê tá pensando só em você?” Então aquilo foi pra eu um despertar, né? Eu tomei uma decisão, eu vou ficar boa, eu preciso ficar boa, quero ver bem meus filhos crescido, quero fazer a mesma coisa que meu pai fez, que ele sempre falava “quero ver os meus, os meus netos todos formado”. (Márcia)

Pensar a relação entre sofrimento e luto é essencial, principalmente em razão da centralidade que a mulheres ocupam, especialmente pela via da maternidade, no trabalho do luto e na reconstrução de outras formas estar no mundo (Das, 2020).

5.3.2 *Que destinos, afinal?*

Como observamos acima, as experiências associadas a este sofrimento são múltiplas e muitas vezes antagônicas. Enquanto algumas mulheres buscam espaços coletivos, outras se isolam; enquanto algumas acreditam que a justiça jamais será feita, outras recorrem a estratégias legais na busca pela elucidação dos fatos e pela responsabilização dos envolvidos; algumas mulheres optam por formas de cuidado que têm na coletivização da dor sua forma privilegiada, ao passo que outras recorrem às medicações psiquiátricas e outros tipos de tratamentos médicos. Por fim, em alguns casos, há um dinamismo em relação a essas experiências, pois as mulheres alternam entre essas estratégias, configurando formas diversas de enfrentamento à perda.

Essas experiências, por sua vez, são conformadas tanto por questões pessoais quanto por questões contextuais. Em algumas cidades, a existência de movimentos consolidados propicia maiores possibilidades de amparo e/ou coletivização dessa experiência. Em Juiz de Fora, por exemplo, não há movimentos desse tipo, o que certamente dificulta a participação das mulheres nesses espaços. A inexistência de espaços de cuidado do ponto de vista das políticas públicas também pode entrar nessa complexa equação que, afinal, se encontra com aspectos pessoais de cada uma dessas mulheres.

As narrativas também nos mostram que compreender o luto dessas mulheres é compreender um fenômeno que não diz respeito “somente” a uma perda. Trata-se de um luto que só pode ser compreendido ao ser visualizado junto à continuidade da violência, aos mecanismos de desvalorização social dessas mortes (e dessas vidas), às tentativas de silenciamento e às precárias possibilidades de cuidado e proteção encontradas por essas mulheres. Tais experiências, como menciono acima, exigem uma outra *epistemologia do luto*, a qual é elaborada pelas próprias mulheres, de maneira mais ou menos explícita. É outro tempo, como nos disse Ana Paula:

São etapas, são fases da vida e o luto ele é assim, são fases. Nos 2 primeiros anos foi muito sofrido, é muito dolorido. Nos 4 próximos anos você já aprende a viver com a saudade; nos 8 primeiros anos você pensa que seu filho ainda vai entrar pela porta a qualquer momento e que tudo não passou de um sonho”

É compreender que “está tudo junto”, como nos disse Antônia: “*são fatores que junta tudo, junta a perda dela, o sono que não chega, a sede de fazer justiça, e que a justiça venha acontecer*”.

Por fim, compreendemos que os destinos desse sofrimento tomam forma em três grandes dimensões: no corpo, através de alergias, dores de cabeça, sensações de sufocamento, desânimo, choro constante, depressão, câncer e, em alguns casos, na própria morte; nas relações, uma vez que estas também passam a carregar consigo a memória da perda, tornando difícil estar junto de outros familiares, impossibilitando certas relações, ou transformando-se em promessa de vingança ou justiça; e, por último, no cotidiano da vida, em atos simples e banais como passar café, fazer jiló, andar pelas ruas do bairro ou cortar o primeiro pedaço de bolo. Essas experiências, portanto, só podem ser compreendidas se olharmos para o luto como uma malha ora fina, util, ora pesada e densa. Não como uma experiência de caráter exclusivamente individual, mas como uma experiência multilocalizada e, em muitos casos, atualizada constantemente pela insistência da morte como presença cotidiana.

5.4 QUINTA CENA: MATAR-MÉTODO

Pegaram ele na rua, aí o policial virou pra ele e falou assim:

— Minha vontade era te dar um tiro na sua cara, só que como eu não posso te dar um tiro na sua cara, pra onde você vai, você não vai voltar mais.

E nisso, minha tia falou assim

— Não, mas a gente tem direito de ir com ele dentro do carro pra saber o porquê ele tá sendo preso.

O policial não deixou ela entrar, acelerou o carro e foi embora. Minha tia foi atrás de carro, só que eles cortaram o caminho, não deu tempo pra minha tia acompanhar eles. Quando chegaram, meu irmão estava lá na porta já. Aí meu irmão virou pra minha tia e falou assim

— Por favor, tia, não deixe ele subir comigo não, porque se eu subir, eu vou morrer. Aí a advogada veio e pediu mil reais, tiramos o dinheiro de onde não tinha e pagamos. Adiantou o quê? Ele foi preso dia 18, ficou vivo dia 19, no dia 20 de madrugada mataram ele, tentaram forjar um suicídio. E eles sabia que meu irmão, por esse assunto que te falei, negócio de facção, ele não podia subir pra dentro do sistema, que foi avisado, eles fizeram de propósito. Pelo visto, tudo foi armado pra ele ser morto. Aí no processo tá escrito o quê? Que o meu irmão foi assassinado só por ele ser amigo, só por ele ser conhecido das pessoas. Aí eu pergunto, só por

ele ser conhecido, a pessoa tem direito de ir lá e tirar a vida de alguém? Não tem. Pra fazer o quê? Foram, tiraram a vida dele e até hoje, ninguém de lá procurou a gente, ninguém falou nada até hoje. A verdade a gente nem sabe, só sabe o que tá no processo dele, a gente não sabe nem por quem ele foi assassinado. Aí falaram com a gente que o meu irmão se matou. Eu falei, meu irmão teve todos os motivos pra se suicidar aqui fora. Ele vai sair daqui pra lá pra se matar lá, por quê? Não teve. E a gente tem foto dele, foto do caixão. Tudo provou que não foi suicídio. Bateram no meu irmão até a morte. A gente fica aqui pensando, imagina você sentir, você ver, saber que sua pessoa, sua familiar foi morto a base da porrada. E ninguém, dentro de uma cadeia que tem vários, vários polícias, e ninguém vê uma pessoa gritando, pedindo socorro? Um cara que tava preso no mesmo pavilhão com o meu irmão, ligou pra mãe dele e avisou a mãe dele, falou assim “olha, você avisa a mãe do Toscana que mataram o Toscana”, que é assim que chamava ele, o apelido dele. Até aí, a gente não tinha notícia, ninguém de lá avisaram a gente, não tinha como a gente ter certeza que ele tinha sido assassinado. Eu saí do jeito que eu tava, só vesti uma calça por cima da roupa de dormir que eu tava e fui. Chegou lá, a gente foi tratada igual cachorro. A policial pegou a arma pra atirar na gente com bala de borracha porque não queria dar notícia. Chegamos lá, não tinha nem entrada, nem papel de entrada do meu irmão dentro da cadeia, não tinha. Não tinha dado do meu irmão. Quando eu falei, o policial puxou a arma, eu falei “Eu não vou sair daqui! só saio daqui quando eu tiver notícia do meu irmão. E se quiser me atirar, você vai me atira. Mas, então, eu vou ter que chamar a TV aqui pra gente resolver. Porque não existe. Se ele tá preso, vocês têm que ter a notícia.

—Ah, sim, tinha um rapaz morto.

Eles deixaram a funerária passar perto da gente, né, pra chamar a gente pra reconhecer o corpo, pra ver que era ele. A gente teve que ver a funerária ir embora sem saber que era ele. Aí, depois de quatro horas sentada lá, seis horas da manhã. Não, seis não, foi sete, oito horas. Aí falaram, chamaram os policiais e falaram que tinha um cadáver pendurado. Olha o tempo que o meu irmão ficou morto. De noite, dia 20, do dia 20 até no dia 21, é o tempo que ele ficou pendurado lá morto. Se eles tivessem escutado os gritos dele, eles podiam ter salvado o meu irmão. Mas tava lá, escutaram os gritos e fingiram que não viram nada. Depois de quatro horas, eles foram lá e chamaram a minha irmã e minha tia pra dentro e foi confirmar que era meu irmão que tava morto. Por quê não podia ter chamado a gente pra reconhecer o corpo que já tava dentro da funerária? E pelo menos, a gente saberia. Nós esperou aquele sofrimento todo. A gente não podia fazer nada, nem ajudar ele. A gente pagou mil reais pra adiantar nada, pra ele continuar sendo morto. Pra ele ser morto do mesmo jeito.

5.5 QUANDO A MORTE HABITA A VIDA

A cena acima evidencia a morte como episódio anunciado, sabido e temido. A morte de Amarildo pode ser entendida enquanto um evento colocado em curso não apenas no dia de seu falecimento, mas instaurado a partir de um processo de sucessivas violências físicas e simbólicas, estruturadas na vulnerabilização de determinados corpos, especialmente o de jovens negros, pobres e moradores de periferias (Parreiras, 2025).

Lidamos com histórias e circunstâncias que denunciam uma atmosfera de morte que se infiltra no cotidiano, isto é, há situações e contextos que vão anunciando essa possibilidade da morte, sempre à espreita. A interdição de se circular por certos espaços pelo risco de ser assassinado ou abordado/forjado, a insuficiência de recursos para garantir a própria existência, a presença de ameaças, entre outras circunstâncias, são cenários que vão inviabilizando a existência de certas vidas. A territorialização da violência imposta pela dinâmica da violência armada também se expressa na limitação da circulação dos jovens pelo próprio bairro onde moram, em que vigoram as restrições dos deslocamentos cotidianos, diante do risco permanente de serem afetados por operações policiais ou confrontos armados (Barcelos, 2022). Essa contenção dos corpos juvenis, marcada pela vigilância e pelo medo, produz uma espécie de enclausuramento em que o bairro se converte simultaneamente em espaço de pertencimento e de ameaça. O direito de ir e vir é cotidianamente cerceado pela lógica de um Estado que controla e vigia seletivamente determinados territórios e populações (Mendes, 2021).

O meu irmão não tinha prazer, não podia trabalhar por causa que ele estava sendo ameaçado. (...) Meu irmão não tinha prazer pra nada. Ele falava comigo ‘O que adianta? Eu não poder trabalhar? Eu posso as vezes estar lá no serviço e se alguém for lá e me matar trabalhando? Eu não posso sair do bairro’. Meu irmão não podia nem sair do bairro onde ele mora. Meu irmão podia ficar aqui, e nem aqui, né? nem aqui não podia. Se saía na rua, os outros corria a ponto de matar ele. Então o meu irmão estava tendo que ficar preso dentro de casa o dia inteiro. (Luzia)

Nessa fala de Luzia fica evidente um controle que atravessa múltiplas dimensões da vida de Amarildo: o tempo; a mobilidade; o tipo de atividade que lhe era possível realizar; os afetos que experimentava. Havia uma onipresença da morte na vida dessa família, que habitava as decisões, o planejamento e os afetos cotidianos que, como destacam Cunha e Moreira (2023) atinge essas vidas em golpes diários em um continuum de produção de morte. Em alguns territórios há essa *perseguição da violência*, em que ela se infiltra e adentra os espaços

possíveis, conformando territórios da violência, onde há omissão do Estado, ausência de infraestrutura básica, impera o desemprego e o mercado informal/ilícito (Ferreira & Penna, 2005).

Poderíamos destacar a fala dos policiais ouvida pela família, onde escacara-se a faceta perversa dos operadores de segurança. Além desse trecho, gostaríamos de realçar o pedido-constatação que o próprio Amarildo faz à tia “*por favor, tia, não deixa ele subir comigo não, porque se eu subir, eu vou morrer*”. Amarildo anuncia o risco que estava sujeito, sabia da sua realidade e o que implicava ir para determinada unidade prisional. A morte dele também manifesta uma relação entre terror e intimidade, já que, segundo alguns fragmentos que a família conseguiu acessar, a razão do irmão ter sido assassinado se relacionava com o fato de Amarildo ter uma relação com o ex-marido de Luzia, pois este pertencia a uma facção rival.

A ausência do Estado e de infraestrutura, associada a processos de marginalização e estigmatização desses espaços, se entrelaçam ao controle territorial via práticas de vigilância seletivos, multiplicando os riscos cotidianos para sujeitos historicamente excluídos. Resulta-se, dessa forma, uma distribuição desigual e espacialmente marcada do perigo, em que a territorialidade da violência perpetua e acentua as desigualdades socioespaciais, gerando circuitos de vulnerabilizações que recaem principalmente sobre as periferias (Mendes, 2021; Ferreira & Penna, 2005). No interior desse processo, há a vitimização de jovens negros moradores de periferias, que se tornam alvo preferencial tanto da letalidade policial, quanto da violência armada não estatal.

E a minha maior revolta, porque ele foi um inocente, morreu sem saber o porquê. Sem o porquê, só porque estava ali, né? Não tinha envolvimento com droga, não tinha nada. E quem tá preso? É meu filho. Porque ele ta debaixo da terra, né? Aqui, minha filha, isso aqui quando tem violência, morte, é que eles custam vir. Porque polícia não passa aqui não. (Roberta)

Observamos, ainda, que outras violações se perpetuam e acompanham a vida dessas mulheres, manifestando-se também após o assassinato de seus familiares, através de práticas de intimidação constantes, ameaças e possíveis retaliações (Aguiar, 2021). Soma-se a isso a escassez de suporte social para acompanhamento dos casos, marcada pela insuficiência de políticas públicas que garantam proteção, acolhimento e reparação, o que aprofunda a experiência de vulnerabilidade. O descaso das instâncias de justiça na averiguação dos fatos reforça a sensação de impunidade e de insegurança, assim como as estratégias de intimidação.

Eu fui ameaçada de morte por eu ter entrado na justiça, por eu ter processado os policiais. Eu tive que mudar do lugar onde eu morava, do local onde meu

filho foi assassinado justamente para preservar as vidas dos meus filhos. (Ana Paula)

Até hoje não aconteceu a justiça. Eles ronda a minha casa, agora tá com menos frequência, mas quando tá perto de acontecer a audiência, carro para em frente a minha casa, não sai ninguém, não entra ninguém, Eles não desce do carro para me ameaçar, eles param em cima da minha calçada e não sai ninguém, não entra ninguém, como quem diz, eu to aqui. Vão esperando uma oportunidade de me ver na rua, e é por isso que eu não saio, quando tá perto da audiência, eu conto aqui, as paradas dos carros em cima da minha calçada. Eu tinha um amigo que morava aqui perto, numa casa que tem dois andares, ele morava em cima, ele pegou 18 placas de carro, todos esses carros que parassesem em cima da minha calçada, tinham descrição de roubo, todos! Não tinha um que tivesse no nome de alguém, todos com descrição de roubo, então na minha intuição é isso. Quase não saio para o quintal, eu tenho umas plantas, eu olho pra ver se não tem ninguém aí eu vou e molho as minhas plantas, mas tudo aqui é preparado porque eu tenho medo que eles me pegue aí fora e me execute. Faz nove anos que me tornei prisioneira. (Antônia)

A presença da morte não se circunscreve ao assassinato dos filhos, sobrinhos e irmãos, pois passa a participar de forma contínua da vida das mulheres que os perderam. Como sinaliza Passos (2021), a violência estatal não atinge apenas os corpos dos jovens assassinados, mas se expande para as vidas de suas mães, que permanecem sob risco. A presença da morte se alarga e torna o viver marcado pela iminência de novas violências, produzindo um cenário em que, além de lidarem com os efeitos da perda, lidam com medo do que lhes pode acontecer. O luto dessas mulheres em diversos casos, portanto, é inseparável de uma permanente sensação de insegurança, na qual a constatação da morte se entrelaça com a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência.

Essa violência é ainda mais agudizada quando essas mulheres decidem buscar justiça ou denunciar o que aconteceu com seus familiares. Após esses assassinatos há uma trajetória de obstáculos que retardam e impede que consigam chegar nos fatos que provocaram a morte de seus filhos. E como já mencionado anteriormente, diversas vezes são essas mulheres que precisam se posicionar como investigadoras, enfrentar autoridades e identificar possíveis provas, relatos e quaisquer informação que contribua para o esclarecimento do caso (Assumpção, 2024).

A morte e a ausência se presentificam em seu cotidiano, constituindo-se como um acompanhante sem perspectiva de ir embora. Além do mais, a maneira como essa morte acontece, a possibilidade de ela ter sido evitada e a brutalidade que sucede esses eventos são incrementos para a produção dessa dor, como explicita Roberta “*Foi muito sofrimento, muito abuso. E elas te tratam como se você fosse a marginal também*”.

O sofrimento eu vivo hoje que eu não posso ter outra vida. Eu sei que a qualquer momento eles pode me matar. Infelizmente o meu Estado, ele é omissos. (Antônia)

Em certos territórios a presença da violência é algo contínuo e já sabido pelos moradores, e eventos como estes são parte da rotina. Não há espanto por parcela da sociedade quando são noticiadas as entradas de policiais nas favelas, a invasão de casas, a abordagem a adolescentes. Tanto Ana Paula, quanto Fernanda retratam em seus discursos a presença cotidiana de certas violências: “*Infelizmente no local onde a gente morava é corriqueiro, todo dia morre um, dois pela polícia*” (Ana Paula). Em outro excerto, Fernanda aborda sua própria vivência com a polícia “*Já eu já apanhei de polícia. Eu também não era fácil de lidar, né? Quando eu era mais nova, mas já, já apanhei de polícia, meus irmãos também*”. Nos casos em que agentes estatais estão envolvidos na autoria do assassinato, a perseguição e a tentativa de coagir as famílias através do medo e das ameaças se torna mais um dificultador e fonte de preocupação para essas famílias (Aguiar, 2025).

Quando fez sete dias que meu filho tinha morrido, eu recebi uma ligação de número não identificado, eu atendi, mas ali eu não tinha cabeça pra gravar a ligação., porque aí eu teria como provar, então, me ligou, falando que era advogado. “Eu sou o advogado, do policial Júlio não sei lá das quantas” e me oferecendo 200.000 pra eu ficar calada, eu estou te oferecendo 200.000 pra você ficar calada (...) quando fez 15 dias, exatamente que meu filho tinha morrido, era exatamente 11 horas da noite, a minha casa foi invadida por 8 policiais...Minha casa foi invadida por 8 policiais com uma desculpa que tinha um telefone roubado dentro da minha casa, do rastreador, estava dando que ele estava ali dentro de casa (...) Tá vendo a hora que eu quiser entrar, se eu quiser matar sua família inteira, eu consigo. (Ana Paula)

Eles arrombaram a minha casa quando fez um mês, saiu, de tanto que eu denunciei, saiu da delegacia de suicídio para a delegacia de homicídio. No dia que ia sair eles arrombaram a minha casa pela madrugada, então eles tinham acesso lá, eles arrombaram a casa para me matar eu tava no último quarto, no andar de cima, e eu vi quando mexeu no portão, eles pisaram no portão, que arrombou, eu chamei por um monte de gente que tinha essas pessoas aqui na minha casa, eu joguei umas pedras na parede. Em cima a casa de madeira, e eu vi quando eles subiram, eu olhei pela brecha, eram dois policiais. Eu entendo que eram dois policiais e todos os dois tinham a arma na mão direita, atrás das costas, e eu chamei a polícia a madrugada inteira, a polícia militar não veio. (Antônia)

A presença da morte se apresenta também através de intuições, sonhos e pressentimentos, palavras usadas pelas mulheres no processo de compreender e significar a violência sofrida. Antônia menciona sobre o momento que antecedeu a perda da filha, foi composto por angústias que pareciam anunciar o que se aproxima “*No dia que ela saiu para*

trabalhar eu fiquei assim, muito apreensiva”. Luzia, por outro lado, destaca o dia que seu irmão sofreu uma tentativa de assassinato e o pressentimento que acredita ter salvado ele.

Eu morava na rua de baixo, ele vinha muito na minha mãe. Passou uns minutos, ele estava lá em casa, eu senti um pressentimento ruim e falei com ele:

_Não vai, não sobe não. Porque eu estou sentindo alguma coisa acontecer com você’.

Do nada ele sentiu uma dor de cabeça forte, falou assim:

_Você tem um remédio?

_Tenho.

_Não vou subir agora não. Liga pra minha mãe e fala que eu não vou dormir lá em cima hoje não, que eu vou dormir aqui embaixo.

Passou 10 minutos, eu liguei pra avisar minha mãe, a gente escutou os estalos de tiro. O meu irmão, o Júnior, liga pra mim chorando

_Chama a polícia, pelo amor de Deus, está dando tiro aqui em casa.

Aí, meu pressentimento foi bom, ele não subiu e não morreu. Mas compensação, quem estava aqui em casa quase morreu. Porque o tiro entrou tudo lá. Meu irmão estava aqui na varanda, que ele cortava cabelo.

A morte, comparece também enquanto medo constante de que o mesmo destino atinja outros familiares, especialmente os filhos que permanecem vivos. Esse temor, que se instala no cotidiano dessas mulheres, produz um estado de apreensão no qual a experiência do luto se associa ao receio de novas perdas (Cunha & Moreira, 2023). Esse afeto do medo deixa de ser apenas uma resposta imediata ao trauma e passa a se constituir como uma dimensão estruturante da vida, em uma *ecologia do medo na vida cotidiana* (Das, 2020). Trata-se, portanto, de uma forma de sofrimento que combina luto, incerteza e o risco de novas violências, revelando como a morte se constitui também como horizonte possível e sempre iminente.

Essa ecologia do medo se justifica a partir de repetidas experiências que atingem os mesmos corpos, às vezes, as mesmas famílias e endereços. Roberta, vivencia um *acúmulo de perdas*. Perdeu o filho na porta de casa e, tempos depois revive a cena, mas neste caso, outro jovem era a vítima. Além dessas perdas, Roberta testemunha também o assassinato dos dois sobrinhos, em um espaço de uma semana.

Aí mataram também dois sobrinhos meus, sabe? Os filhos da minha irmã. Mataram ele em cima da laje da mãe dele, ele tava almoçando, com um tiro na testa também. E o meu outro sobrinho foi no cemitério, aí ficou com medo de ir pra casa da mãe dele, aí veio pra cá e pediu, “Tia, posso ficar aqui?” Eu falei, “Pode”, aí ficou aqui. Aí eu fui, domingo resolvi sair pra ir no mercado, ele tava sentado lá na esquina com os meninos eu falei: “ô Ruan, entra pra dentro que eu já vou fazer o almoço”, ele falou: “não tia, tá bom, daqui a pouco eu vou.” Aí foi pediu o menino a bicicleta pra andar na rua, aí disse

que chegou, andou, chegou ali perto do açougue, veio um cara lá, não sei quem foi, se foi mandado também, não sei, pegaram, deu 16 facadas nele. Então isso tudo, isso tá tudo na minha cabeça. Aí então, aí eu fiquei me sentindo culpada até hoje. Se eu tivesse, se eu posto ele pra dentro, ou obrigava ele a entrar pra dentro de casa, eles não tinha matado, deu 16 facadas no meu sobrinho. E ele tava com medo de ir pra lá, pra não morrer lá, mas vai morrer aqui. (Roberta)

Luzia, por exemplo, se mudou de bairro justamente em razão das ameaças que a família vinha sofrendo. Essa mudança se deu também porque a proprietária da casa pediu que ela saísse, justamente pelos rumores dessas ameaças. Até então, Luzia havia morado a vida inteira neste mesmo bairro em Juiz de Fora. Como pensar sobre esses deslocamentos forçados que são produzidos pela dinâmica da violência? Como ela destaca, ela já havia perdido outras pessoas, mas a dor de ter perdido o irmão se apresenta de uma maneira mais aguda. Luzia e Amarildo buscavam formas de proteger um ao outro, conviviam com a necessidade de realizar *equações da vida real* para manter o outro vivo.

Aí eu fui morar no outro bairro, eu queria levar ele. “Vamo comigo, vamo comigo”. Ele falou assim “Ah, tem nada, eu não quero ir pra aquele lado de lá, não, porque os outros podem ir lá também. Senão os caras poderiam invadir lá e matar a gente”. Eu falei com ele “Não, não tem como, ninguém precisar saber não. Chega de noite. Eu chamo o Uber, nós deixamos o portão aberto, você entra, a gente tranca a casa e você fica lá dentro” Lá era apartamento, cê já deve ter ido lá, era apartamento, então não tinha como ficar do lado de fora, só vai abrir se você entrar. Eu falei com ele “Então você fica aqui”. Aí ele falou “Eu vou assim, mas não vai ser hoje, não”. Nisso ele falou comigo no domingo que nós estivemos aqui, foi o último dia que a gente viu ele com vida. A gente já tinha visto, eu já tinha perdido muito, eu já tinha perdido vários primos assassinados, uma tragédia. Não é a primeira vez que a gente perde alguém, mas assim, na nossa casa. A gente sempre via, eu já perdi um primo que morreu no mesmo ano que o meu irmão, no outro ano que o meu irmão morreu assassinado na rua de baixo, que a gente teve que ir lá arrecadar o corpo dele, cheio de tiro, já tive, só aqui no bairro já tive três primos assassinados a tiro, mas nunca tinha chegado na nossa família. A gente sentia a dor de ter perdido um familiar, mas não era próximo assim, como irmão, o sangue da gente, mas quando a gente perde o sangue da gente, aí dói mais (Luzia)

Clara Han é uma antropóloga cujo trabalho se destaca pela investigação etnográfica das formas de sofrimento, cuidado e vida cotidiana em contextos marcados pela violência, pela precariedade e pela doença. Em seu texto “*Echoes of a death*” (Han, 2016), ela reflete sobre a experiência de luto de uma mulher após o filho ter sido assassinado por um policial durante uma intervenção antidrogas em um bairro de baixa renda em Santiago (Chile). A autora reflete sobre a onipresença da violência na vida de sua interlocutora, Martita, após o assassinato de

seu filho. Essa noção de onipresença da morte se aproxima do que Luzia nos diz acerca da história de sua família, da perda do seu irmão, e das consecutivas mortes que foram acontecendo em seu bairro. E, apesar da reincidência da morte, viver o luto se apresenta como uma tarefa das mais dolorosas experimentadas até então e que deve ser reaprendida a cada morte (Han, 2016).

Os processos de descaso, de invisibilização e ausência de suporte se materializam na precariedade de acesso a recursos para garantir os trâmites burocráticos e até ritualísticos que envolvem essa morte. As famílias precisam se responsabilizar pela transferência dos corpos e arcaram com custos que muitas vezes estão fora de suas possibilidades. Gostaria de retomar, a partir do que foi dito por alguns interlocutores da pesquisa, a discussão de Butler (2020b) sobre a ausência de reconhecimento de certas vidas enquanto vivas, o que influenciará no reconhecimento e no cuidado desses sujeitos quando mortos. Ana Paula relata como se sentiu nos trâmites para o enterro do filho. Márcia relata que o tipo de reconhecimento que obteve era insuficiente. Maria do Carmo explicita a falta de amparo através do Estado “*O próprio Estado nega à gente esse apoio*”. Apesar de enquadramentos diferentes na história de cada uma, essas mortes compõe o cenário de constante conflito criado pela estratégia de segurança pública, que concretamente se apresenta enquanto uma política de insegurança.

Você pega esse lixo aqui e enterra que é responsabilidade sua. Por ser periferia, por ser favela, por ser, então assim, ali todo mundo é tratado como um resto, como não faz parte do mundo. (Ana Paula)

Porque o exército é uma instituição assim que, é você entrega seus filhos! Que se dane para lá o que acontecer, essa é a palavra! Porque uma medalha, que ele foi condecorado com medalha de sangue, né? A mais alta patente do exército, que é a medalha de sangue, de honra. Então, não adiantou essa bandeira que eles nos deram, também não adiantou. Essas apresentações, agradecimentos, também não adiantou, eu não queria nada disso. (Márcia)

Antônia, ao contar sobre o velório de Deusiane revela os enfrentamentos que precisou realizar, naquele momento especialmente complexo, na tentativa de buscar a verdade sobre a morte da filha. Mesmo diante das ameaças, as mulheres desenvolvem uma *sombria resistência*, pautada na raiva, no medo e na dor que as possibilita lidar com determinadas situações (Das, 2020). A situação narrada abaixo por Antônia evidencia essa resistência que aparece em momento especialmente delicado e difícil, que era o momento do velório da filha.

Ela não se atirou, não deu pólvora na mão dela no exame resíduográfico, ela fez o exame resíduográfico. Porque no dia do velório dela eu lembrei que quando a gente atira, fica o resíduo de pólvora na mão, então eu chamei um

rapaz que era do curso dela... eu achava que era amigo, né? E perguntei se ela tinha feito o exame resíduográfico, e fui lá no IML ver e ela não tinha feito. Aí eu pedi para fazer, eles não queriam fazer, aí eu falei: Eu não vou enterrar ela enquanto ela não fizer o exame resíduográfico. Aí o jornalista perguntou pra mim:

— Como é que a senhora não vai enterrar sua filha?
 — Se ela não fizer o exame resíduográfico eu não entero ela, ela fica aqui dentro da minha casa.
 E aí eles concordaram de ela fazer o exame resíduográfico, ela fez o exame resíduográfico, deu negativo e pronto.

A trajetória burocrática que se inicia para aquelas famílias que buscam o reconhecimento da verdade e exigem justiça é atravessada por dinâmicas que envolvem riscos e perigos. Ao procurar as instituições responsáveis pela apuração dos fatos, essas mães e famílias se deparam com procedimentos morosos, linguagem técnica inacessível, ausência de informações claras e práticas que, ao invés de assegurar acolhimento, frequentemente reiteram processos de culpabilização e deslegitimação do sofrimento. A violência institucional manifesta-se tanto pela omissão e pelo descaso, quanto por intimidações e imposições de limites às formas de reivindicação, onde a busca por justiça converte-se em mais uma arena de violência.

Ó, primeiro teve um julgamento que eu nem fui avisada, foi dado legítima defesa para os policiais, né. Foi dado direito aos policiais, legitima defesa, porque eu não fui avisada do julgamento, nem o meu advogado, foi arquivado (...) O menino que viu tudo o que ocorreu, quando ele era quase a idade do meu filho, ele era um ano mais velho, tinha 15 anos, aí quando o advogado no começo, né, apresentou, falou que tinha uma testemunha e tal, esse menino foi assassinado 2 meses depois, foi encontrado morto em Belo Horizonte. Ele desapareceu, na verdade, na porta da escola e foi encontrado morto em Belo Horizonte (Ana Paula)

Antônia destaca em sua fala os diversos esforços empreendidos e as dificuldades encontradas, dificuldades essas que são mais expressivamente vividas por famílias pobres.

Senhora, só existe justiça pra rico...na tal da sociedade, e de vez em quando esse povo brinca que eles são Deus, eles podem tudo, quem é de baixa renda...que pobre é o cão, quem é de baixa renda não tem justiça, não tem justiça, no meu caso não tem justiça não, 9 anos que eu to pedindo justiça pra esse Estado. Eu já fui em Brasília, falei com o ministro da justiça, eu falei com o ministro dos direitos humanos. Eu só não falei com o presidente. (Antônia)

As biografias familiares revelam essa insistência da morte, em um contexto de contínua desproteção, fazendo com que essas mulheres desenvolvam estratégias de proteção e cuidado

na tentativa de diminuir o risco sempre presente. As operações policiais e os episódios de violência não são eventos extraordinários ou atípicos, mas fazem parte do cotidiano de determinados territórios. Clara Han (2016) descreve as alternativas que Martita, sua interlocutora, desenvolveu com o filho quando havia operações policiais ou conflitos nas ruas: ou ficavam dentro de casa com as portas fechadas, ou ela ligava para o filho esperar para retornar, mesmo que tivesse que passar a noite fora. Famílias que habitam determinados territórios têm que produzir acordos específicos com os filhos, sobrinhos e irmãos, em uma postura de constante vigilância e antecipação dos riscos. Tais práticas constituem formas de agência diante de um ambiente em que a vida está constantemente vulnerabilizada e, a proteção, acaba por se transformar em um trabalho incessante. É nesse quadro que se insere a cena seguinte, em que Gabriela manifesta os cuidados – insistente - direcionados à Rafael antes e após a morte.

5.6 SEXTA CENA: PRESENTIMENTOS

Rafael aos 14 anos possuía uma trajetória institucional extensa. Havia passado por internações psiquiátricas, acolhimentos institucionais, acolhimento e internação no CAPS, acompanhamento do Conselho Tutelar, seu nome circulava pela rede socioassistencial, pela Vara da Infância e Juizado de Menores do município onde morava. *No dia 27 agora vai fazer um ano, que foi o último dia que eu vi ele. Quando o meu carro chegou aqui, ele desceu correndo, “oi, tia! oi, tia! Ô tia, eu posso dormir aqui na sua casa?” Falei, “depois que você tomar um banho”. Aí ele me abraçou, ficamo aqui na cozinha e tal. Nisso ele subiu, foi lá na minha mãe. E a mãe dele morava aqui nessa casinha. Quando foi no dia 27, na segunda-feira, eram umas 9 horas da manhã, eu já estava acordada, mas estava deitada. Aí eu escutei bater na minha porta. “Ô tia, ô tia!” Quando eu levantei que eu olhei aqui, aí eu vi a carinha dele. Ele falou assim, “abre o portão pra mim.”. “cê já tá indo embora?”. “eu tô.” Aí nisso eu vi ele com um tênis no pé, que era da minha irmã. Dia 27, foi o último dia que a gente viu ele vivo. Aí ele já não apareceu mais. Nem 27, nem 28. Dia 29 ele apareceu na casa de acolhimento. Foi a última vez que o pessoal da casa de acolhimento viu. Dia 29, dia 30 de novembro, “e aí?”, “não, nada.” Dia 1º, nada. Dia 2, nada. Dia 3, “não, não apareceu mais aqui.” E eu já preocupada. “Ele não deu sinal?”, “não, não apareceu.” Dia 3, nada. Dia 4, nada. E assim foi. Quando foi dia 12 de dezembro, ela (a responsável pela casa de acolhimento) foi na delegacia e fez um boletim de ocorrência dizendo que ele já estava desaparecido.*

Quando foi dia 26, a gente passou o Natal muito ruim. Natal foi péssimo. Porque eu ficava assim, “aonde tá ele? Que que ele tá comendo? Onde que ele tá? Ele sumiu. Será que mataram? Será que ele tá vivo?” Quando foi no dia 26, eu falei com a minha sobrinha assim: “Você me ajuda a botar uma foto do Rafael, dele na rua, drogado. Não adianta eu botar uma foto dele bonito, gordo, que ninguém vai conhecer, né? E a gente vai escrever que ele tá desaparecido. Eu fui, fiz isso e pedi todos os meus seguidores e minhas filha e pra um compartilhando pro outro! E assim a gente fizemo, no Facebook e no Instagram. Aí quando foi no dia 6 de janeiro, que foi num sábado, dia 6 pro dia 7 eu sonhei com ele. Sonhei com ele que ele estava nadando lá na piscina. E ele ria muito, e eu falava com ele, “sai da piscina porque tá relampeando e você vai morrer aí dentro. Sai dessa piscina.” E eu tentava pegar no braço dele, mas eu não conseguia. E ele só ria. E eu falava, “sai!”, porque ele era muito teimoso, e eu, na hora que eu botava a mão na mão dele assim, ó, ele escapulia da minha mão. Eu acordei naquele domingo muito mal, chorando! “Alguma coisa aconteceu com o Rafael, ele tá me pedindo ajuda, ou é um sinal, alguma coisa, gente, não é possível.” Eu só chorava. Eu fiz o almoço eu não sei como naquele domingo. Quando foi duas horas da tarde, que eu já tinha acabado tudo, eu sentei aqui nesse mesmo lugar aqui, porque esse lugar aqui é meu! E o engracado é que ele sentava aqui e eu falava assim, “levanta.” Aí ele falava assim, “ué, tem seu nome aqui?”. “mas você sabe que esse é o meu cantinho.” E ele ficava aqui. Aí quando eu sentei aqui, que eu peguei o meu celular, aí eu abri no Instagram. Na minha postagem tava escrito assim: “ele não está mais entre nós”. Quando eu fui no direct já tinha um oi! Foi um fake, não tinha foto. Quando eu falei oi, ele respondeu na hora. Até então, quando eu vi aquilo, eu saí daqui e corri pro meu quarto. E a minha filha mais velha tava aqui em casa. Aí eu falei, “Fernanda, vem cá.” Ela falou, o que foi, mãe? “olha aqui. Falou que ele não tá entre nós mais.” Aí eu fui e perguntei, é, “por que que você falou isso, que ele não tá entre nós mais?”. “Porque assassinaram ele.” Até então, esse fake falou comigo, achando que eu era a mãe do Rafael. E ali, quando falou aquilo, eu não consegui responder mais nada. Eu comecei a chorar. A pessoa falou tudo! Nos detalhes. Que mataram ele, jogaram num poço. Daqui em diante se seguiram uma série de perguntas sobre como seu sobrinho foi assassinado, quais os motivos e quando. “Fala pra polícia que ele tá lá.” Sabe o que a pessoa fez? Tirou foto da casa, da onde era a construção, mandou a rua, o nome da rua! “Foi aqui. Manda procurar lá! Foi lá que jogaram ele. No mesmo domingo foram na delegacia. Do lado do poço, eles cavaram muito, muito, muito, muito um buraco e jogaram bastante terra pra dentro do poço. Nunca a gente ia descobrir se ela não fala. Na segunda-feira, acionaram o corpo de bombeiro, aí o corpo de bombeiro foi com a polícia. Então eles foram, aí fizeram busca, fizeram busca, nada. Só tirando

terra de dentro do poço. Só terra, terra, terra, terra, terra. Eles demoraram dias pra jogar terra. Porque olha só o poço lá de cima, até chegar na terra, foi 7 metro. Da terra até chegar na água, foi mais 10 metro. Foi 17 metro de profundidade que jogaram o Rafael. Aí quando foi na terça, essa pessoa veio conversar comigo de novo, “e aí acharam o corpo dele?”, “não, não acharam. Polícia ficou o dia inteiro lá e não acharam”, “fala pra ele não desistir, moça”. Quando foi na quarta-feira, foi aniversário do Rafael, ele tava completando 15 anos de idade. Aí nisso a profissional falou, “Gabriela, o bombeiro tá querendo suspender a busca, porque não acha nada. E já tirou terra, bananeira inteira, muito pau, tijolo, pedra, tudo que se pode imaginar. Porque tá muito profundo, muito estreito e eles têm medo duma hora esse poço até fechar! Aí, isso era, onze hora da manhã. Eu falei, “Pede se ele fica até meio-dia. Pede pra ele por favor, pelo amor de Deus, se ele fica até meio-dia procurando”. “tá eu vou falar com ele se ele fica!” Aí nisso ela falou assim, “Gabriela, eu falei com ele aqui, ele falou que até meio dia ele vai ficar, mas nenhum minuto a mais”. Eu no centro da cidade eu ajoelhei, menina, e falei, “meu Deus, se o Rafael realmente ele estiver lá naquele poço, o senhor vai mandar um sinal. Porque o senhor não pode deixar a gente com essa angústia. Porque se não achar, a gente vai ficar pro resto da vida achando, será que ele tá vivo? A gente vai ficar com o resto. Meu Deus, eu te peço, o senhor tem uma hora pro senhor ajudar eles.” E eu pedindo a Deus, que Deus mandasse, que Deus mandasse. Quando foi 20 pro meio-dia meu telefone, chegou uma mensagem. “Gabriela, cê conhece esse tênis? Ele surgiu na água.” Era o tênis que ele saiu daqui de casa, da mãe dele. Quando eu bati o olho naquele tênis, eu não sabia se era um alívio ou se era uma dor. Aí acharam o outro pé do tênis e acharam a calça que era uma calça de moletom. E foi aí que foi achando os pedaço dele. E assim foi. Aí tirou, como já estava em estado de decomposição avançada, teve que fazer o DNA. Aí a minha irmã foi chamada, recolheu a saliva dela, ficou 30 dias, aí veio a resposta, que era positivo.

5.6.1 As crianças e os fantasmas da morte

Essa seção é dedicada a escrever sobre as crianças que indiretamente fizeram parte dessa pesquisa, isto é, filhos(as), irmãos e sobrinhos(as) que também perderam alguém. Apesar das crianças não terem participado diretamente do trabalho de campo, foi comum que aparecessem nos relatos das interlocutoras de maneira expressiva e, por vezes, também nas cenas vividas em campo. Abordaremos a vivência de algumas dessas crianças, a partir de

fragmentos discursivos, compreendendo que incidem sobre elas efeitos da violência que podem, ora estar mais explícitos e revelados, ora mais latentes.

Essas crianças fazem um registro da morte, da violência e do horror, mesmo que não tenham presenciado o ato violento em si ou visto os corpos assassinados. Esse registro se dá pela infiltração da violência em seus cotidianos, pelas relações que são modificadas, pelas ausências que permanecem e pelos efeitos experimentados em seus corpos e subjetividades. Compreendemos que as crianças manifestam esse registro da violência através de suas relações, de seus atos e dos adoecimentos, pois a “*memória de tais eventos está guardada nos relacionamentos existentes*” (Das, 2020, p.30). Nesse sentido, a memória é pensada não apenas como um elemento intrapsíquico, mas enquanto um componente histórico e afetivo.

Chego na praça do bairro, parte alta da cidade e de difícil acesso. Para chegar subi um morro muito longo, íngreme e estreito, tão íngreme que fiquei com a sensação de que cairia pra trás. Fiquei pensando como as pessoas faziam para chegar e sair dali todos os dias. Enquanto andava procurando o endereço, pensando se estava perdida, ficava me questionando como não conhecia aquela parte da cidade. Errei o caminho, subi e desci a rua duas vezes, até encontrar a praça que Luzia me deu como referência. A praça era grande. Fiquei parada por um tempo e o sentimento de estar perdida aumentou. Percebo que algumas crianças vêm correndo na minha direção.

— Você tá procurando a Luzia?

— Tô.

— Vem com a gente.

As crianças vieram me buscar. Eram seis e não sei como, todas deram um jeito de me dar a mão. Luzia me esperava sentada no banco da praça e dali começamos a conversar. As crianças ficaram brincando durante a tarde toda. Vez ou outra uma delas se aproximava, fazia uma pergunta, pedia suco ou biscoito. Luzia tinha duas filhas, Camila de 6 anos – que estava entre as seis crianças - e Vivian de 14 anos, que também apareceu mais tarde. Camila se aproximava com frequência, tinha uma postura curiosa diante de mim. Entendi que Luzia estava cuidando de outras três crianças durante a semana, enquanto a mãe delas trabalhava fora. Em alguns momentos as crianças se aproximavam enquanto Luzia dizia sobre a morte do irmão e acabavam ouvindo algo.

— Peraí, to conversando! Vai pra lá. [Trecho do diário de campo, outubro/2024]

Percebi que coexistia uma aceitação de que Camila ouviria sobre aquela realidade, afinal ela já era conhecida para a criança, ao mesmo tempo que Luzia a repelia dali em uma tentativa de que a filha não ouvisse tudo. Essas crianças acessam uma espécie de *conhecimento venenoso* (Das, 2008, pp 46), a partir da invasão da violência em suas vidas, ou seja, possuem um saber a partir de uma experiência conformada pela violência. Como menciono acima, esses desdobramentos podem ser explícitos e quiçá, esperados e, um deles, é o processo de sofrimento desenvolvido por Camila:

A minha filha de seis anos, a Camila, ficou em depressão, eu não consegui levar ela mais pra escola, ela não quis ir mais pra escola. Eu tô tendo que levar no CAPS de criança pra fazer tratamento. (Luzia)

Amarildo morava com Camila e a irmã, Vivian, Luzia e o marido, o que significa que sua morte alterou sobremaneira o cotidiano vivido por aquela família, ou seja, as relações de convivência, os hábitos, a rotina, a presença, entre outros elementos que compõe aquilo de mais banal em uma vida cotidiana. Como as crianças processam essa perda que acontece de forma tão violenta? Essa foi uma das questões adjacentes a partir do momento que esses sujeitos começam a aparecer no discurso das mulheres.

A Camila, ela não conseguiu ir mais para a escola, eu tive que tirar, e isso me deu problema, porque ela tomou um trauma da escola e ela não quis mais ir de jeito nenhum. Ela chorava muito, ela deitava no chão, ela passava mal, ela dava febre, diarreia. Quando meu irmão morreu ela falou assim “mãe, por que mataram meu tio? Por que fizeram isso, mãe?” Ela pergunta até hoje “por que mataram meu tio?”

Camila faz perguntas que escancaram a impossibilidade de Luzia responder, pois ela também carrega consigo a mesma questão. Nas duas vezes que ela ensaia dizer o que responder à filha, sua fala é tomada por um silêncio.

Eu falo ‘Camila... [silêncio]’. Aí a gente tenta falar com ela ‘não, porque ele virou uma estrelinha, tá lá do céu olhando para você’, mas ela quer entender o por quê mataram ele, e a gente não sabe explicar, ela tem seis anos só, eu não sei explicar a ela por que fizeram aquilo. Eu falo com ela ‘Ah, não sei, Ana, fizeram isso porque... [silêncio]’. Às vezes eu prefiro nem falar. E ela vê as fotos dele, ela chora, ela vai pro canto chorar sozinha. Às vezes eu pergunto, o que foi? Ela fala ‘Eu tô com saudade, mãe, do meu tio’. Você vê, ela tomou trauma até da polícia, ela fala assim ‘eu não gosto mais da polícia, eles levaram meu tio para eles matarem meu tio’.

Ao falar da sobrinha, que nomearemos como Joana, filha de Amarildo, Luzia realça as dificuldades que a sobrinha enfrentou na nova escola, após mudar-se do bairro. Joana saiu do bairro junto com a mãe, foram “*expulsas*”, ameaçadas e com medo de possíveis perseguições ou retaliações da facção que acreditam ter sido responsável pelo assassinato de Amarildo. Os deslocamentos forçados são situações em que pessoas, famílias ou grupos são obrigados a fugir e deixar seus locais de moradia em razão de conflitos armados, violência extrema, tensões internas e violação de direitos humanos, sendo esse deslocamento de Joana e sua mãe um desses tipos de deslocamento (Barbar, 2018; Bitencourt, 2022). As *perseguições da morte e da violência* seguem atuando em torno desta família e, com certa incredulidade, Luzia conta sobre a morte do irmão de Joana. Isto é, Joana perdeu o pai e o irmão assassinados.

Isso afetou ela, a minha sobrinha, coitada dela, ela já era magrinha, depois que mataram o pai dela, aí que ela emagreceu mesmo, de vez. Ela tá muito pra baixo, custou pra se adaptar no lugar que eles levaram ela embora daqui, sabe, custou pra se adaptar na escola, fazer amizade. No começo ela não tava fazendo amizade com ninguém, ela ficou mais na dela, quieta. Agora sim ela tá se soltando um pouco mais, porque não tem jeito, deixar ela daquela forma... E pra ajudar ainda, o irmão dela foi assassinado, também aqui no bairro com um monte de tiro. (Luzia)

Pergunto sobre o intervalo de tempo entre essas mortes e Luzia conta que seu irmão morreu em julho de 2023, e que o irmão de Joana morreu em janeiro de 2024. Camila manifesta seu sofrimento através do choro, das perguntas, da febre. Por outro lado, sua irmã não apresenta o mesmo tipo de reação. Vivian manifesta o silêncio, a recusa da palavra, “uma possível vicissitude de tais momentos fatais é que o sujeito pode quedar destituído de voz – não no sentido de que alguém pudesse se ver destituído de palavras, mas de que essas palavras se revelem congeladas, insensíveis, sem vida” (Das, 2020, 30)

A mais velha ficava dormindo no mesmo quarto que ele, então ela se fechou muito. Ela não senta e conversa mais com a gente, ela se fechou no mundo dela, ela fica lá no mundo dela o dia inteiro, se você não fala com ela, ela não fala. Fica no mundo dela lá sozinha, sem conversar nem nada. (Luzia)

Argumento que há uma absorção da morte por parte dessas crianças, que as faz reproduzir em seus cotidianos as reminiscências dessa violência. Isso não significa uma reprodução automática e exata do evento, ou que os efeitos serão determinísticos, mas que a criança aprende e apreende algo desses eventos. Veena Das, ao mencionar o trabalho de Stanley Cavell afirma que as crianças “roubam fragmentos de linguagem que tentam encaixar em partes do mundo” (Das, 2020, p. 266). Sobre isso, retrato uma cena descrita por Sônia sobre o neto:

Eu acordei com o barulho da respiração dele, parecia que tava sufocando. Quando fui ver, ele tava segurando uma barra contra o pescoço, assim ó, dormindo, parecia que tava sufocando, a respiração ofegante já. Isso já aconteceu mais de uma vez, as brincadeiras dele eram de enforcamento, tudo era no pescoço. Esse menino foi traumatizado. (Sônia)

A mãe de Bruno, Alexandra, foi assassinada pelo marido, pelo que consta no processo, através de enforcamento/sufocamento. Parte dos questionamentos da família e que também foram realizadas pelo Tribunal do Júri deste caso, o qual pude acompanhar, dizem respeito ao fato das crianças estarem no apartamento e o que elas poderiam ter escutado ou presenciado. Há uma certa inspeção da possibilidade do trauma, do que de fato as crianças teriam presenciado. O fato de ver ou ouvir significa um agravante a ser constatado, no entanto, não é

possível acessar este evento. O que acessamos é o relato dos avós, especialmente de Sônia. Das (2020) ao acompanhar algumas crianças que haviam testemunhado diversas mortes durante os massacres dos *sikhs*⁶, explora como aquelas crianças foram inseridas em um modo de morrer ao presenciar o assassinato dos pais. Vejamos o que é dito sobre Avatar, uma criança que viu o pai morrer.

Um dia a van tomou um caminho diferente e passou por uma rua onde não havíamos estado antes. De repente, Avatar ficou muito agitado e apontou para uma árvore. Seus ombros arfavam, e ele dava a impressão de pular para cima e para baixo no assento, embora não estivesse, de fato, se mexendo. Enquanto dirigia minha atenção para a árvore, apontando para aquela direção com gestos agitados, mesmo quando a van seguiu em frente, perguntei o que havia acontecido ali. Então Avatar fez um pouco de mímica: suas mãos primeiramente agarraram um objeto imaginário e começaram a arrastá-lo, enquanto seu rosto mostrava a resistência e a luta de uma pessoa que era arrastada contra sua vontade para um destino terrível. Ele então esticou as mãos, como se estivesse sobre uma corda imaginária, e transformou-a em um laço. O laço foi jogado sobre um galho da árvore e, do outro lado da corda suspensa, este escorregou em volta do pescoço. Seu rosto tornou-se agora o rosto de uma pessoa em torno de cujo pescoço um laço é apertado, e então sua cabeça caiu para frente, seu rosto se tornando o rosto de um homem morto. (...) Na mímica, pareceu-me que as mãos haviam se tornado as do assassino e o rosto o da vítima. Seu corpo era um repositório de conhecimento e memória que certamente devia estar além dele, pois ele havia sido iniciado em um modo de morrer (Das, 2020, pp267-268).

Sônia diz que o neto vivencia o que, na sua perspectiva, é o sentimento de culpa por não ter salvado a mãe. “*Eu sou o segundo assassino da minha mãe, seu eu tivesse ido lá eu tinha salvado ela*” [palavras da avó que buscam reproduzir o discurso do neto]. A despeito da impossibilidade de averiguar o que o neto viu ou ouviu, depreende-se que, de alguma forma, ele absorveu aquele evento. O processo de culpabilização, frequentemente direcionado e experenciado pelas mães de jovens com destinos trágicos (Mestre & Souza, 2021), é vivido também pelo filho de Alexandra. A criança ao ser inserida nessa cena violenta, absorve não apenas a perda e o evento traumático, mas os desdobramentos subjetivos decorrentes desse ato.

Outro caso é o de Cecília, filha de Lucas. Gostaríamos de realçar, a partir desse relato de Márcia, como os rebatimentos da violência alcançam terrenos íntimos (Vianna *et al*, 2024), cotidianos, em que a lembrança da perda pode se manifestar por gestos sutis.

Ele gostava de música, de raça da Raça Negra, e ela, ela não gosta de ouvir. Ela se isola. Toda vez que a gente coloca assim, tá em família, meu marido, eu também gosto muito do Raça Negra, e a gente coloca, aí a gente lembra,

⁶ O massacre dos sikhs aconteceu em 1984 e consistiu em uma série de ataques e assassinatos realizados por multidões contra esse grupo em resposta ao assassinato de Indira Gandhi por seus guarda-costas *sikhs*.

ela se isola, ela muda o humor. Ficou associado àquilo, de que era a música do pai. Na época ela tinha 3 aninhos. Mas ela está com 9. E perdeu o pai de uma hora pra outra, né?

Esses impasses experenciados pelas crianças se dão no encontro de dinâmicas de violência, terror e intimidade. Vianna *et al* (2024) debate como regimes de poder atuam no campo do terror, isto é, estão além dos regimes de violência, justamente por alcançarem o campo da intimidade, seja pelos limites do corpo, dos espaços domésticos ou do campo subjetividade. A eficácia dos regimes de terror se dá em razão da infiltração dessas experiências nessas relações de intimidade. Vamos retomar a história de Fernanda, no entanto, voltando nossa mirada em Vinicius, seu filho. Vinicius é inserido na perda do tio enquanto figura de pensamento dos atores envolvidos, no perpassar do tempo, isto é, no passado-presente-futuro.

Na delegacia de polícia, o autor do assassinato do tio, que é pai de Vinicius, diz que um dos motivos do ato foi em razão da exigência de que ele assumisse a paternidade de Vinicius. Há também os rumores do que seria o real motivo do assassinato, em que múltiplas versões aparecem e “criam uma sensação de continuidade entre eventos que, de outra forma, poderiam parecer desconectados” (Das, 2020, p. 151).

Aí ele falou que só matou meu irmão porque eu tava querendo demais, querendo que ele assumisse um filho que não era dele. Aí eu falei que nunca tinha pedido nada, tanto que eu nunca tinha pedido nada a ele, sempre falei que o Vinicius não era filho dele, os outros que ficava falando que era. Aí na delegacia, ele disse, falou assim pra gente, que tinha matado por causa disso. E o pessoal na rua falou que foi por causa de ponto de droga que eles tinha arrumado uma briga com meu irmão, muitos anos atrás e meu irmão já tinha dado uma coça nele. (Fernanda)

A morte de Jonas invadiu o terreno íntimo da família de Fernanda, em que as relações passaram por significativas transformações, mediadas pela culpa e pela perpetuação de violências. A relação entre os irmãos de Fernanda e ela foi uma destas que se modificou, pois eles atribuem à Fernanda parte da responsabilidade pela morte do irmão. São percebidas pela interlocutora mudanças na relação dela com a mãe, da avó com o neto e a própria relação de Fernanda com Vinicius, que também absorveu no seu laço as ambivalências dessa história de morte.

Tipo assim, eu fico mais chateada pela forma da minha família tratar o Vinicius. Eu sei, eu custei entender isso, ele tem só 6 anos. Ele não teve culpa de nada, ele não. Só que eu vejo a minha mãe... se você ver minha mãe com o Enzo [outro filho de Fernanda] e se você ver minha mãe com Vinicius, todo mundo fala, você vê. O Vinicius ainda fala assim: ‘nossa, minha avó só briga comigo, quando ela não briga, ela faz tudo com o Enzo, mas comigo ela só briga’. Aí eu falo assim, quando ela tá aqui, você fica no quarto e ela na sala,

onde ela vai, você sai. Ele percebe. Ele mesmo fala, ele outro dia me perguntou: ‘mãe, minha vó não gosta de mim não?’. Aí ele fala assim: Cê gosta de mim mãe? Eu sei que ele fica mexido.

Além dos impasses nos afetos que circulam entre a família, Fernanda - e principalmente Vinicius - convivem com o que é dito sobre este, sobre o que pode vir a ser do seu futuro. As relações de vingança acabam por compor um ciclo contínuo de violência, em que não se consegue precisar onde começou ou onde terminará. Justiça e vingança se apresentam como elementos indissociáveis, assim como o ódio e o medo (Ferreira & Teixeira, 2015).

Ele não desce na rua, ele fica só no portão da casa dele, porque fica com medo do pessoal pegar ele. Aí ele fica lá. E tipo assim, passa na rua, só na rua dele. De vez em quando a gente se tromba, mas não se vê, ele fica no portão dele. Eu vejo muito outro irmão dele que, ou eu brigo com o pai dele ou com o irmão dele. A gente sempre se tromba e dá uma discussão. Aí meus irmãos fala que vai matar ele, ele fica jurando meus irmão de morte, aí fica nessa situação. Aí meu outro irmão problemático, fica dizendo que quando o Vinicius crescer vai mandar o Vinicius matar ele.

Não são, no entanto, quaisquer jovens que participam desse ciclo imperativo da violência, são jovens majoritariamente pobres, negros e moradores de regiões precarizadas e sem infraestrutura. Neto (2010) retoma o trabalho de Florestan Fernandes ao falar sobre essa “maldição” brasileira ligada ao problema da violência urbana, em razão dos desdobramentos de uma abolição da escravatura que não promoveu mudanças nas estruturas de poder ou subsídios para verdadeiramente alcançar condições melhores de vida. O medo, o ressentimento e o ódio compõem um ciclo no cotidiano daqueles que se veem enredados na dinâmica da violência, com precárias possibilidades de saída.

Não são por acaso os descendentes desses escravos libertos que agora compõem o tecido da extrema violência urbana que inferniza o “cidadão” brasileiro? Não são eles, por acaso, donos do mesmo “ressentimento” ou da “reatividade” que Florestan falava há algumas décadas? Por acaso não é esse ressentimento – ou, mais especificamente, *essa violência* – uma espécie de maldição que sofre o brasileiro “cidadão” em relação ao legado dos seus ancestrais? Poderiam os antigos e suas tábua sagradas ensinar algo aos brasileiros? (Neto, 2010, p.117)

Nesse emaranhado de afetos, o ciclo da violência se reinscreve enquanto uma gramática social onde o medo, o ressentimento e a vingança se assentam no cotidiano como formas de habitar o mundo. Tal como observa Veena Das (2020), a violência deixa de ser um episódio excepcional e infiltra-se nas tramas ordinárias da vida, de maneira contínua e insistente. Legitima-se a exposição sistemática de certos corpos ao sofrimento e à morte e, dessa maneira,

a violência se torna estruturante: um dispositivo que captura determinados grupos, no qual a justiça já chega “tarde demais” e onde o horror, reiterado, sustenta a continuação desse ciclo (Neto, 2010).

Walter Benjamin propõe que escovemos a história a “contrapelo”, a fim de dar fala às “vozes emudecidas” que estão entre os escombros das catástrofes que seguem uma a uma e são varridas por uma tempestade que se chama “progresso”. Vê-se que aqui o que está em jogo é sobretudo o imperativo da *memória*, que possibilita a compreensão da violência não-recortada da sua gênese e das demais violências que a rodeiam. Uma das estratégias do poder é justamente recortar do fato do seu *continuum* histórico e tratá-lo como “bárbaro”, contraposto ao “civilizado” do normal, deixando de lado qualquer compreensão que possibilite explicar a raiz do fenômeno. Assim, *numa risada grotesca que é risada de cinismo*, o poder faz esquecer que “todo monumento de civilização é também monumento de barbárie”, impedindo a elucidação daquilo que foi varrido por uma tempestade que acumula cadáveres em seus escombros (Neto, 2010, p. 118).

É justamente nesse ponto que a reflexão sobre memória e resistência se impõe como contrafluxo à lógica do esquecimento e de uma reprodução naturalizada da violência. Recuperar as narrativas das mulheres, que implica realizar uma discussão sobre a memória e a sua insistência, é o que nos fornece pistas para provocar fissuras em uma realidade que se propõe a ser total. A memória, nesse sentido, retoma o passado no presente, na construção de uma *história outra* que questiona as narrativas oficiais e afirma a persistência dos que se recusam a desaparecer. Desse modo, discutiremos na próxima seção as interlocuções entre memória e resistência, dimensões que se apresentam ora como prática cotidiana de cuidado, ora como atos de luta e enfrentamento.

6. REABITAR O COTIDIANO: ESCUTAR OS ATOS E ACOLHER OS GESTOS

6.1 SÉTIMA CENA: NO BRASIL CRIANÇAS MORREM SEM TER PORQUÊ

O meu caçulinha mataram com tiro, né? Assassinaram ele bem na porta da minha casa. Ele chegou da escola, fez a matéria que tinha que fazer, aí falou que ia na rua, na padaria. Eu falei, “Jonas, você primeiro arruma a cozinha pra mim, né?” Ele “ah mãe, depois eu arrumo” Eu falei, não, você vai arrumar agora. Voltou pra trás com o birrinho, lavou as vasilhas e falou, agora eu vou na padaria. Foi. Aí, nisso que ele foi, abriu o portão, veio os caras de moto. E os caras lá na esquina, tinha uns caras fumando lá na esquina, né? Primeiro os caras passou, eu vi os caras lá, sem arma. Aí foi lá pro outro bairro. Passa uns 20 minutos, eles voltam de novo. Aí já foi buscar arma pros meninos. Os menino correram. Meu menino saindo, eles não gritaram pro meu menino sair da rua, pra voltar pra trás. Meu menino foi, abriu o portão, quando ele pôs a perna no passeio, os caras retornou a moto em volta dele e meteram o tiro nele. Ele tinha 13 anos. E a minha maior revolta, porque ele foi um inocente, morreu sem saber o porquê.

6.2 VIVER NO LUGAR DE DEVASTAÇÃO: DAS RESISTÊNCIAS ORDINÁRIAS ÀS ESTRATÉGIAS DE CUIDADO

Neste tópico reflito sobre a maneira como as mulheres vivenciam seus cotidianos após a perda. Discuto acerca dos arranjos de cuidado produzidos, desde aqueles mais formais e institucionalizados até os que se apresentam de forma sutil e diluída no cotidiano. Partimos da noção de que, da mesma maneira que a experiência de luto e violência se infiltra no cotidiano dessas famílias, atos de resistência, cuidado e enfrentamento também se fazem presentes. Uma pergunta guiou a escrita deste capítulo: como essas mulheres habitam o cotidiano após suas experiências de perda? O assassinato de um filho, sobrinho, irmão as insere em uma realidade desconhecida até então, que as coloca na posição de “*fazer e refazer um mundo*”, o seu mundo, a partir dessa perda (Das, 2020, p. 26). Escrevo aqui sobre essas formas de reabitar o cotidiano a partir de fragmentos, isto é, a partir de atos ordinários, de sutilezas, de gestos, de ensaios em direção à vida. São esses gestos que permitirão que essas mulheres habitem esse mundo, como realça Veena Das, em um *gesto de luto*. Ou seja, esse reabitar não se faz a partir da ausência do luto, mas, em diversos casos *com* esse luto.

O cotidiano, para a autora, é entendido enquanto aquele “local no qual a vida do outro está implicada” (Das, 2023, p. 36), extrapolando um mero espaço de repetição. O cotidiano se torna um elemento importante porque nele estão guardadas uma ampla variedade de experiências, modos de vida, além de alternativas particulares e criativas desenvolvidas em cada contexto. Entremeado pelas miudezas, elementos importantes em direção à vida estão escondidos no cotidiano, como cozinhar, cuidar dos filhos, caminhar pelas ruas do bairro ou compartilhar conversas com vizinhos. Após esse evento limite, que é a morte, alguns atos passam a ser carregados pela presença da violência e da catástrofe, mas também por resistências. É nesse espaço do cotidiano que a violência se infiltra, se sedimenta e se torna parte do tecido relacional, mas é nele também que formas de enfrentamento podem ser produzidas. A busca de suporte em relações comunitárias foi uma das formas que as mulheres construíram como possibilidade de apoio e cuidado.

Quando eu ficava desesperada aqui eu sempre ia na casa dos vizinhos, que meus vizinhos são a minha família, né? São meus irmãos, precisando de um médico, sabe? Não tem aquele negócio de fofoca. Tem 40 anos que eu tô aqui, eu nunca fiquei de cara feia pra eles, nem eles pra mim. Sempre que a gente precisa, eles estão ali pra ajudar, entendeu? Sempre que eu tô com algum problema, eu vou no vizinho e converso. Eles me aconselha, sabe? [silêncio] Aí eu volto pra casa mais aliviada, né? Com a cabeça tranquila. Mas eu fico muito nervosa, eu fico com uma agonia. Eu fico com uma dor no peito, parece que eu vou morrer, sabe? Costuma me dá mais durante a noite, me dá aquela agonia no peito, parece que tá apertando, entendeu? Quando é noite que eu choro. (Roberta)

De vez em quando a vizinha, aquela que saiu, chega e me chama ‘Ô Luzia, senta aqui um cadinho, não fica sozinha não, vamos conversar’. Eu sento, converso, começo a chorar um cado, ela fala ‘eu entendo, eu sei’. Aí conversa umas palavrinha comigo, aí quando dá uma certa hora ela entra, eu vou embora também, lá para cima, e ali eu fico o dia inteiro. Igual, quando a mãe deles chegar, eu subo para cima, e ali eu fico, só desço porque eu tenho que fazer janta, e volto para o quarto também. Aí, amanhã, a mesma coisa, eles chegam, a mãe deles chega às 3 horas, 3 e meia, eu volto para cima também. Assim são os dias, mais no quarto. Agora estou tentando ficar mais embaixo, por causa das crianças, senão ficava aqui embaixo não, senão ficaria dentro do quarto o dia inteiro, tomava remédio e já ficava o dia inteiro lá em cima dormindo.

Uma das questões que Veena Das (2023) realça no seu livro “Texturas do Ordinário” se concentra em entender o que as mulheres fazem para reparar o cotidiano, isto é, para construir formas de retornar ao cotidiano após o evento traumático. O cuidado comparece como uma dessas mediações que fazem com que o cotidiano passe a ser reabilitado. Ao citar Laugier, o cuidado é entendido enquanto:

(...) uma resposta prática às necessidades específicas e uma sensibilidade aos detalhes ordinários da vida humana que importam. Assim, o cuidado é uma questão concreta que garante a manutenção (por exemplo, como conversa e conversação) e a continuidade do mundo humano e da forma de vida. Isso não é nada menos do que uma mudança de paradigma na ética, com uma reorientação para a vulnerabilidade e uma mudança do “justo” para o “importante”, exatamente como Wittgenstein propôs mudar o significado da importância destruindo o que parecia ser importante. Avaliar a importância do cuidado para a vida humana significa reconhecer a vulnerabilidade das formas de vida (Laugier, 2016, p. 208 apud Das, 2023, p. 33).

A noção de cotidiano em Veena Das permite compreender como a vida, atravessada pela violência, se recompõe através de uma lenta descida ao ordinário e não por meio de grandes gestos de superação. Ao nos voltarmos para a fala de Luzia sobre seu dia a dia com as crianças que precisa cuidar, ela fica cambiante entre o efeito que essa atividade tem de fazer com que ela se movimente e saia do quarto, ao mesmo tempo que realizar isso é extremamente desafiador. Há os convites dos vizinhos de Roberta e Luzia, que também podem ser entendidos como atos de cuidado. Ambas falam sobre o papel dos vizinhos após a perda, destacando que estes viabilizam espaços para escuta, conversa, amparo às suas angústias, além de as tirarem de casa.

Clara Han também explora a relação de Martita com uma vizinha, Blondie. Esta, percebendo a tristeza e o enclausuramento de Martita, pede que ela busque os filhos de Blondie na escola todos os dias. Como a autora aponta, foi um gesto disfarçado de pedido de ajuda, que obrigava Martita a passar pela casa da vizinha e se comunicar e, dessa forma, a vizinha tinha a oportunidade de convidá-la para um almoço ou café. Esta era uma maneira de manter Martita viva (Han, 2016). Pequenos atos de cuidados permitem que a vida se entreteça e vá se refazendo (Das, 2023). O cotidiano se apresenta, então, como lugar ambíguo: por um lado, revela a permanência da violência - no espaço doméstico, no corpo e nas memórias; por outro, cria brechas para resistir ao aniquilamento e elaborar formas de viver.

Nesta perspectiva, o cotidiano, além de ser o lugar onde a violência se instala e se distribui, é nele também onde surgem as possibilidades de recompor a vida. Entretanto, neste recompor da vida, não adotamos a noção de recuperação ou de superação, pois não se trata de um retorno ao “normal”, mas uma maneira de habitar o mundo depois de um evento crítico. Essas habitações podem ser realizadas por meio de gestos que terão em cada história, um significado. Maria do Carmo fala do dia que conseguiu gritar contra o Estado que assassinou seu filho. Esse grito carregava consigo revolta, dor, indignação, bem como a possibilidade de expressar publicamente a violência contra seu filho, mesmo que isso tenha acontecido nas ruas de São Paulo.

No dia 15 de maio de 2015. Foi lá que eu dei o meu grito; meu grito de revolta e sofrimento, meu grito que falava do que tinha acontecido comigo. Esse grito estava travado na minha garganta. O Estado de Minas Gerais é responsável pela morte do meu filho, mas até aquele dia eu não tinha conseguido dar o meu primeiro grito de indignação contra o Estado de Minas Gerais.

Pensar o cuidado a partir da definição de Laugier (2016), sobre os detalhes que importam, atentando ao que é específico e singular de cada situação vivida, faz com que extrapolemos uma concepção que relaciona o cuidado sempre enquanto um ato direcionado e restrito ao outro. Quando Maria grita e realça a importância desse ato, que é sim direcionado ao outro – Estado, sociedade, política – ele se faz também por ela. Sua mensagem, além de revelar sua indignação e sua revolta, possui um sentido em si mesmo, de poder experimentar certos afetos e reclamar publicamente a perda do filho.

Em algumas perspectivas, retomar as lembranças e reviver os afetos em torno da perda de familiares pode ser prejudicial para a passagem desse luto, por exemplo quando essas mulheres escutam “deixa ele descansar” ou “você precisa parar de chorar”. Arthur Kleinman (2012) ao criticar a tendência de transformar a vivência do luto em algo patológico, a partir de parâmetros psiquiátricos que estreitam cada vez mais o período que se considera normal viver tal experiência, questiona se há algo de patológico no fato de ainda ele cuidar das memórias da esposa falecida, anos após a morte desta. Nomeei as cenas extraídas das entrevistas, relatos e diário de campo de histórias de vida e histórias de morte justamente pela maneira como essas memórias aparecem no relato das mulheres. Apesar da violenta invasão da morte, permanece aquilo que foi vivido, cultivado, o que representava afeto.

Ela amava ir pro interior, ela gostava de roça, ela gostava de tudo o que eu gosto, gostava de tomar banho em igarapé. Igarapé é um lugar onde a água escorre assim, é um, não é um lago que lago é grande, né? É um igarapé. Ela gostava muito dessas coisas, de andar no mato, e aqui a gente tem uma floresta muito rica, ela gostava muito de aprender o que come do mato e o que não come. Ela gostava de plantar e ela transferida pra ambiental porque ela fazia um pouco de educação ambiental, ela fazia uma pós-graduação em educação ambiental. (...) é muito bonito aqui, aqui tem umas partes que são muito boa. A natureza aqui é muito vasta, tudo muito bonito aqui. fora isso. Eu costumava dizer que na minha vida tudo deu certo, hoje eu digo assim que o que não deu certo foi ter perdido a minha filha, isso nunca foi certo, mas as outras coisas foram tudo como sempre. Eu moro num lugar que é rico de água, que é rico de oxigênio. Isso aqui é o pulmão do mundo, eu digo que tudo que é de biodiversidade tem aqui, aqui é um lugar muito bom, mas só também é que é muito cobiçado pela corrupção, pela rota do tráfico, pela pelo tráfico de madeira é muito cobiçado. E o que é vergonhoso é que quem podia proteger destrói. (Antônia)

É no cotidiano que são efetuadas mudanças, invenções e reconfigurações, não se tratando então, de uma superfície na qual os acontecimentos se depositam. Quando Roberta se apoia nas conversas com os vizinhos para aliviar angústia, ou quando sai de casa para a cabeça tranquilizar, conta que “*tem vezes que eu saio e fico dois, três dias lá pra fora, e quando vem na minha cabeça de voltar pra cá, eu venho, entendeu?*”, são formas de negociar com o sofrimento e as vezes driblá-lo, abrindo espaço para outras experiências. Quando Luzia tenta se mover para fora do quarto por causa das crianças, não se trata apenas de pequenas rotinas: são gestos que, ao se repetirem, vão recriando uma nova forma de estar no mundo.

A busca por acompanhamento profissional também comparece como uma das formas de cuidado buscadas, o que também não é isento de ambivalências. Esse cuidado, majoritariamente médico, psiquiátrico e psicológico, aparece inicialmente em razão das dificuldades encontradas pelas mulheres ao tentarem acessá-lo. Mesmo quando alcançado, há dificuldades no que diz respeito à qualidade dessa assistência. É necessário considerarmos os limites de um acompanhamento profissional e as possibilidades no trabalho com familiares que perderam alguém em razão da violência. Isto é, há uma lente capaz de enxergar os marcadores raciais, de gênero, classe e território no atendimento a determinados sujeitos? Quais concepções subjazem a noção de luto e sofrimento destes profissionais? Como pensam os efeitos da violência no cotidiano dessas mulheres? Todas essas questões impactam a maneira como o cuidado é pensado e efetuado com essas mulheres e suas famílias.

O corpo, a maternidade, o cuidado, o afeto, o amor e a família, tudo isso é negado às mulheres negras por meio da violência que se materializa através dos diversos braços do Estado. Não estamos aqui defendendo o *mito do amor materno* ou uma certa essencialização do gênero feminino, mas problematizamos o lugar que as mulheres negras são condicionadas a ocuparem — a *zona do não ser* —, o que leva à desumanização e destina ao cuidado colonial (...) Ao serem localizadas na zona do não ser, as mulheres negras são desumanizadas, sendo destinado o cuidado colonial, o que significa que não se pode prover a subsistência e a existência, ou seja, criminaliza-se as necessidades e extermina-se os frutos dessa maternidade. Como consequência, ocorre a patologização e a medicalização do ser mulher negra como fenômeno crescente da sociedade contemporânea. Dessa forma, reatualiza-se o manicômio, promovendo no existir mulher negra a dor, o adoecimento e a morte como único caminho (Passos, 2021, pp. 306-307).

O relato de Ana Paula explicita como, ao mesmo tempo em que o acesso ao cuidado médico-psicológico é dificultado, quando ele se efetiva, frequentemente assume uma forma marcada pela medicalização e pelo descaso. A experiência narrada evidencia a lógica de uma psiquiatrização que opera pelo não reconhecimento da singularidade da dor. Nesse processo, o sofrimento das mulheres incorre no risco de ser frequentemente reduzido a um diagnóstico, ao

ajuste de dosagem, o que retira do encontro clínico a possibilidade de escuta contextualizada e ética. A medicalização, nesse sentido, funciona como tecnologia de gestão da dor e do sintoma.

E eu não tive ajuda nenhuma com assistência, com psicólogo, para o meu filho mais novo que era o mais grudado nele. Até há dois anos atrás chorava pelo irmão. Quando eu entrei no Mês de Maio, que eu fui ter assistência com psicólogo, hoje eu faço acompanhamento com psicólogo e com psiquiatra. Pelo posto de saúde, depois de muita insistência e depois de muitos papéis que foram mandados, né? Mas eu não sinto diferença nenhuma, porque eu sinto um descaso muito grande (...) eu chego lá para ela e falo assim: “Ah, eu quero aumentar dosagem do remédio”. Aí ela não me pergunta o porquê, como eu estou, o que é que está acontecendo. Ela simplesmente vai lá e aumenta a dosagem do remédio. Fica por isso mesmo. (Ana Paula)

Essa dinâmica pode ser lida também à luz do debate sobre patologização do sofrimento social (Fassin, 2009; Biehl, 2008), em que dores atravessadas pela violência estrutural e estatal passam a ser recodificadas nos termos de adoecimentos individuais e desconectados de seu contexto. A restrição a estratégias de cuidado exclusivamente individualizantes ou psicopatologizantes incorre no risco de que as narrativas de perda e violência sejam despolitizadas e deslocadas de sua dimensão histórica e coletiva. Isso não significa negar a importância do cuidado médico ou psicológico à essas mulheres, mas que, quando restrito à lógica da medicalização, ele pouco contribui para enfrentar os desdobramentos psicossociais em contextos de violência. Pelo contrário, pode reforçar processos de abandono e silenciamento, reiterando o descaso já amplamente denunciado pelas mulheres.

Ana Paula relata que, após muita insistência, conseguiu atendimento médico e psicológico, mas destaca a maneira como a conduta ficava restrita à manipulação medicamentosa. Essa experiência revela os riscos de se individualizar e patologizar sofrimentos que têm raízes sociais e políticas (Martín-Baró, 2017). Para Martín-Baró, converter a violência estrutural em quadros individuais significa despolitizar a experiência das vítimas, mantendo-as isoladas e adaptadas a uma ordem injusta. Dessa maneira, processos de medicalização desconectados do contexto de produção do adoecimento podem contribuir para ocultar, inclusive, o nexo entre sofrimento psíquico e violência de Estado.

A psiquiatrização, nesse sentido, ao organizar as formas de cuidado em torno do remédio ou do diagnóstico, contribui para o que João Biehl (2008) chama de “zonas de abandono”, onde a escuta e o reconhecimento são substituídos pela gestão técnica da dor. Se em Martín-Baró encontramos o chamado a desvelar as mediações sociais do sofrimento, em Biehl (2008) vemos como as práticas psiquiátricas contemporâneas podem perpetuar a invisibilização das vítimas e reforçar processos de exclusão. É interessante perceber, por

exemplo, na fala de Márcia que ela primeiro abandonou o tratamento, para depois buscar ajuda, destacando seu papel enquanto sujeito nesse processo.

E eu acho que eu tô aqui pela misericórdia de Deus e pelos meus filhos. O meu filho falou ‘você vai deixar a gente? Cê não tá pensando na gente? Cê tá pensando só em você?’. Então aquilo foi pra eu despertar, né? Eu tomei uma decisão, eu vou ficar boa, eu preciso ficar boa, quero ver bem meus filhos crescido, quero fazer a mesma coisa que meu pai fez, que ele sempre falava ‘quero ver os meus, os meus netos todos formado’. Então naquela hora eu falei “eu tenho que me levantar, eu tenho que buscar ajuda né?” Eu já tava fazendo tratamento psiquiátrico, mas eu tenho que buscar mais ajuda e me ajudar. Então naquele momento em diante eu tomei uma decisão. Joguei meus remédios fora, e comecei a me tratar! Me tratar realmente.

A experiência de Márcia permite ver de modo mais nítido parte dessas ambivalências de um cuidado pensado em torno dos *saberes psi*. Por um lado, certas tecnologias de cuidado podem em nada, ou muito pouco, interagir com as dinâmicas de produção de sofrimento. Por outro, há também uma dimensão de possibilidade, pois mesmo após interromper o tratamento medicamentoso, Márcia reconstrói sua relação com o cuidado a partir de uma decisão, ressignificando o que era se “tratar” ou “buscar ajuda”. Esse gesto de Márcia representa uma forma própria de agenciar esses cuidados, inserindo-se na produção deles. Sua busca por ajuda continuou envolvendo o processo psicoterápico e medicamentoso, mas neste segundo momento, ela também figura enquanto um agente de cuidado.

Quando articulado a práticas coletivas, como no movimento MÃes de Maio e Rede MÃes de Luta, e de vários outros no Brasil, o cuidado passa assumir outros contornos que ultrapassam uma concepção individualizada e se direcionam a construção de um sofrimento que é pensado de forma coletiva. Seu endereçamento tem como horizonte processos de memória, justiça e reparação. Unir-se a outras mães, construir narrativas que se encontram e a denunciar publicamente a violência funcionam como contraponto à solidão muitas vezes enfrentada nesse itinerário de violência. Nesses espaços, o cuidado se ressignifica: ele perpassa uma dimensão fundamental, que é a do reconhecimento de que o sofrimento é inseparável das violências estruturais.

Pensar o cuidado psi em articulação com as práticas coletivas de memória permite tensionar a lógica de individualização e responsabilização. Françoise Vergès (2008), em *La memoria como resistencia*, ressalta que lembrar não é apenas um gesto íntimo, mas uma prática política que confronta as estratégias de apagamento. Ao conectar o sofrimento às violências históricas e estruturais, a disputa pela memória pode transformar-se em formas de reparação e de resistência.

Las «memorias coloniales» serían entonces un discurso de la resistencia contra una escritura de la historia que em mascara las condiciones de esta fabricación. La lucha por hacer reconocer estas memorias sería pues «una lucha por la historia». La memoria «contra» la historia es la crítica de una visión teológica y no la victoria del relativismo y del subjetivismo. Es la señal de que aún es posible la contestación, abrir la vía a nuevos sueños. Así vistas, las memorias coloniales no son refugios para el resentimiento y el repliegue, sino textos que muestran fuerzas que se oponen, que hablan de la explotación económica, de la reducción de los seres a objeto cuantificable y desecharable (Vergés, 2008, p. 50).

O que vemos nos testemunhos das mães é justamente esse deslocamento do que poderia permanecer circunscrito apenas ao campo clínico, sendo reelaborado no espaço coletivo, onde o luto se transforma em uma vivência que coletiviza a dor e denúncia suas raízes. Nessa chave, o ativismo político na luta por direitos e no combate à violência, pode se expandir e se conectar com tecnologias de cuidado que estão associadas a essa mobilização.

Para Françoise Vergès (2008) lembrar é um ato profundamente político, que desafia as tentativas de silenciamento e aniquilação do passado. A memória, nesse sentido é prática ativa de confrontar a violência e reinscrever a experiência no espaço público. Ao deslocar o sofrimento do terreno privado para o coletivo, as mulheres que testemunham suas perdas operam exatamente esse gesto: fazem da lembrança uma forma de resistência, recusando-se a aceitar o esquecimento como destino. Assim, elas produzem um outro regime de cuidado e de reparação, fundado no encontro de lutas e na reivindicação por reconhecimento.

O cotidiano, assim, é simultaneamente testemunho e resistência: testemunho porque nele a violência deixou suas marcas e continua a operar continuamente; e resistência porque nele também se criam os fios frágeis, mas fundamentais, que permitem continuar a viver. Partindo das formulações de Butler, em que socialmente certas vidas não são dignas de serem vividas e certos lutos são desautorizados, qual seria o papel da psicologia e de outros campos do saber relacionados ao cuidado na escuta destas experiências? Sabemos da trajetória histórica da psicologia enquanto um saber apartado das necessidades das classes populares, processo que vem se modificando há algumas décadas, a partir de um saber localizado e construído com os sujeitos (Martín-Baró, 2017).

Ao insistirem em narrar sua dor em meio às limitações estruturais e institucionais, elas afirmam a persistência da memória e reivindicam que sua experiência não seja reduzida a práticas de silêncio ou esquecimento. Nesse sentido pensamos a importância dessa disputa pelo direito à palavra e à memória. Os modos de narrar e de silenciar, os rastros deixados nas falas que circulam na comunidade e os cuidados que preservam a vida se inserem nessas agências e

resistências desenvolvidas pelas mulheres, tornando o cotidiano um espaço que pode fornecer pistas sobre os caminhos do luto, bem como das estratégias de resistência.

6.3 AS LEMBRANÇAS QUE INSISTEM: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, TESTEMUNHO E LUTA

Refletir sobre a memória em tempos marcados por genocídios e por uma política de morte, além de constantes tentativas de tamponamento das violências é, como propõe Jeanne Marie Gagnebin (2006), reconhecer que ela não se limita a um “culto ao passado”, mas se funda numa exigência ética voltada ao presente e ao futuro. A memória é convocada por uma necessidade presente, enfatizando que lembrar implica em resistir à lógica do esquecimento, em uma prática ética e política, que recusa a indiferença dos efeitos da barbárie posta em cena.

As marcas da violência são inscritas especialmente nos sujeitos que sofrem, mas deixam seus vestígios na cultura, nas relações e na sociedade. Apesar de não ser possível capturar toda a violência ou sofrimento vivenciados em determinadas circunstâncias, são mobilizadas tentativas de representação e compreensão, mesmo que parciais (Endo, 2013). As histórias contadas pelas mulheres interlocutoras da pesquisa configuram histórias de horror, memórias de um evento trágico em suas vidas, cada qual com singulares marcas. Apesar dessas singularidades, há um aspecto comum: a insistência por contarem suas versões, versões estas que se contrapõem a uma “narrativa oficial” engendrada para criminalizar, culpabilizar e desumanizar aqueles que morrem de maneira trágica.

Em contextos marcados pela violência, essa produção do esquecimento atua como ferramenta de poder, silenciando experiências, buscando neutralizar a força política das lembranças incômodas. Ana Paula e Antônia revelam parte dessa engrenagem que busca aniquilar, não apenas determinadas vidas, mas os desdobramentos de suas mortes. Ambas, além de ameaçadas, receberam ofertas de dinheiro para que interrompessem suas denúncias e permanecessem em silêncio.

E quando fez 7 dias que meu filho tinha morrido, eu recebi uma ligação de número não identificado, eu atendi, mas ali eu não tinha cabeça pra poder gravar a ligação, porque aí eu teria como provar. Me ligou, falando que era advogado “Eu sou o advogado, do policial Emerson não sei lá das quantas” e me oferecendo 200.000 pra eu ficar calada. (Ana Paula)

a proteção que eu recebi foi quando tinha 1 mês que ela tinha sido assassinada, veio o oficial aqui, eles vieram na minha casa na época e eles me ofereceram 100.000 como indenização que era direito dela receber, que eles me pagava os 100.000 pra mim deixar a polícia militar investigar. E eu já tava revoltada

com tudo que aconteceu e eu falei pra eles: “eu não criei filho pra ninguém matar” e que eu não queria, que eu não queria a polícia militar investigando, que a polícia militar sabia quem era os assassinos. (Antônia)

É nesse horizonte que se registram os testemunhos das mulheres interlocutoras dessa pesquisa, cujas narrativas não apenas recusam o silêncio imposto pelo medo ou pela indiferença, mas também afirmam o direito de seus filhos, sobrinhos e irmãos permanecerem na história. Ao recontar os acontecimentos, elas disputam o sentido do que foi vivido, confrontam versões oficiais e reabrem, no presente, a possibilidade de outros rumos para o futuro. Foi comum, por exemplo, falarem da importância de que a violência que acometeu os seus, não se repita com outros jovens, isto é, debatem e resistem a uma política de morte. Ferreira e Salgado (2020, p. 2), em sua reclamação por uma educação contra o esquecimento e a barbárie, enfatizam: “em tempos de produção do silêncio, de palavras amordaçadas, de memórias da dor e do horror apagadas, o aparecimento como ação política que resiste ao esquecimento faz-se necessário e urgente”.

Orientamo-nos durante essa pesquisa para a *ética do testemunho*, isto significa uma tentativa de escuta e abertura total ao outro, a partir de suas palavras e gestos (Seeligmann-Silva, 2003, p.14). Apesar de outras possibilidades de compreensão e uso do conceito, o Testemunho é tomado neste trabalho por sua relação com a sobrevivência, isto é, a sobrevivência daqueles que passaram por situações limite, atravessados pela morte e pelo horror.

(...) O testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico – ao qual o *testimonio* tradicional se remete aos estudos literários – como também no sentido de “sobreviver”, de ter-se passado por um evento-limite “radical”, passagem essa que também foi um “atravessar” a morte, que problematiza a relação entre a linguagem e o “real” (Seeligmann-Silva, 2003, p. 8).

A literatura do testemunho, em seu desenvolvimento, está profundamente associada ao que se produziu com os sobreviventes de Auschwitz e à reflexão historiográfica que se consolidou em torno da catástrofe do Holocausto. No geral, testemunha-se aquilo que excede um limite, algo excepcional e que demanda ou exige que algo seja dito sobre tal experiência. Essa experiência é marcada pelo imperativo do real, que nesses contornos, é considerado traumático, mas, nem por isso, indizível, mesmo que neste relato nem tudo alcance a linguagem (Seeligmann-Silva, 2003).

Há um elemento interessante sobre essa relação entre o real, o vivido e a linguagem. Para Veena Das aquilo que não é dito aparece em forma de silêncios, gestos, lamentos. Por

vezes, não é dito também por constituir-se enquanto estratégia de proteção de si e de quem ouve (Das, 2020). Seeligmann-Silva debate sobre a cisão entre a linguagem e o real, pois a tentativa de dizer sobre essa experiência limite nem sempre encontra ecos na simbolização e na palavra.

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (“*real*”) com o verbal (Seeligman-Silva, 2003, p. 46).

Retomemos os dois momentos que Luzia tenta recontar sobre o que diz à filha quando ela questiona o porquê de o tio ter sido assassinado e, nos dois momentos, sua fala é tomada pelo silêncio. Não é possível precisar a razão desse silêncio, isto é, se ela deliberadamente decidiu não dizer, por medo de falar, por medo de ser ouvida, por não querer reproduzir suas hipóteses; ou se lhe atravessou naquele momento uma impossibilidade de dizer, se ela se deparou ali com essa cisão entre o *evento* e a *linguagem*.

Ao longo das últimas décadas, essa literatura do testemunho vem sendo ampliada e tensionada por trabalhos que estabelecem conexões com experiências de violência, repressão e extermínio no Brasil e na América Latina. Nessas produções, o testemunho emerge nos registros de acontecimento extremos, intimamente associado às discussões sobre memória. O ato de narrar, como realça Márcio Seeligmann, não *esgota a dor*, nem *recobre a experiência*, em que *recordar* e *esquecer* se apresentam como processos dialéticos e indissociáveis. Nas palavras do autor sobre o sobrevivente: “ele em certa medida recorda para se esquecer e porque não consegue esquecer-se precisa narrar” (Seeligmann-Silva, 2003, p. 15).

A memória narrada por essas mulheres não se circunscreve a uma lembrança estagnada, ou a um objeto fixo no passado. Na verdade, esse passado “não passa” e se reverbera de maneira ativa no presente (Gagnebin, 2006). A partir das questões sobre a significação do testemunho, o autor delineia a literatura do testemunho enquanto a história de uma perda, isto é, representada pelo que está encoberto, pela falta, pela ausência (Seeligman-Silva, 2003). Nesse sentido, por mais que os relatos das interlocutoras, ao narrar suas histórias - aparecendo assim o testemunho da violência vivida - produzam um certo choque, uma experiência de horror e talvez a vontade de não persistir com a leitura, tomamos com radicalidade o respeito pela palavra dita. Em algumas circunstâncias de extrema violência, restam a dor, a memória do corpo e a possibilidade da palavra.

A lembrança não se confunde com a recuperação integral de um passado tal como ele “realmente foi”, mas com a possibilidade de fazer emergir rastros que resistem. Sobre isso,

pensemos nos relatos de Bruno, filho de Alexandra, que manifesta no sono e nas brincadeiras um possível rastro da lembrança associada a morte da mãe. Gagnebin interpela a relação entre o conceito de *rastro*, constantemente associado a memória, em suas palavras:

o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente (...) Por que a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente (Gagnebin, 2004, p. 44).

Esses rastros - fragmentos, marcas, vestígios - não são provas fixas e transparentes, mas sinalizam algo dessa lembrança, mesmo que com lacunas, abrem espaço para a escuta e para o trabalho da memória. Lembrar, nesse sentido, é acolher a parcialidade e a precariedade do que chega até a superfície, reconhecendo que a memória se constrói tanto pelo que se diz quanto pelo que permanece não dito. É no diálogo com esses restos que se articula uma ética da narrativa: não fechar as histórias, deixando-as abertas o suficiente para que continuem a interpelar o presente.

O reconhecimento e a interpretação desses fragmentos e cicatrizes que resistem ao apagamento, nos auxiliam a compreender o lugar de alguns gestos, objetos e atos das mulheres. Roberta nos fala sobre como guardou um trabalho feito pelo filho na escola:

tem um trabalhinho que ele fez que tá ali. Eu botei até uma roupa lá, tampando ele, sabe? Do corpo humano, ele tinha ganhado no primeiro lugar, ele tirou 10 no trabalhinho do corpo humano. Aí tá lá. Mas eu pus no guarda roupa, atrás assim, porque toda vez que eu vinha aqui, eu via, aí também pensei que tava me perturbando a minha cabeça. É que ele não saiu mesmo da minha cabeça. (Roberta)

Percebemos a ambivalência que esse ato carrega. Roberta diz que deixou o trabalho do filho em um lugar de destaque, fala do trabalho com orgulho, do empenho que o filho teve, todavia, mesmo que deixando o objeto neste lugar especial, precisou escondê-lo, camuflá-lo. A dialética entre lembrança e esquecimento, como aponta Paulo Endo (2013), não se resolve numa oposição simplista. Nas lutas pela memória, consolidou-se a percepção de que esquecer seria sempre sinal de cumplicidade ou apagamento, o que sobrecregou o “dever de lembrar” enquanto uma necessidade sempre presente.

Porém, tanto o esquecimento quanto a lembrança são experiências complexas, coexistentes e mutuamente implicadas, como Fernanda expõe “*Ainda tá sendo difícil, sei lá. Às vezes eu lembro, às vezes eu tento esquecer*”. Endo provoca o leitor a pensar que esquecer não é renunciar ou silenciar; pode ser também uma condição produtiva para que certas

lembranças se reconfigurem, evitando que a recordação se transforme em uma repetição paralisante. Nesse contexto, o reconhecimento das perdas coloca a possibilidade de compreensão do esquecimento em sua dimensão subjetiva, que inclusive pode representar a condição para que a lembrança surja (Endo, 2013).

Seeligman-Silva (2003) destaca a importância dos movimentos de memória, especialmente em nosso continente, em contraponto às estratégias de apagamento.

Em nosso continente, a luta dos familiares dos “desaparecidos” também se opõe à mesma estratégia política de aniquilação. Torturam-se e matam-se os adversários, mas, depois, nega-se a existência mesmo do assassinato. Não se pode nem afirmar que as pessoas morreram, já que elas desapareceram sem deixar rastros, sem deixar também a possibilidade de um trabalho de homenagem e de luto por parte dos seus próximos. Essas estratégias de aniquilação dos rastros e dos restos me levam à minha conclusão, que consiste em mais uma sugestão, oferecida pelo belo livro de Aleida Assmann, de interpretação das práticas artísticas contemporâneas. Com efeito, diz ela, assistimos hoje a mais uma transformação no conceito de “rastro”: desprovido da durabilidade que podia ligá-lo à escrita, entregue à caducidade e mesmo à clandestinidade, o rastro se aproxima, justamente porque quem o deixou não tinha nenhuma mensagem que quisesse transmitir, dos restos, dos detritos, da sucata, do lixo (Gagnebin, 2002, p. 132).

Nos testemunhos das mulheres ouvidas nesta pesquisa, a constituição da memória perpassa a forma como narram acontecimentos atravessados pela violência, preservando detalhes mínimos — gestos, lugares, sons, objetos — que funcionam como marcas persistentes ora da invasão da violência, ora da ausência dos seus familiares. Como escreve a autora “(...) no entanto, podemos — e talvez devamos — continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos” (Gagnebin, 2006, p. 141). Esses detalhes, longe de compor um quadro totalizante, revelam a memória como um trabalho de escuta e rearticulação do que resiste em permanecer. Ao recolher e reinscrever tais rastros na esfera pública, essas narrativas, além de reivindicarem o direito de lembrar, transformam os afetos associados à perda em força política, capaz de confrontar o silêncio e a normalização da violência.

Eu saí do luto pra luta é uma das frases ditas por Ana Paula ao falar sobre os deslocamentos que produziu após a perda do filho. Adentrar a seara da luta não significou deixar de vivenciar a falta do filho, de continuar convivendo com a experiência do luto, de enfrentar os dias de choro. Sua afirmação sobre adentrar a luta afirma também o reconhecimento de que a morte do filho foi provocada a partir de uma lógica racista e estruturada pela violência de Estado.

eu sempre tive muito apoio, de todos, de todos, porque, eu queria lutar, eu queria luta, mas sozinha não dá. Então nesse apoio, nesse abraço da Kaká eu encontrei forças para lutar pelo meu filho. Eu sei que eu ficar aqui em casa chorando, só deitada em cima da cama, com depressão, eu não vou resolver nada. Eu não vou ajudar ninguém, eu vou me prejudicar mais ainda. Mas se eu virar para você e falar que eu não choro, que eu não sinto saudade do meu filho, que tem dia que eu quero ficar só na cama só chorando, eu tô mentindo. Porque tem dia que pesa, tem dia que pesa mais. (Ana Paula)

A *luta* aparece com múltiplos significados na voz das mulheres. Pode representar a possibilidade de articularem-se politicamente contra a violência, de demandarem por justiça e reparação; de encontrarem outras mães para se fortalecer e construírem novas pautas de enfrentamento à violência. Perpassam por essa mobilização o combate ao genocídio negro, o enfrentamento à violência policial e estatal, a necessidade de encontrar suporte e formas de cuidarem-se, entre outros elementos (Araújo, 2021) - o que não significa que haverá um consenso total sobre suas pautas, concepções e demandas entre as mulheres e familiares que compõe cada movimento. Há algo específico nos movimentos de luta por justiça, em que algumas referem que, apenas nestes espaços e no encontro com mulheres em situação semelhante, é que conseguiram encontrar amparo, escuta e força. Kaká por exemplo manifesta reiteradamente o desejo de conseguir com que mais mãe se somem ao movimento “Eu tô é que querendo mais mães, eu quero mães lutando.”

E hoje eu encontrei apoio no MÃes de Maio, na Débora da Silva. Se eu tiver alguma dúvida, eu vou ligar para que ela me atende. Às vezes eu to angustiada eu ligo, pra falar com ela mesmo, porque eu queria falar com pessoas que tenham uma visão diferente da minha. Eu liguei pra ela, ela me atende, eu ligo pra Kaká, a gente conversa. É, eu ligo para Débora, a gente conversa, pode ser qualquer hora da noite, às vezes ela vê que eu estou online e ela fala: “Como é que foi o dia, Antônia, como é que tu tá?” E aí já é uma conversa, né? Acho que até ameniza mais um bocadinho. Amenizar não ameniza, mas assim da um conforto um pouco, sabe? De saber que tem alguém que se preocupa com a gente de saber que tem alguém que tem a mesma dor que que compartilha da mesma dor. Ela perdeu um filho, né? E foi o Estado que matou também. Às vezes você nem precisa de uma palavra, você precisa de um abraço, pra você sentir que você tá viva.

Antônia convive com a ausência de desfecho para o assassinato da filha, convive inclusive com perseguições e ameaças. No entanto, ela realça a relevância de encontrar outras mães que vivenciaram algo semelhante, construindo com estas mulheres relações de solidariedade, como já destacou Vianna e Farias (2011). A passagem do luto à luta, articula-se intimamente com a luta por memória: ao se organizar coletivamente, essas mulheres

transformam a ausência em presença política e desafiam a naturalização da morte como destino inevitável de determinados corpos. Esse deslocamento entre luto e luta, que pode ser uma via de mão dupla, revela um processo em que essa dor, ou parte dela, é convertida em ação política e coletiva (Almeida, 2021). Esse movimento não exclui dimensão subjetiva do sofrimento e pode, inclusive, encontrar outros contornos e espaços para expressá-lo (Rodrigues, 2021). Nesse sentido, lutar significa uma recusa às diversas formas de aniquilação, simbólicas e concretas que compõem a engrenagem de violência do Estado. Ao falar dos seus filhos, mantém vivos seus nomes, suas histórias, seus vínculos.

Para outras mulheres, viver o luto em si já se configura enquanto uma luta. Luzia, por exemplo, se refere ao luto como algo que exige enfrentamento: “*Agora tem que lutar com o luto do meu irmão*”. Márcia diz algo semelhante e associa a vida com a presença das tragédias: “E é isso aí, viver a vida, a vida de luta, de batalha, de tragédias”. Nestes casos a luta não se traduz necessariamente em ação política organizada, mas em uma batalha diária para sustentar a própria existência diante da dor e da recorrência da violência. O luto, nesse caso, é ele mesmo uma forma de luta pela memória, pois insistir em lembrar, narrar e sobreviver diante das tragédias já constitui um ato de oposição ao esquecimento e à naturalização da morte.

Roberta, porém, apresenta em sua fala o cansaço e desgaste, assim como o processo de adoecimento que a impediu de seguir acompanhando os desdobramentos do caso do filho: “*depois também não tive mais força pra ficar lutando por justiça, né?*”. Esse contraponto mostra que não há uma resposta única diante da perda violenta e que essas mulheres experenciam de formas singulares as maneiras de se viver com os rebatimentos da morte. Há uma oscilação entre lutar, cansar-se e silenciar, que pode ser relacionada à fragilidade que essas mulheres encontram ao buscarem justiça e formas de proteção. Nesse sentido, mesmo quando não há a inserção dessas mulheres em movimentos organizados de mobilização, podemos pensar que certos gestos, de nomear o irmão ou o filho, de guardar os objetos, de contar suas histórias e projetos, já as introduz na disputa pela memória e as insere na condição de Testemunhas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos uma sistemática e reiterada política de morte no Brasil, assentada na figura daquele que supostamente é perigoso, não confiável, um risco – o inimigo que merece ser hostilizado, contido, aniquilado. Essa política de morte se adere ao cotidiano de alguns e se prende às trajetórias de vida especialmente daqueles que se encontram já marginalizados e vulnerabilizados. Ao longo deste processo de pesquisa pudemos acompanhar mulheres e famílias que tiveram suas vidas invadidas pela violência a partir da perda dos filhos, sobrinhos e irmãos. Algumas dessas mulheres experimentam o assombroso acúmulo de perdas que, apesar de assustador, não se pode dizer que é um evento da ordem do inesperado. Cláudia perdeu o filho e os dois sobrinhos assassinados, o primeiro no portão de sua casa; cena que seria tragicamente repetida por um vizinho adolescente, que fora assassinado no mesmo lugar anos depois. Márcia perdeu o filho e a irmã, o filho sob o guarda-chuva narrativo da morte em “confronto” e a irmã, vítima de feminicídio, outro grave problema enfrentado atualmente. Pretinha Maria, que só figurou na voz de uma liderança comunitária, perdeu os dois filhos. Apesar dessas mortes não terem sido ocasionadas pela dinâmica da violência armada, representam o curso da necropolítica sobre essa juventude, de não deixar viver e fazer morrer (Lacerda & Rocha, 2018; Mbembe, 2016).

Em alguns casos, essas histórias nos revelam que a violência já era presença costumeira, acompanhou os pais, os irmãos e segue *perseguindo* essas mulheres, os filhos e sobrinhos. Para outras, a violência chega de forma avassaladora, adentra o espaço íntimo e inaugura um itinerário de sofrimento e dor. A morte aparece como o grande mediador dessa experiência entre a violência e o sofrer. A violência estatal e armada, estruturada pelo racismo e pela desigualdade social, instalam um regime de morte seletiva que se abate, de maneira recorrente, sobre jovens negros e pobres das periferias urbanas, desembocando na agudização e esgarçamentos de condições de vida já precarizadas.

Nessa investigação tomamos o luto como uma experiência situada na encruzilhada entre o pessoal e o político. É nesse cenário que as mulheres, ao narrar suas perdas e insistir na memória dos seus, desvelam uma outra *epistemologia do luto*: seus relatos, entremeados por lembranças, gestos e insurgências, produzem saberes sobre como habitar um mundo atravessado pela precariedade. Há uma intersecção entre violências, que por vezes tornam nebulosas as fronteiras entre as dinâmicas da violência de Estado, da violência patriarcal e da violência armada, desafiando tais categorias. Analisamos também como essas mulheres, diante de intensos processos de vulnerabilização, elaboram estratégias de cuidado e proteção de suas

famílias, cultivando uma atenção minuciosa aos detalhes do cotidiano como forma de dar continuidade à vida, conformando o que chamei de *equações da vida real*. Percorremos também a trilha do debate sobre violência, luto e sofrimento, mediados pela necessidade da produção de memória e reconhecimento dessas mulheres enquanto testemunhas de uma política de violência e morte em curso.

Um dos elementos mais significativos foi a centralidade do cotidiano, tanto como espaço de devastação quanto como espaço de reexistência. A violência infiltra-se nos detalhes – cozinhar, trabalhar, brincar – corói a normalidade e instaura uma constante sensação de ameaça. Contudo, é também nesse mesmo terreno que as mulheres encontram modos de continuar, de insistir, de sustentar a vida dos que permaneceram e a delas próprias. Preparar uma refeição, ouvir uma música ou preservar um objeto revelam-se como práticas de cuidado e de resistência, pois como já mencionamos, essa política de morte não tem como alvo um só corpo. Essa duplicidade do cotidiano, simultaneamente corroído e, ao mesmo tempo espaço de insistência, permite compreender como o luto vai percorrendo caminhos diversos, singulares e dolorosos, ao mesmo tempo em que é fissurado por pequenas alegrias do dia a dia.

As mulheres, ao denunciarem a experiência de violência a qual foram submetidas, se contrapõem às tentativas estatais e sociais de normalizar ou justificar os assassinatos. Nomeiam seus filhos, participam de movimentos sociais, reivindicam por justiça e, em alguns casos, transformam a experiência do luto em luta. Como apontado ao longo do trabalho, há aqui uma produção de narrativas que tensionam as versões oficiais e desconstroem narrativas institucionais que insistem em classificar as mortes como frutos de “suicídios”, “confrontos” ou “fatalidades”. Três dos casos são apresentados às famílias como casos de suicídios. Este contexto nos faz retomar sobre a noção de “mentira institucionalizada” trabalhada por Martín-Baró, a qual incorporei para nomear uma das cenas descritas (Martín-Baró, 2017). Em contextos de violência política, a falsificação dos fatos é uma constante, ocasionando uma cortina de fumaça ideológica enquanto uma estratégia de poder sustentada pelo Estado e seus aparelhos repressivos. A mentira institucionalizada atua como engrenagem da dominação: cria versões oficiais que ocultam responsabilidades, deslegitimam a palavra das vítimas e seus familiares e confunde opiniões. Cumpre, assim, dupla função: encobrir práticas sistemáticas de violência e desmoralizar aqueles que ousam contestar a versão oficial.

A tese inscreve-se na apostila de que o conhecimento não se produz à distância, mas em conjunto com os interlocutores. As entrevistas narrativas e o diário de campo permitiram captar o percurso da pesquisa e o testemunho em construção sobre o grave cenário de violência contra a juventude brasileira e suas famílias. Não é possível neutralidade diante do sofrimento do

outro; pesquisar é também ser afetada, implicar-se, expor-se aos limites do que pode ser dito e escrito. Nesse sentido, a ética tornou-se um princípio norteador que extrapola as exigências regulamentares.

A pesquisa pretendeu compor uma colcha de fragmentos singulares que, por sua vez, apontam para dinâmicas mais amplas da violência no Brasil. Também foi necessário lidar com os dilemas éticos da exposição pública das narrativas, especialmente em contextos em que o anonimato nem sempre é suficiente para garantir proteção. Ressaltamos as implicações para as políticas públicas: reconhecer o luto dessas mulheres significa também reivindicar medidas de reparação, cuidado e memória, como as previstas no PL pautado pelos movimentos de mães. Por um lado, essa escrita pretendeu ecoar as palavras, os gestos e atos daquelas que foram interlocutoras deste trabalho; e, por outro, esteve marcada pelo reconhecimento dos limites da transposição dessa experiência para um texto acadêmico.

Ao testemunhar essas narrativas e ao trazê-las para o campo da produção científica, reafirmo o que colegas que me precederam estão reivindicando: é preciso sustentar certos espantos, produzir teorias e conceitos impregnadas da realidade sobre a qual se debruçam, em detrimento de perspectivas abstratas e sem sujeitos. Nesse sentido, essa tese é uma recusa aos intentos de simplificação e categorização da existência humana, em especial, daquilo que concerne ao sofrimento. O que esta tese reafirma é que há um sofrimento que se distribui desigualmente no tecido social, que não se pode compreender por códigos de doenças ou características psicológicas. No caso desta investigação, apostei que o cotidiano tal qual se vive poderia nos fornecer os caminhos para entendermos como o sofrimento é produzido dia a dia na vida de certos grupos.

Por fim, esta tese é também um ato de produção de memória. Ela guarda resíduos de um tempo histórico em que a violência e a morte perseguem com inescrupulosa autorização certos corpos. Na contramão da naturalização de fazer morrer que encontramos nos caminhos dessa investigação, a tese buscou produzir incômodos diante desse cenário, e analisá-los a partir de conceitos que permitissem antever a necessidade imediata de imaginar uma vida outra, em que o cotidiano tenha texturas menos corroídas pela violência e pelo sofrimento e permita a existência de vidas dignas e vivíveis.

REFERÊNCIAS

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Adorno, R. de C. F. (2015). Violência, sofrimento social e a saúde pública. *Serviço Social E Saúde*, 9(1), 1-25. <https://doi.org/10.20396/sss.v9i1.8634877>
- Aguiar, C. C. T. D. (2021). *Quando morre um filho, morre também uma mãe: violência de Estado e descolonização* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24854>
- Alencar, S. L. D. S (2011). *A experiência do luto em situação de violência: entre duas Mortes* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16919>
- Allende, I. (2015). *Paula*. Biblioteca Mundial.
- Almeida, S. L. D. (2021). Necropolítica e neoliberalismo. *Caderno CRH*, 34, e021023. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>
- Almeida, A. M. (2007). Estado autoritário e violência institucional. Meeting of the Latin American Studies Association, Montreal, Canada. https://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.uece.br/cesa/wp-content/uploads/sites/32/2022/06/estado_autoritario_e-violencia_institucional.pdf
- Amadeo, J., Payne, L. A., Lessa, F., & Bernal-Bermúdez, L. (2018). *Violência de Estado no Brasil: Uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição*. Universidade Federal de São Paulo. https://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/documentos/Relat%C3%B3rio_-_Crimes_de_Maio.pdf
- Araújo, V. S. D. (2019). *Mães da Resistência: Um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado*

- [Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca].
- Repositório Institucional da Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36286>
- Araújo, F. (2012). *Das consequências da ‘arte’ macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://objdig.ufrj.br/34/teses/787654.pdf>
- Araújo, F. A. (2016). “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. *Horizontes Antropológicos*, 22(46), 37–64.
- Assumpção, R., Frinhani, F., Amadeo, J., Gomes, AL, Silva, D., & Silva, V. (2018). A violência do Estado busca o acesso à justiça. *Sur Rev Int Direitos Humanos*, 15 (27), 135-152.
- Assumpção, R. P. S. (2024). *Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado no Brasil*. Universidade Federal de São Paulo. <https://hdl.handle.net/11600/71435>
- Barbar, A. E. M. (2018). Atenção primária à saúde e territórios latino-americanos marcados pela violência. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 42, e142. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.142>
- Barcelos, S. M. D. (2022). Juventude, violência e território: um estudo de caso sobre mortes violentas de jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/21068>
- Barreto, L., Dimenstein, M., & Leite, J. F. (2013). Atenção a mulheres em situação de violência com demandas em saúde mental. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, 13(3), 195-207.

- Barros, N. V., Moreira, C. A., & Duarte, K. M. (2008). Juventude e criminalização da pobreza. *Educere et Educare: Revista em Educação*, 3(5), 141-148.
- Batista, V. M. (2003). *Difícies ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Vol. 2. Instituto Carioca de Criminologia.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada.
- Bicalho, P. P. G. (2013). Ditadura e democracia: qual o papel da violência de Estado. In *Entre garantia de direitos e práticas libertárias* (pp. 13–34). Porto Alegre, RS:CRP.
- Biehl, J. (2008). Antropologia do devir: psicofármacos — abandono social — desejo. *Revista de Antropologia*, 51(2), 413–449. <http://www.jstor.org/stable/41616502>
- Botelho, M. L. (2013). Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. *Espaço e Cultura*, (34), 195-230. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/122>
- Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo* (4^a ed.). Editora Vozes.
- Branco, G. C. (2014). Violência de Estado. *Ecopolítica*, (9), 2-12. <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/20500>
- Brites, J. ., & Fonseca , C. . (2013). As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. *Análise Social*, 48(209), 858–877. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2013209.05>
- Butler, J. (2020a). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica Business.
- Butler, J. (2020b). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Civilização brasileira.
- Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp Universidade Federal de São Paulo. (2022) O Massacre no Baile da DZ7, Paraisópolis. Relatório 1: Chacina Policial,

- Institucionalização do caso e a Dinâmica dos Fatos Segundos as Evidências. Universidade Federal de São Paulo. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/66036>
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. S. (2020). *Atlas da violência 2020*. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>
- Cerqueira, D. et al. Bueno, S. (2025) *Atlas da violência 2025*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada FBSP. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>
- Coelho, A. S. (2020). Conhecer no/pelo sofrer: a vítima como sujeito no testemunho e na transgressão. *Horizontes*, 38(1), e020055. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v38i1.1050>
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio. O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor e Intertexto.
- Coimbra, C. M. B. (2006). Direitos humanos e criminalização da pobreza. Seminário internacional de direitos humanos, violência e pobreza [Anais]. A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://app.uff.br/observatorio/uploads/Direitos_Humanos_e_Criminaliza%C3%A7%C3%A3o_da_Pobreza.pdf
- Costa, R. M. C. (2023). Militarização da vida e avanço da violência de estado. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 75spe:e004. <http://doi.org/10.36482/18095267.ARBP-2022v75spe.0004>
- Costa, A. P. M. (2021). Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, 12(4), 2359-2392. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/54377>

- Cunha, V. M., & Moreira, L. E. (2023). A subtração da vida como política de morte: vozes de mães de jovens negros assassinados. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e246660. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003246660>
- Danner, F. (2017). O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos* UFSJ, (4). <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9-rev4.pdf>
- Das, V., & Han, C. (2015). *Living and dying in the contemporary world: A compendium*. Univ of California Press.
- Das, V. (2020). *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Editora Unifesp.
- Das, V. (2023). *Texturas do ordinário: fazendo antropologia à luz de Wittgenstein*. Editora Unifesp
- Das, V. (2008). *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Dussel, H. (1994). 1492: El Encubrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la modernidad. *Plural Editores. La Paz*.
- Endo, P. C. (2013). Pensamento como margem lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista USP*, (98), 41-50. doi:10.11606/issn.2316-9036.v0i98p41-50
- Fals-Borda, O. (2014). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Caracas: Fundación Editorial El perro y larana.
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Editora Zahar.
- Farias, J. (2014). Governo de mortes. Uma etnografia da gestão de populações de favela no Rio de Janeiro. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000846810&local_base=UFR01

- Fassin, D., & Rechtman, R. (2009). *The empire of trauma: An inquiry into the condition of victimhood*. Princeton University Press.
- Fassin, D. (2016) *La razón humanitaria: une histoire morale du temps présent*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Ferreira, J. P. F. C., & Teixeira, J. S. (2015). Justiçamento: o espetáculo do urbano (a vingança privada da atualidade). [Anais] IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos: Lutas, Experiências e Debates na América Latina. <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/1639>
- Ferreira, M. S., & Salgado, R. G. (2020). As memórias do imemorável por uma educação contra o esquecimento e a barbárie. *Pro-Posições*, 31, e20190093. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0093>
- Ferreira, P. D. S. (2019). A responsabilização da polícia que mata: um estudo de caso sobre o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte [Tese de Doutorado, Escola de Direito de São Paulo]. Repositório Institucional Acadêmico Fundação Getúlio Vargas. <https://hdl.handle.net/10438/27441>
- Ferreira, N. D. P. (2013). Testemunhas do esquecimento: uma análise do auto de resistência a partir do estado de exceção e da vida nua. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/9619>
- Ferreira, I. F. C. B., & Penna, N. A. (2005). Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 9(1), 155-168. <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/73979/77638>
- Filho, J. F. C., & Lima, D. M. A. (2017). Luto parental e construção identitária:

- compreendendo o processo após a perda do filho. *Psicologia Argumento*, 35(88).
https://www.researchgate.net/publication/340290258_Luto_parental_e_construcao_identitaria_compreendendo_o_processo_apos_a_perda_do_filho
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública*, 24, 17-27.
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). *Anuário brasileiro de segurança pública 2023*. ISSN 1983-7364. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/57>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025). *Anuário brasileiro de segurança pública 2025*. ISSN 1983-7364. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: nas cimento da prisão*. Rio de Janeiro. Vozes.
- Foucault, M. (2005). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes. Coleção Tópicos.
- Fricker, M. (2023). *Injusticia epistémica: o poder e a ética do conhecimento*. Herder Editorial.
- Furtado, R. N., & de Oliveira Camilo, J. A. (2016). O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista subjetividades*, 16(3), 34-44.
<https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Galeano, E. (2002). *O livro dos abraços*. Editora L&PM.
- Galeano, G. B., & Guareschi, N. M. D. F. (2023). “Vagabundo não tem memória”: os corpos matáveis das práticas de segurança. *Psi UNISC*, 7(1), 171-196. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v7i1.17792>

- Galvão, G. M., & de Carvalho Martins, T. (2013). Criminalização da pobreza: o produto de uma violência estrutural. *Revista Transgressões*, 1(2), 42-65. <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6576>
- Gonçalves, R. (2012). De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de maio contra a violência de Estado. *Lutas Sociais*, (29), 130-143. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18502>
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Editora Pioneira Thomson Learning.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Companhia das Letras.
- Goussinsky, E. (2018). Em ranking mundial de homicídios, Brasil ocupa 13º lugar. R7 notícias. São Paulo. <https://noticias.r7.com/internacional/em-ranking-mundial-de-homicidios-brasil-ocupa-13-lugar-20072018>
- Groulx, L. H. (2014). Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 95–124). Vozes.
- Han, C. (2015). Echoes of a death: Violence, endurance, and the experiences of loss. In C. Han & V. Das (Eds.), *Living and dying in the contemporary world: A compendium* (pp. 493–509). University of California Press.
- Hilário, L. C. (2016). Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere aude*, 7(13), 194-210. [chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scispace.com/pdf/da-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/](https://scispace.com/pdf/da-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/) <https://scispace.com/pdf/da-biopolitica-a-necropolitica-variacoes-foucaultianas-na-12zju7woeg.pdf>
- Haesbaert, R., (2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jobim, S., & Carvalho, C. S. (2016). Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 98-112. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.61385>

- Kleinman, A. (2012). Culture, bereavement, and psychiatry. *The Lancet*, 379(9816), 608-609.
- Lacerda, P. & Parreiras, C. (2021). “Veena Das”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <https://ea.fflch.usp.br/autor/veena-das>
- Lacerda, R. C., & da Rocha, L. F. (2018). Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. *Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, 10(22), 148-163. <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2018.v10n22.15.p148>
- Laugier, S. (2016). Politics of vulnerability and responsibility for ordinary others. *Critical Horizons*, 17(2), 207-223. <http://doi.org/10.1080/14409917.2016.1153891>
- Leite, M. P. (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2), 374-388.
- Martín-Baró, I. (1990). Psicología social de la guerra: trauma y terapia. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (2017). Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais. *Editora Vozes Limitada*.
- Mbembe, A. (2016). *Necropolítica*. Arte & Ensaios.
- Mendes, L. S. (2021). Segurança pública, o uso do território pela violência e os espaços de vigilância e do controle. *Revista de Geopolítica*, 12(3), 99-121. <http://orcid.org/0000-0001-6673-9164>
- Menegat, M. (2006). *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular.

- Mestre, S. D. O., & Souza, É. R. D. (2021). “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. *Revista Estudos Feministas*, 29, e70109. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n270109>
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1-12.
- Minayo, M. C. D. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Minayo, M. C. de S. (2013). Conceitos, teorias e tipologias de violência: A violência faz mal à saúde individual e coletiva. In *Impactos da violência na saúde* (Vol. 2, pp. 21-42). Ministério da Saúde.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2016). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. *Editora Vozes Limitada*.
- Minayo, M. C. D. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.
- Moreira, A. P. G., & Guzzo, R. S. L. (2015). Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignácio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 32, 569-577. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>
- Mozzato, A. R., & Grzybowski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010>
- Muylaert, CJ, Sarubbi Jr, V., Gallo, PR, Neto, MLR, & Reis, AOA (2014). Entrevistas narrativas: um recurso importante em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48, 184-189. <https://doi.org/10.1590/s0080-623420140000800027>

- Neder, G. (2000). *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Instituto Carioca de Criminologia.
- Neto, M. D. F. P. (2010). Violência e maldição: um ensaio sobre ressentimento, justiça e vingança no contexto brasileiro. *Sistema Penal & Violência*, 2(2).
- Njaine, K., & Minayo, M. C. D. S. (2004). A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9, 201-211. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000100020>
- Novaes, J. V., & Birman, J. (2024). Narrando dores: testemunho, luto e memória. *Tempo Psicanalítico*, 56, 93-110. <https://doi.org/10.71101/rtp.56.821>
- Parreiras, C. (2025) O excesso no matar e a dor em excesso: dilemas etnográficos a partir de uma narrativa de violência, morte e luto. *Revista Antropolítica*, 57(1), 1-26.
- Passos, R. G. (2020). Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (45). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2025.v57.i1.a64377>
- Passos, R. G. (2021). O lixo vai falar, e numa boa!. *Revista Katálisis*, 24(2), 301-309. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194>
- Passos, R. G. (2023). *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. Hucitec Editora.
- Pequeno, E. D. S. S. (2006). Mura, guardiões do caminho fluvial. *Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília*, 3(1/2), 133-155.
- Quintel, D. F. (2021). O movimento de mães contra a violência policial nas periferias brasileiras. *Sociedade e estado*, 36, 867-890. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030002>
- Rodrigues, C. (2021). *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*. Autêntica Editora.

- Ribeiro, T. M. (2021). O luto e a análise do discurso. In G. B. Flores, S. M. L. Gallo, N. R. M. Neckel, A. S. Daltoé, J. da Silveira, S. Mittmann, S. Lagazzi, C. Pfeiffer, & M. Zoppi-Fontana (Orgs.), *Discurso, cultura e mídia: Pesquisas em rede* (Vol. 4, pp. 225-237). Pontes Editores.
- Salazar, D. D. R. (2023). A violência letal no Município de Juiz de Fora: uma análise socio-descritiva dos homicídios ocorridos entre os anos de 1999 a 2020 [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Institucional UFJF. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16231>
- Sanjurjo, L., & Feltran, G. (2015). Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, 67(2), 40-45. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200013>
- Santana, L. H. R. (2017). Discursos na construção de inimigos: a guerra às drogas como objeto de intervencionismo e repressão de grupos sociais. *CSOnline-Revista eletrônica de Ciências Sociais*, (25).
- Santiago, V. (2019). A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu*, (55). <https://doi.org/10.1590/18094449201900550011>
- Sawaia, B. (2017). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Limitada.
- Schwarcz, L. M. (1996). Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro-Ásia*, 18, 77-101. <https://www.jstor.org/stable/45502300>
- Segato, R. L. (2005). Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, 13, 265-285. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>

Seligmann-Silva, M. (2022). *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Editora da UNICAMP.

Seligmann-Silva, M. (2003). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Editora Unicamp.

Soalheiro, N. I., & Mota, F. S. (2014). Medicalização da vida: Doença, Transtornos e Saúde Mental/Medicalization of life: Disease, Disorders and Mental Health. *Revista Polis e Psique*, 4(2), 65-85. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.49807>

Soares, A. M. (2015). Soares, Antonio Mateus (2014). Violencia como intrínseco fenómeno de política cultura brasileña. XI Congreso Argentino de Antropología Social, Rosario.

United Nations Office on Drug and Crime. (2019). Brasil tem segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, diz relatório da ONU. Escritório de Parceria e Ligação no Brasil. Brasília. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-america-do-sul--diz-relatorio-da-onu.html>

Veiga, M. B. (2022). *Quem vai catar os cacos dos corações? Escrevivências sobre as mães que ficam vivem ou sobrevivem com a dor da perda de filhos pela violência armada* [Tese de Doutorado, Fundação Oswaldo Cruz]. Repositório Institucional da Fiocruz. <https://arca.fiocruz.br/handle/icict/56665>

Vergés, F. (2008). La memoria como resistencia. *Revista internacional de filosofía política*. 31, 49-64.

Vianna, A., Navia, A. F., & Efrem Filho, R. (2024). Dossiê Terror e intimidade: perspectivas etnográficas e desafios conceituais. *Revista de Antropologia*, 67, e192535. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.192535>

Vianna, A., & Farias, J. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, 79-116. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>

- Vieira, L. J. E. D. S., Arcoverde, M. L. V., Araújo, M. A. L., Ferreira, R. C., Fialho, A. V. D. M., & Pordeus, A. M. J. (2009). Impacto da violência na saúde de famílias em Fortaleza, Ceará. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 1773-1779. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000500018>
- Villa, R. D. (2014). O paradoxo da macrossecuritização: quando a guerra ao terror não securitiza outras “guerras” na América do Sul. *Contexto Internacional*, 36, 349-383. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000200002>
- Wacquant, L. (2008). O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Revista Novos Estudos*.
- Weintraub, A. C. A. D. M., & Vasconcellos, M. D. P. C. (2013). Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 20(03), 1041-1055. <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130003000016>

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Efeitos psicossociais da violência letal: o testemunho de mulheres

Pesquisador: Amata Xavier Medeiros

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76569123.9.0000.5147

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Psicologia (UFJF)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.791.728

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas neste campo e nos campos abaixo foram retiradas do arquivo „Informações Básicas do Projeto“. "A pesquisa trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, que será realizada no município de Juiz de Fora - MG. Para a coleta de dados da pesquisa serão realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que perderam algum familiar vítima de violência letal. O processo de análise dos dados será feito a partir da técnica da Análise de Conteúdo do tipo temática".

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: Compreender os efeitos psicossociais no cotidiano de mulheres que perderam algum familiar vítima de violência letal. Objetivo Secundário: Identificar efeitos na condição de saúde e saúde mental de mulheres que perderam algum familiar vítima de violência. Compreender a percepção dessas mulheres sobre as diferentes expressões da violência em seu território. Identificar quais são as estratégias utilizadas no cotidiano para enfrentamento ou cuidado relacionado a essa experiência de violência. Analisar o itinerário institucional realizado pelas mulheres após o falecimento de um familiar vítima de violência letal".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: Essa pesquisa apresenta risco mínimo. Não são oferecidos riscos de ordem financeira

Endereço:	JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP:	36.036-900
Bairro:	SAO PEDRO	Município:	JUIZ DE FORA
UF:	MG		
Telefone:	(32)2102-3788	E-mail:	cep.propp@ufjf.br



Continuação do Parecer: 6.791.728

ou material, assim como a participação na pesquisa, que poderá ser interrompida a qualquer momento sem qualquer dano, não implicará em ganhos ou prejuízos para as participantes. No caso de identificação de algum agravio específico de saúde ou violação de direitos por parte das entrevistadas, será realizada a orientação sobre serviços do

Sistema Único de Saúde e Rede de Atenção Psicossocial ou Sistema Único de Assistência Social que podem ser buscados. Além de tal estratégia, buscando alinhamento com compromisso ético e político da pesquisa, será oferecido um espaço de acolhimento às mulheres participantes pela pesquisadora, visto a possibilidade de se rememorar vivências que podem apresentar um teor doloroso, traumático e de difícil suportabilidade para estas. Essa ação poderá ser avaliada e planejada em conjunto com os serviços estratégicos no território, pesquisadora e participantes da pesquisa. Benefícios: Espera-se fortalecer o arcabouço teórico metodológico das produções de conhecimento sobre violência, psicologia e Saúde Mental; Subsidiar debates acadêmicos sobre assistência à população vitimada pela violência; Contribuir para a formação em psicologia no que diz respeito aos impactos psicossociais relacionadas às experiências de violência; Provocar discussões no município sobre a necessidade do debate relacionado a violência e saúde mental e possíveis intervenções com esse público; Fortalecer o debate no campo das políticas públicas sobre os impactos da violência e ações que contribuam para o acolhimento a estes sujeitos".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional N° 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br



Continuação do Parecer: 6.791.728

pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 30/09/2025.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 30/09/2025.

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2255784.pdf	09/04/2024 09:48:56		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestrutura.pdf	09/04/2024 09:48:16	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_cronograma.pdf	09/04/2024 09:46:34	Amata Xavier Medeiros	Aceito

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

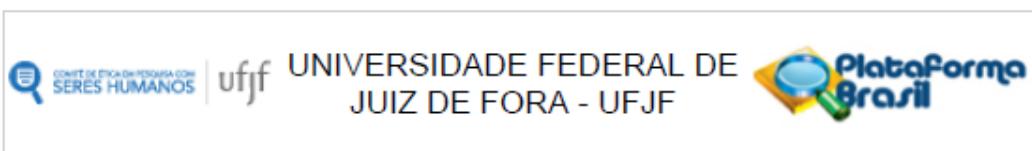
CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br



Continuação do Parecer: 6.791.728

Investigador	Projeto_cronograma.pdf	09/04/2024 09:46:34	Amata Xavier Medeiros	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/04/2024 09:45:24	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Outros	Lattes_Fernando.pdf	10/12/2023 21:40:48	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Outros	Lattes_Amata.pdf	10/12/2023 21:40:19	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_CEP.pdf	10/12/2023 21:35:30	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	29/11/2023 12:03:09	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_ENTREVISTAS.pdf	28/11/2023 18:46:34	Amata Xavier Medeiros	Aceito
Outros	Termo_de_sigilo.pdf	28/11/2023 18:45:35	Amata Xavier Medeiros	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 27 de Abril de 2024

Assinado por:
 Patrícia Aparecida Baumgratz de Paula
 (Coordenador(a))

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa Efeitos psicosociais da violência letal: o testemunho de mulheres. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a necessidade de construir informações sobre os impactos da violência na vida de mulheres que perderam algum familiar, objetivando que essas informações auxiliem a construção de ações para esse público. Nesta pesquisa pretendemos compreender os efeitos provocados no cotidiano de mulheres após a perda de algum familiar vítima de violência letal. Buscamos identificar possíveis impactos na condição de saúde e saúde mental e também dificuldades encontradas na busca por justiça e assistência após a experiência de violência. Caso você concorde em participar, vamos fazer uma entrevista com você, com perguntas sobre seu cotidiano, sobre a violência vivida, sobre sua saúde e estratégias utilizadas após o evento. A entrevista será gravada, caso você concorde, para facilitar a análise por parte da pesquisadora. Essa pesquisa apresenta **RISCO MÍNIMO**, que se refere a possibilidade de levantar assuntos sensíveis ou difíceis de serem contados. Mas, para diminuir a chance desse risco, utilizaremos um espaço reservado que garanta sigilo e conforto durante a entrevista, evitando interrupções. Você poderá pausar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso seja necessário é possível identificarmos serviços municipais que possam acolher suas necessidades. A pesquisa pode ajudar a construir dados sobre a dinâmica da violência em Juiz de Fora, os impactos na saúde das famílias que perderam alguma familiar, bem como a ampliação do debate para as intervenções voltadas para a área da violência.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Amata Xavier Medeiros
 Campus Universitário da Ufjf
 Faculdade/Departamento/Instituto: Instituto de Ciências Humanas
 CEP: 36036-900
 Fone: 32991656410
 E-mail: amata.medeiros@gmail.com

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável:

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, a proteção dos participantes de pesquisa do Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - Ufjf

Campus Universitário da Ufjf

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propg@ufjf.br